

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE RONDONÓPOLIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

MELISSA JÄSCHE QUADROS

SEGREGAÇÃO ESCOLAR: UMA REFLEXÃO ALÉM DOS
RESULTADOS DA PROVA BRASIL

RONDONÓPOLIS/MT
JUNHO, 2018

MELISSA JÄSCHE QUADROS

**SEGREGAÇÃO ESCOLAR: UMA REFLEXÃO ALÉM DOS
RESULTADOS DA PROVA BRASIL.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação *Strictu Senso* de Geografia, vinculada à linha de Gestão e Planejamento Territorial da Universidade Federal de Mato Grosso - Campus Rondonópolis, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestra.

ORIENTADORA: Professora Dr^a. Antonia Marília Medeiros Nardes

**RONDONÓPOLIS/MT
JUNHO, 2018**

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

J39s Jasche Quadros, Melissa.
SEGREGAÇÃO ESCOLAR : UMA REFLEXÃO ALÉM DOS
RESULTADOS DA PROVA BRASIL / Melissa Jasche Quadros. --
2018
140 f. ; 30 cm.

Orientadora: Antonia Marília Medeiros Nardes.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso,
Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-
Graduação em Geografia, Rondonópolis, 2018.
Inclui bibliografia.

1. Políticas Públicas. 2. Prova Brasil. 3. Efeito Vizinhança. 4.
Segregação Escolar. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
Rodovia Rondonópolis-Guiratinga, km 6 (MT-270) - - Cep: 78735901 -Rondonópolis/MT
Tel : (66) 3410-4020 - Email : mestrado.ppgeo.cur@gmail.com

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO : "SEGREGAÇÃO ESCOLAR: UMA REFLEXÃO ALÉM DOS RESULTADOS DA PROVA BRASIL"

AUTOR : Mestranda MELISSA JASCHE QUADROS

Dissertação defendida e aprovada em 22/06/2018.

Composição da Banca Examinadora:

Presidente Banca / Orientador	Doutor(a)	Antonia Marília Medeiros Nardes
Instituição : UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO		
Examinador Interno	Doutor(a)	Jorge Luiz Gomes Monteiro
Instituição : UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO		
Examinador Externo	Doutor(a)	Vicente de Paula Leão
Instituição : Universidade Federal de São João del-Rei		
Examinador Suplente	Pós-Doutor(a)	Roberto de Souza Santos
Instituição : Universidade Federal do Tocantins		

RONDONÓPOLIS, 24/07/2018.

Prof. Dr. Jealer W. M. C. Santos
Coordenador do Programa de
Pós-Graduação em Geografia
ICHS/CUR/UFMT

Ao meu esposo e filhas – minha família, meu laboratório do amor
Aos meus pais e mães – pelas inúmeras oportunidades de aprendizado
Aos amigos e colegas PROFESSORES e profissionais da Educação – o colorido do caminho profissional
Aos meus alunos que vieram, são e virão – que giram o mundo!

AGRADECIMENTOS

Nenhum caminho é percorrido sozinho. Inicialmente aos bons e velhos companheiros espirituais que cercam minhas existências nessa aventura que é a vida e que me auxiliam nas experiências necessárias para meu crescimento. À UDV pela serenidade espiritual necessária.

Aos meus Pais e Mães que a vida me trouxe e que me proporcionaram aprendizados necessários para que eu me tornasse um ser humano melhor em especial à minha família Jäsche. À minha irmã Karin por estar lá, sempre e à minha querida Tia Vera Arnold e sua família que é meu porto seguro.

Ao meu esposo Cleverson, pelo apoio emocional, amor e companheirismo indispensável. Às minhas filhas, Ana Clara que me faz sempre lembrar que preciso me superar como mãe; À Emanuela minha inseparável amiga e à Julia pelos intermináveis abraços carinhosos.

Aos meus professores do Departamento de Geografia de Rondonópolis que na graduação transferiram-me conhecimentos inestimáveis e agora, aos professores do Curso de Mestrado em Geografia PPGEO/UFMT/CUR que continuam aguerridos nos deveres que o magistério propõe, em especial ao professor Dr. Jeater Waldemar Maciel Correa Santos pela coragem e dedicação constante ao Programa. Fortalecer as licenciaturas fortalecer a Educação.

À minha orientadora professora Dra Antônia Medeiros Nardes pela mão sempre pronta nas minhas necessidades, pela deliciosa jornada e pela admirável capacidade intelectual de guiar estes passos. Ao professor Dr. Vicente Leão que admiro pela representação e referência na luta por uma Educação pública e de qualidade. Ao querido professor Dr. Jorge Luiz Monteiro pelo companheirismo de sempre, pelas influências na minha formação, pelas indicações de leituras e pelo estágio docente que ampliou conhecimentos enriquecendo a pesquisa. Por fim, ao professor Dr. Nestor Alexandre Perekouskei (*in memoriam*), saudades!

Ao Sindicato de Profissionais de Educação do Estado de Mato Grosso - SINTEP, pelas formações, contribuições de leituras, experiências, pelo movimento e resistência

necessária. Ao Cefapro de Rondonópolis na pessoa da formadora Aline pelos atendimentos e discussões. À escola Carlos Pereira Barbosa e em especial à secretária Selma pela presteza e simpatia ao atender solicitações. À escola Emanuel Pinheiro em especial a professora Ronita pelas oportunidades, conversas e amizade. À Escola Elizabet Evangelista Pereira na cidade de Rosário Oeste onde atuo profissionalmente, pelo apoio e compreensão no cumprimento das agendas, de orientações e realizações de campos deste estudo. Aos meus alunos que ainda continuam buscando oportunidades e ao mesmo tempo firmando suas identidades.

Aos meus amigos da Feira da Vila Aurora de Rondonópolis, à Família Müller e ao Casal Dalva e Jorge Fischer, ainda sinto a energia nas veias de trabalhar com vocês... À Ironete Medeiros, minha irmã de vida, mulher nordestina que me inspira... a pretensão de quem veio da luta de manter os custeios básicos da vida é realizar sonhos que para alguns parecem fáceis, grata pelo aconchego necessário. Aos amigos Robson, Luciene, Odemar e Adelice pela militância. Ao governo Ignácio Lula da Silva, pelos programas de inclusão e oportunidades.

Aos meus amigos que vieram através do Programa e em especial à Hemily pela alegria, fé e simplicidade, à Marcia Ellen Rocha pelos incentivos, à Lucinete que carrego como exemplo de fortaleza, Valdecir pela pessoa especial e resistência, Patricia Ereio Barbosa pelos cafés, pousos e deliciosos encontros, Rubens Petri pelas inúmeras discussões políticas, à Francisco pelas parcerias como amigo e meu primeiro formador CEFAPRO. Ao casal Rodrigo e Simone, à Dhayse, Marco Antônio e Marcelo pela convivência e aprendizados.

Por fim, ao meu irmão espiritual Alesson Maciel Guirra pelas discussões que resultou em dado momento, na parceria neste estudo. Aprendemos juntos que a academia funciona com boa vontade, confiança e trabalho. Grata pelas contribuições cartográficas e matemáticas, auxiliando na sistematização para a proposta metodológica disposta no quinto capítulo deste estudo.

A todos que de alguma forma interferiram para os avanços desta pesquisa e da ciência meus sinceros agradecimentos!

“A educação é a descoberta progressiva da nossa ignorância.” - Will Durant

"É preciso garantir que as favelas sejam também cidades. Já que elas estão por todo o município"
(Marielle Franco, 2016)

RESUMO

Esta dissertação, aborda uma temática que tem ocupado e ampliado significativamente os espaços de debates e pesquisas em torno de oportunidades, sucesso escolar, efeito vizinhança e segregação institucional/escolar. Esta pesquisa, através dos resultados da Prova Brasil 2007-2015, na cidade de Rondonópolis, promoveu análises críticas sobre os resultados, verificando causas e consequências e da segregação escolar. Para tanto adotou-se a Fenomenologia Hermenêutica, com abordagem qualitativa, recorrendo a consultas documentais das secretarias escolares, dos resultados oficiais da Prova Brasil, das visitas às escolas, ao Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Professores e campo, para averiguações. O banco de dados recebeu o tratamento seguindo os passos do método que dispõe em primeiro momento, a redução da realidade sobre a possibilidade, evidenciando as influências nas ações geopolíticas exercidas na formação de políticas públicas no Brasil, com foco na avaliação externa, a Prova Brasil. Discute-se o conceito de segregação sob enfoque das desigualdades escolares, o conceito de equipamento urbano educacional, os condicionantes capitalistas neste ambiente e o efeito vizinhança. Num segundo momento, ocorre a destruição sobre o processo regressivo envolvendo a internalização histórica e acúmulo dos sedimentos existentes da intencionalidade e, neste momento, os resultados da pesquisa caracterizam a Prova Brasil, o Índice de Desenvolvimento de Educação Básica, suas metas e Programas Econômicos correlacionados com o desenvolvimento educacional no estado de MT. Evidencia-se os resultados do Índice de Desenvolvimento de Educação Básica entre as escolas estaduais que participaram, no período entre 2007 a 2015, na cidade de Rondonópolis. Especializa-se os Indicadores de Nível Socioeconômicos (INSE), resultados divulgados pelo MEC de cada unidade escolar estadual de Rondonópolis de 2015, e compara-se as características estruturais, históricas das escolas Carlos Pereira Barbosa e Emanuel Pinheiro, contrapondo os índices da Prova Brasil. Por fim, o último passo do método, que é a construção. Neste, manifesta-se a reflexão do processo de destruição, considerando a proposta de novos caminhos que possam auxiliar novas contribuições para tradições. A proposta, então, ocorre na análise da distribuição espacial de equipamentos públicos e apresenta uma nova proposta metodológica que contribua para o planejamento de alocação ou realocação de equipamentos públicos de ensino, otimizando a fluidez da cidade e favorecendo a justiça social. Após este capítulo há o desfecho desta investigação, que não propõe conclusão, mas o fomento para os entusiasmados pelo assunto.

Palavras chave: Políticas Públicas. Prova Brasil. Efeito Vizinhança. Segregação Escolar.

ABSTRACT

This dissertation addresses a thematic that has occupied and significantly expanded the spaces of debates and research around opportunities, school success, neighborhood effect and institutional/school segregation. This research, through the results of Brazil Proof 2007-2015, in the city of Rondonópolis, promoted criticism about the results, verifying the causes and consequences of school segregation. For this, the Hermeneutic Phenomenology was adopted, with a qualitative approach, using documentary queries from the school secretariats, the official results of Brazil Proof, visits to schools, the Center for the Training and Improvement of Teachers and field, for inquiries. The database received the treatment following the steps of the method that has at first, the reduction of reality about the possibility, evidencing the influences on the geopolitical actions carried out in the formation of public policies in Brazil, focusing on the external evaluation, Brazil Proof. The concept of segregation under the focus of school inequalities is discussed, the concept of educational, the capitalist constraints in this environment and the neighborhood effect. Secondly, destruction occurs on the regressive process involving historical internalization and accumulation of existing sediments of intentionality, and at this moment, the results of the research characterize Brazil Proof, the Index of Development of Basic Education, its goals and Economic Programs correlated with the educational development in the State of Mato Grosso. The results of the Basic Education Development Index among the state schools that participated in the period from 2007 to 2015 in the city of Rondonópolis. The Socioeconomic Level Indicators (INSE) are spreads out, results published by the MEC of each state school unit in Rondonópolis, 2015, and the structural and historical characteristics of the Carlos Pereira Barbosa and Emanuel Pinheiro schools are compared. Lastly, the last step of the method, which is construction. In this, the reflection of the process of destruction is manifested, considering the proposal of new ways that can help new contributions to traditions. The proposal, then, occurs in the analysis of the spatial distribution of public equipment and presents a new methodological proposal that contributes to the planning of allocation or reallocation of public teaching equipment, optimizing the city's fluidity and favoring social justice. After this chapter there is the outcome of this investigation, which does not propose conclusion, but the encouragement for those enthusiastic about the subject.

Keywords: Public Policies. Brazil Proof. Neighborhood Effect. School Segregation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
Objetivo Geral	21
Objetivo específico	21
CAPÍTULO 1: O MÉTODO E A TRAJETÓRIA METODOLÓGICA DA PESQUISA	23
1.1 Procedimentos Metodológicos	27
1.2 Etapas Metodológicas	30
1.3 Construção: Uma Nova Proposta Metodológica	31
CAPÍTULO 2: O ESTADO E A FORMAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	37
2.1 O Estado Avaliador	42
CAPÍTULO 3: SEGREGAÇÃO E DESIGUALDADE ESCOLAR	48
3.1 Equipamentos Urbanos Educacionais e a Periferia	51
3.2 O Efeito Vizinhança e a Segregação Escolar	53
CAPÍTULO 4: A TERRITORIALIZAÇÃO E A SEGREGAÇÃO DAS ESCOLAS NO ESPAÇO URBANO DE RONDONÓPOLIS/MT: UMA ANÁLISE ALÉM DOS RESULTADOS DA PROVA BRASIL	58
4.1 Entendendo a Prova Brasil e o Índice de Desenvolvimento de Educação Básica	58
4.2 O Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso e a organização do Ensino na Rede Estadual	65
4.2.1 A Organização do Ensino em Mato Grosso	68
4.3 Rondonópolis: segregação escolar	72
4.4 Meta e Evolução do IDEB em MT e Rondonópolis	74
4.5 Indicadores de Nível Socioeconômicos	86
4.6 As Escolas Carlos Pereira Barbosa e Emanuela Pinheiro	94
4.6.1 Escola Carlos Pereira Barbosa	96
4.6.2 Escola Emanuel Pinheiro	103
CAPÍTULO 5: DISTRIBUIÇÃO E ABRANGÊNCIA ESPACIAL DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS: UMA NOVA PROPOSTA METODOLÓGICA APLICADA A ESCOLAS DE ENSINO BÁSICO DA CIDADE DE RONDONÓPOLIS	

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
7. REFERÊNCIAS	130

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Fluxograma Metodológico	29
Figura 2. Etapas Metodológicas - Analisando a distribuição espacial de equipamentos públicos de educação básica em Rondonópolis/MT	36
Figura 3. Brasília, 11 de outubro de 1977. Presidente Ernesto Geisel assina a lei da divisão de Mato Grosso	66
Figura 4. Renda Média por Bairros em Rondonópolis/MT - 2014	73
Figura 5. Alunos no Barracão/Auditório da Escola Carlos Pereira Barbosa assistindo uma Apresentação	99
Figura 6. Alunos no Auditório/Quadra da Escola Emanuel Pinheiro assistindo uma Apresentação	105
Figura 7. Reforma da Escola Emanuel Pinheiro 2018.	106
Figura 8. Carta de densidade combinada entre escolas de ensino básico (estaduais e municipais) por quilômetro quadrado, no setor centro-oeste da cidade de Rondonópolis-MT	116
Figura 9. Carta de densidade combinada entre escolas de ensino básico (estaduais e municipais) por quilômetro quadrado, no setor leste da cidade de Rondonópolis-MT	118
Figura 10. Carta de densidade combinada entre escolas de ensino básico (estaduais e municipais) por quilômetro quadrado, no setor norte da cidade de Rondonópolis-MT	120
Figura 11 – Carta de densidade combinada entre escolas de ensino básico (estaduais e municipais) por quilômetro quadrado, no setor oeste da cidade de Rondonópolis-MT	122
Figura 12 – Carta de densidade combinada entre escolas de ensino básico (estaduais e municipais) por quilômetro quadrado, no setor sul da cidade de Rondonópolis-MT	124

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Matriz de densidade escolas públicas de ensino básico estaduais e municipais	32
Tabela 2. Classes de densidade combinada entre equipamentos públicos de ensino básico estadual e municipal	33
Tabela 3. Porcentagem de densidade entre equipamentos de ensino público estadual e municipal	34
Tabela 4. Quantificação da densidade e distribuição dos equipamentos públicos de ensino básico no setor centro-oeste da cidade de Rondonópolis-MT	117
Tabela 5. Quantificação da densidade e distribuição dos equipamentos públicos de ensino básico no setor leste da cidade de Rondonópolis-MT	118
Tabela 6. Quantificação da densidade e distribuição dos equipamentos públicos de ensino básico no setor norte da cidade de Rondonópolis-MT	120
Tabela 7. Quantificação da densidade e distribuição dos equipamentos públicos de ensino básico no setor oeste da cidade de Rondonópolis-MT	122
Tabela 8. Quantificação da densidade e distribuição dos equipamentos públicos de ensino básico no setor sul da cidade de Rondonópolis-MT	125
Tabela 9. Zonas educacionais com densidades combinadas baixas, entre equipamentos públicos de ensino básico, estaduais e municipais	125

LISTA DE MAPAS

MAPA 1. Escolas Estaduais de Rondonópolis: Indicadores Socioeconômicos (INSE) - 2015	91
MAPA 2. Localização das Escolas Carlos Pereira Barbosa e Emanuel Pereira	96

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Classe de Rendimento Nominal Mensal Domiciliar	74
Gráfico 2. Meta e Evolução do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica nas Escolas Públicas Estaduais de MT de 2007 à 2021	75
Gráfico 3. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica das Escolas Públicas Estaduais de Rondonópolis-MT em 2007	77
Gráfico 4. Transferência de Recursos por Ação de Governo - 2008 a 2018	79
Gráfico 5. Evolução das Famílias Atendidas pelo Programa Bolsa Família em Rondonópolis MT - 2008 a 2018.	80
Gráfico 6. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica das Escolas Públicas Estaduais de Rondonópolis-MT em 2009	81
Gráfico 7. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica das Escolas Públicas Estaduais de Rondonópolis-MT em 2011	83
Gráfico 8. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica das Escolas Públicas Estaduais de Rondonópolis-MT em 2013	84
Gráfico 9. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica das Escolas Públicas Estaduais de Rondonópolis-MT em 2015	85
Gráfico 10. IDEB Escola Carlos Pereira Barbosa - 2007-2015	99
Gráfico 11. Distribuição Percentual dos Alunos do 5º Ano do Ensino Fundamental por Nível de Proficiência de Matemática e L. Portuguesa na Escola Carlos Pereira Barbosa- 2015	100
Gráfico 12. Distribuição Percentual dos Alunos do 9º Ano do Ensino Fundamental por Nível de Proficiência de Matemática e L. Portuguesa na Escola Carlos Pereira Barbosa- 2015	102
Gráfico 13. IDEB Escola Emanuel Pinheiro - 2007-2015	107
Gráfico 14. Distribuição Percentual dos Alunos do 5º Ano do Ensino Fundamental por Nível de Proficiência de Matemática e L. Portuguesa na Escola Emanuel Pinheiro- 2015	108
Gráfico 15. Distribuição Percentual dos Alunos do 9º Ano do Ensino Fundamental por Nível de Proficiência de Matemática e L. Portuguesa na Escola Emanuel Pinheiro- 2015	110

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Escala INEP de Língua Portuguesa e Matemática – EF	58
Quadro 2. Matriz de Língua Portuguesa e Matemática – EF	60
Quadro 3. Síntese de Gestão Administrativa/Programas de Desenvolvimento Econômico de MT de 1979 a 2010	66
Quadro 4. A Consolidação do Ensino Público em Mato Grosso entre o período de 1910 a 2013	69
Quadro 5. Caracterização dos Indicadores dos Níveis Socioeconômicos das Escolas Públicas de Ensino Básico	86
Quadro 6. Características dos Níveis Socioeconômicos	89
Quadro 7. Níveis Socioeconômicos das Escolas de Educação Básica Rede Estadual Rondonópolis/MT	91
Quadro 8. Caracterização da Infraestrutura da Escola Carlos Pereira Barbosa Rondonópolis/MT	96
Quadro 9. Caracterização da Infraestrutura da Escola Carlos Pereira Barbosa Rondonópolis/MT	105

INTRODUÇÃO

O período técnico científico informacional é o momento histórico no qual a construção do espaço ocorre com um crescente conteúdo de ciência, de técnica e de informação.

Oportunidades educacionais, acesso e isonomia, pilares instituídos em nossa Constituição Federal (C.F.) e na agenda que envolve o Ministério da Educação (MEC), através de um processo histórico, envolve ações de planejamento do Estado com a finalidade de alcançar a equidade social, em especial a partir do processo de democratização promulgado em 1988.

Segundo Brooke (2008); Koslinski e Alves (2012); Érnica (2013), nos Estados Unidos da América (E.U.A.) e na Inglaterra, no período pós-guerra, onde as preocupações com a eficácia escolar, a qualidade e o acesso tomaram considerável força.

Partindo de Coleman, que a pedido do governo americano, realizou a Pesquisa em Eficácia Escolar, objetivando identificar fatores correlacionados com o sucesso escolar no âmbito da escolarização primária e secundária, preocupados com o acesso de grupos que a partir da Lei dos Direitos Civis 1964, impulsionou igualdade e cidadania entre brancos e negros oportunizando Educação, e este, foi resultado de muitos enfrentamentos sociais. Na Inglaterra, destaca-se o Relatório de Plowden, que a pedido do poder público, envolveu a descrição da qualidade da escola primária. Estes mecanismos influenciaram estudos e sistemáticas de avaliações em muitos países em desenvolvimento, um destes é o Brasil, que atualmente conta com sistemas de avaliações externas que buscam efetivar ações e construção de políticas públicas para Educação pública e de qualidade.

As atuações do modelo capitalista influenciam muito na construção urbana no Brasil e nos modelos de políticas públicas educacionais que ainda procuram mais autonomia. Na fase neoliberalista, na revolução agrícola, observamos a rápida expansão urbana devido ao êxodo, fenômeno de uma trama instigada pela modernização na produção intensificando a globalização. Nos principais centros metropolitanos foi estimulado o crescimento do mercado, da concentração industrial nas dinâmicas urbanas e os impactos sociais também se somaram a este momento. Houve o fortalecimento dos subempregos e a favelização nas periferias conforme ideias extraídas de Souza (2001).

Portanto, este tema é relevante considerando que no Brasil há intensas pesquisas e organizações ligadas à América Latina, grupos de estudos formados em universidades públicas e grupos de pesquisas formados por professores de diversas áreas de conhecimento, como exemplo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) no Rio de Janeiro; Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC) de Minas Gerais; Observatório das Metrópoles da América Latina, coordenado por Instituto de Pesquisa Urbano e Regional da Universidade do Rio de Janeiro, dentre outros; que vem operando no sentido de entender as complexidades do desenvolvimento educacional, geográfica, econômica e social em países latinos.

É importante salientar que nessas pesquisas há influências emanadas das discussões de campos da Educação que se preocupam com os rumos das políticas que direcionam as ações de planejamento através das avaliações, da Sociologia Educacional que auxilia na análise com as teorias de projeções de impactos nas dinâmicas sociais, da Geografia que contribui criticamente localizando e interpretando fenômenos na espacialização produzida. Todas essas ciências e grupos de pesquisas mencionados buscam, num exercício profundo ontológico e multidisciplinar, avanços para auxiliar as políticas públicas atuais.

Pontuando, esses grupos vêm operando para contribuir na discussão dos temas que envolvem a Equidade Educacional, aprofundando entendimentos da realidade complexa que é um país em desenvolvimento. Um dos conceitos elaborados é a segregação escolar e/ou institucional, desenvolvimento a partir de levantamento de dados qualitativos e quantitativos, pesquisas que demonstram resultados diferenciados nas proficiências pedagógicas, quando se compara escolas com níveis socioeconômicos distintos.

A escola na geografia urbana é equipamento urbano que oferece serviço público. Para a Educação Geográfica é fonte do saber, lugar significativo, espaço público planejado e idealizado que abriga em seus interiores os sujeitos e a vida. São funcionários, estudantes, professores, todos com a finalidade de produzir, segundo Gomes (2012, p. 139), os espaços públicos é a “aglutinação dos encontros, propiciando a vivência e contribuindo para o espírito comunitário”.

O sentido da escola é “emancipar intelectualmente” sujeitos, como exposto por Paulo Freire em sua obra *Pedagogia do Oprimido*. Somada à dinâmica urbana, a escola proporciona mudanças devido seu caráter de uso e função, sua intencionalidade é fomentar a base intelectual e técnica para o mercado de trabalho do homem à luz da CF, para a categoria de profissionais da Educação seu papel é social na formação humana e deve atingir a cidadania política e crítica.

O Estado se compromete em oferecer ao cidadão o acesso público e isonômico à educação básica, ou seja, o ensino fundamental, responsabilizando-se no que tange à estruturação do equipamento escolar, na manutenção, contratação de contingente de mão de obra profissional e técnica, atendendo a Base Nacional de Currículos. Também prevê, a formação continuada dos professores e os demais profissionais da Educação, conforme preconiza a Lei de Diretriz Base da Educação (LDB 1996).

Incluindo, imputa-se na CF à família o dever no amparo, no fomento emotivo, no acompanhamento e na busca de cumprir o papel de resguardar o desenvolvimento moral e intelectual dos indivíduos em formação. Portanto, atender a igualdade na medida de suas desigualdades é um verdadeiro desafio quando se analisa as dinâmicas todas essas relações que compõe a cidade, somados às influências do capital, políticas de interesses umbilicais e composições dos lugares que ocorrem nos diversos espaços institucionais.

A escola contém sujeitos, esses que dão variados sentidos, movimentos e resultam diferenças em cada lugar. Há diversas discussões por exemplo, sobre as diferenças das escolas consideradas por fama local “melhores” e “piores”, sendo que, as consideradas melhores, estão geralmente localizadas nos centros das cidades e as de fama piores, nas periferias.

A curiosidade sobre essas diferenças entre as escolas, sobre os processos das dinâmicas das políticas que envolvem a escola, das diferenças demonstradas nos resultados dos censos oficiais, somada à minha profissão, professora, despertou a curiosidade que permeia a questão central desta pesquisa.

É possível através dos resultados da Prova Brasil verificar a segregação escolar?

Entender o Estado e suas políticas públicas de avaliação é aprofundar o entendimento da formação de todas as ações que envolvem os sistemas, os modelos educacionais e que, permeiam diversos setores e camadas institucionais de nossa sociedade, incluindo possíveis falhas que podem servir para segregar.

Ribeiro (2000, 2008, 2010); Katzman (2001, 2007); Brooke (2008); Koslinsk *et al* (2010) Koslinsk e Alves (2012); Érnica (2013); Costa e Bartholo (2014) vem discutindo questões que envolvem o efeito vizinhança e escolas localizadas em periferias de grandes e médias cidades, destacando os diversos fenômenos, como: globalização, desigualdades sociais e as oportunidades da geografia. Essas discussões também incluem as mudanças políticas educacionais e Universalização do ensino; concorrência na disputa de vagas nas escolas; níveis socioeconômicos dos estudantes e família que são evidenciados nos resultados da Prova Brasil; a expansão de matrículas em territórios de vulnerabilidade social; desigualdades socioespaciais e as influências do capital.

Associados a estes autores e questões, destaca-se Castells (1983); Tesoro (1993); Nardes (1997); Lefebvre (1999); Santos (1993, 1996, 2001); Carlos (2003); Harvey (1976; 1980; 2005); Campos Filho (2010) entre outros que se fizerem necessários e auxiliam para as discussões, análises e embasamento teórico-metodológico desta pesquisa.

Objetivo Geral

Analisar criticamente os resultados da Prova Brasil (2007-2015) verificando causas e consequências e a segregação escolar.

Objetivos Específicos

- a) Caracterizar a Prova Brasil, o IDEB suas metas e Programas Econômicos correlacionando com o desenvolvimento educacional no estado de MT.
- b) Evidenciar os resultados do IDEB entre as escolas estaduais que participaram no período entre 2007 à 2015 na cidade de Rondonópolis.
- c) Espacializar os Indicadores de Nível Socioeconômicos (INSE) de cada unidade estadual de Rondonópolis que participaram no ano de 2015.

- d) Comparar as características estruturais e históricas das escolas CPB e EP, contrapondo os índices da Prova Brasil.
- e) Espacializar as densidades de equipamentos públicos de ensino básico municipal e estadual, na malha urbana de Rondonópolis, sugerindo uma proposta metodológica baseada em Campos Filho 2010.

No Capítulo 1 ocorre o detalhamento da trajetória metodológica e das estratégias para o desenvolvimento desta pesquisa.

No Capítulo 2 a proposta é refletir à luz dos contextos históricos evidenciados e das influências nas ações geopolíticas exercidas na formação de políticas públicas no Brasil, com foco na avaliação externa, a Prova Brasil.

No Capítulo 3 discute-se o conceito de segregação sob enfoque das desigualdades escolares, o conceito de equipamento urbano educacional, os condicionantes capitalistas neste ambiente e o efeito vizinhança.

No Capítulo 4 ocorre a apresentação e discussão dos resultados, que foram construídos de acordo com o avanço de cada objetivo deste trabalho. A introdução deste capítulo inicia caracterizando a Prova Brasil, o IDEB suas metas e Programas Econômicos correlacionando com o desenvolvimento educacional no estado de MT. Depois, evidencia-se os resultados do IDEB entre as escolas estaduais que participaram no período entre 2007 à 2015 na cidade de Rondonópolis. Também, se espacializa os Indicadores de Nível Socioeconômicos (INSE) resultados divulgados pelo MEC de cada unidade escolar estadual de Rondonópolis que participaram no ano de 2015. Por fim, compara-se as características estruturais e históricas das escolas Carlos Pereira Barbosa e Emanuel Pinheiro, contrapondo os índices da Prova Brasil.

No Capítulo 5 ocorre a análise da distribuição espacial de equipamentos públicos através de uma nova proposta metodológica que contribua para o planejamento de alocação ou relocação de equipamentos públicos de ensino, otimizando a fluidez da cidade e favorecendo a justiça social. Após este capítulo ocorre o desfecho desta investigação, que não propõe conclusão, mas o fomento para os entusiasmados pelo assunto.

CAPÍTULO 1: O MÉTODO E A TRAJETÓRIA METODOLÓGICA DA PESQUISA

Para alcançar os objetivos desta pesquisa foi necessário adotar alguns passos que possibilitaram o caminho que apreendesse com maior fidedignidade o fenômeno em estudo. Desta forma neste capítulo, apresenta-se o método e a trajetória da pesquisa que foram pré-estabelecidos e eleitos no percurso, que auxiliaram na interpretação e investigação das causas e dos efeitos da segregação escolar.

A trajetória de uma pesquisa necessita de alguns passos, percorrer inicialmente os caminhos da leitura, da interpretação de textos – este momento é considerado a primeira fase, a raiz do conhecimento - construindo através deste processo a postura filosófica do pesquisador. Essa postura é fruto das reflexões da primeira fase e deve ser crítica e totalizante, analítica, com critério de informações, comparando e confrontando informações e ideais, refletir além do senso comum, conforme discussões elaboradas por Spósito (2004).

Spósito (2004) em sua obra “Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico”, de maneira muito esclarecida, afirma que a contextualização e inserção do objeto de estudo ocorre sob o aspecto da análise do recorte de uma totalidade, importante passo, pois este define os demais processos da investigação, utilizando-se de perguntas básicas da reflexão científica: Porque, quando e onde?

Seguindo estas perguntas básicas e essenciais, foi necessário estabelecer o método. As ininterruptas discussões que envolvem as influências de leitura de mundo e como transmitimos à sociedade relacionam-se com as etapas na produção do conhecimento e diferentes consensos epistemológicos. Diante da complexidade desta pesquisa, que envolve o cenário de avaliação externa para promoção de políticas públicas educacionais, de planejamento e impactos sociais, elegeu-se o método fenomenológico-hermenêutico.

Considerando o envolvimento da pesquisadora com objeto de estudo, a convivência profissional e a observação nas práticas das avaliações externas, também dos resultados que são expostos nas formações continuadas que venho participando, a finalidade com que vem se apresentando como proposta para que os docentes tracem

intervenções pedagógicas para alcançar o ideal mínimo do Índice de Desenvolvimento de Educação Básica (IDEB).

No processo da escolha do tema a ser pesquisado, ocorreu uma série de questionamentos internos que resultaram em diversos debates com outros professores, colegas, chegando à pergunta central desta Dissertação. Partindo deste ponto e refletindo nas análises que ocorreram num viés crítico, debruçando em resultados censitários da Prova Brasil e aprofundando o olhar sob as espacialidades, as relações entre outros fenômenos que se entrelaçam como causas-efeitos, adotou-se o método, no entendimento, que melhor se adequa à pesquisa.

A fenomenologia-hermenêutica, permitiu a condução deste estudo sob o olhar do sujeito que pesquisa e do mundo que o fundamenta, pois, o homem é, segundo Espósito (1993, p. 40) “atribuidor de significados [e] histórico, capaz de pensar e com o outro, através do trabalho, construir história.” Considerando esta afirmação é tácita a inseparabilidade do homem projetado no mundo e essa afirmação é evidenciada quando Heidegger (2005, p. 90) se utiliza do termo “ser do mundo” concluindo que nessa expressão há uma referência de fenômeno de unidade, no caso mais do que a fala de uma professora, mas a tentativa do olhar de uma classe de trabalhadores da Educação.

Com base nestes fundamentos, o método estabelece alguns passos para o desenvolvimento da pesquisa, Espósito (1993, p. 51) estabelece que o passo a passo serve ao pesquisador como “horizonte sobre o qual este se apoia e que lhe garante a possibilidade de uma certa perspectiva”, e neste caso, a perspectiva não estabelece quantificação, porém, não a exclui quando se faz necessário sua utilização construindo um suporte para analisar elementos e significados em relação ao objeto-sujeito-mundo.

Segundo Bruns (2005, p.70) não reduzindo objeto de estudo, mas “[...] compreendê-lo em sua facticidade e transcendência, levando em consideração o emaranhado de toda trajetória histórica [...]”. Este movimento de aproximação para análise dos resultados censitário da Prova Brasil tem grande êxito, quando se considera contextualização de conceitos chaves como espaço, Estado, Urbanismo, Educação, Políticas Públicas e a convivência com o fenômeno que se quer analisar, a segregação.

A abertura para os significados que sucede na aproximação com o fenômeno ampara-se na compreensão e interpretação. Manifesta-se neste momento a relevância da

hermenêutica que trouxe referência para a compreensão da interpretação de textos no contexto da produção humana, conforme Espósito (1994), para a História, Geografia, Educação e Sociologia, ocorreu a tentativa de compreender causas e efeitos na perspectiva interdisciplinar, afinal o mundo é um universo.

Foi necessário aprofundar a compreensão do método fenomenológico-hermenêutico que entremeia reflexões partindo do campo da Filosofia, pois procura entender como nos relacionamos com o mundo. É importante destacar que os métodos sofreram transformações em torno da modernidade, a ciência promoveu e ainda faz discursos para o desenvolvimento pautado no progresso, fortalecendo um modelo produtivo desigual.

Retomando, o ambiente hermenêutico relatado por Heidegger (2005), se refere inicialmente ao método como “Ser e Tempo”, na obra do autor é possível observar elementos mais formais do método. Heidegger promove a discussão a partir da analítica do Ser como o caminho para interpretação geral, um exercício para desmontar ontologias tradicionais, adotando basicamente três estratégias para descrever de modo geral o que comporta o método, e que foi colocado em prática, são:

- **Redução** – a manifestação da realidade sobre a possibilidade do que está oculto venha a ser evidenciado, esta etapa ocorre no segundo e terceiro capítulo;
- **Destruição** – processo regressivo que envolve a internalização histórica e o acúmulo de sedimentos existentes na intencionalidade que engessem a tradição, ou seja, possibilidades enrijecidas que necessitam ser liberadas, não significando o aniquilamento da tradição esta etapa ocorre no quarto capítulo;
- **Construção** – é resultado de reflexões do processo de destruição, pois consiste na possibilidade da construção de novos caminhos que podem auxiliar em novas contribuições para as tradições, esta etapa ocorre no quinto capítulo.

O método fenomenológico-hermenêutico não se caracteriza pela percepção imediata do objeto, pois esta, apresenta indícios iniciais de aparências que durante o percurso do estudo constrói-se a compreensão. Buscou-se a progressiva recuperação do todo - das relações, das causas e efeitos - identificando e explicando os fenômenos no contexto no qual estão inseridos. Apresentou-se como um método crítico e que privilegia a abordagem qualitativa possibilitando a identificação de tendências e discontinuidades.

Segundo Kirchbaum (2013, p. 179), os debates epistemológicos não envolvem apenas os pressupostos nas condições de aquisição do conhecimento, mas também, as normatizações para obter e utilizar o conhecimento, inserido no contexto dos esforços metateóricos que contribuem no forte sentimento de fragmentação. Conforme Cano (2012) *apud* Kirchbaum (2013, p.179) “de forma correlata, os desencontros paradigmáticos são traduzidos para embates entre métodos.” Por este motivo, houve a tentativa de ler o objeto deste estudo, mesmo com o recorte geográfico e toda gama que envolve os ritos científicos acadêmicos contemporâneos, a tentativa de não se prender em um único olhar, considerando que a filosofar é um exercício de profunda abstração holística.

A abordagem qualitativa e explicativa, proporcionou a condução para registrar e analisar fenômenos. Os autores Bogdan e Biklen (1994) destacam cinco características da investigação qualitativa, as quais estiveram em partes presentes, com maior ou menor intensidade e que serão descritas na sequência.

1 - Fonte direta de dados e pesquisador como instrumento principal: a investigação neste passo ocorreu ao mesmo tempo que interagir com o objeto, atuando no campo escolar. O processo da pesquisa com a realidade do pesquisador e do entendimento que este constrói dessa interação, apesar do banco de dados ter sido uma constante a partir de resultados oficiais, convive-se com as realidades nas salas de aula e na formação continuada.

2 – Investigação descritiva: as informações coletadas nesta etapa apresentam-se através da organização do banco de dados que se deu na consulta de documentação oficial da Secretaria de Planejamento da prefeitura municipal, do Plano Diretor, do IBGE, das plantas cadastrais dos bairros político administrativo e ambiental da cidade, dos resultados censitário da Prova Brasil, das fontes cadastrais da Secretaria de Educação do estado de Mato Grosso (SEDUC/MT) e da Secretaria de Educação do município de Rondonópolis (SEMED). Houve registros de fotos com o uso de celular;

3 – Interesse do Pesquisador pela pesquisa: esta etapa envolveu a construção da compreensão do objeto, dos fenômenos sob a concepção de significados, debruçando-se em leituras, consultas e na frequência das disciplinas ofertadas pelo programa de Pós-Graduação em Geografia, eventos e cursos promovidos pelo curso de pós-graduação de

Educação, ambos no Campus Universitário de Rondonópolis MT e o desenvolvimento de artigos e estudos relacionado à pesquisa;

4 – Análise de dados: o objetivo central desta etapa ocorreu não na perspectiva de refutar hipóteses, mas construir continuamente maneiras de agrupamento de informações particulares como fonte de nexos causais exemplificando sucintamente... as influências do capital na formação das políticas públicas, na urbanização e desigualdade; Para identificação dos efeitos entrelaçou-se com as causas, exemplificando...a espacialização, as diferenças entre as escolas e seus níveis pedagógicos de aproveitamento segundo os resultados da Prova Brasil.

5 – O significado como fonte de análise: as informações coletadas, organizadas, registradas deram base para construções de quadros, tabelas, gráficos e mapas dando significados nas discussões e análises apresentadas neste estudo.

1.1 Procedimentos Metodológicos

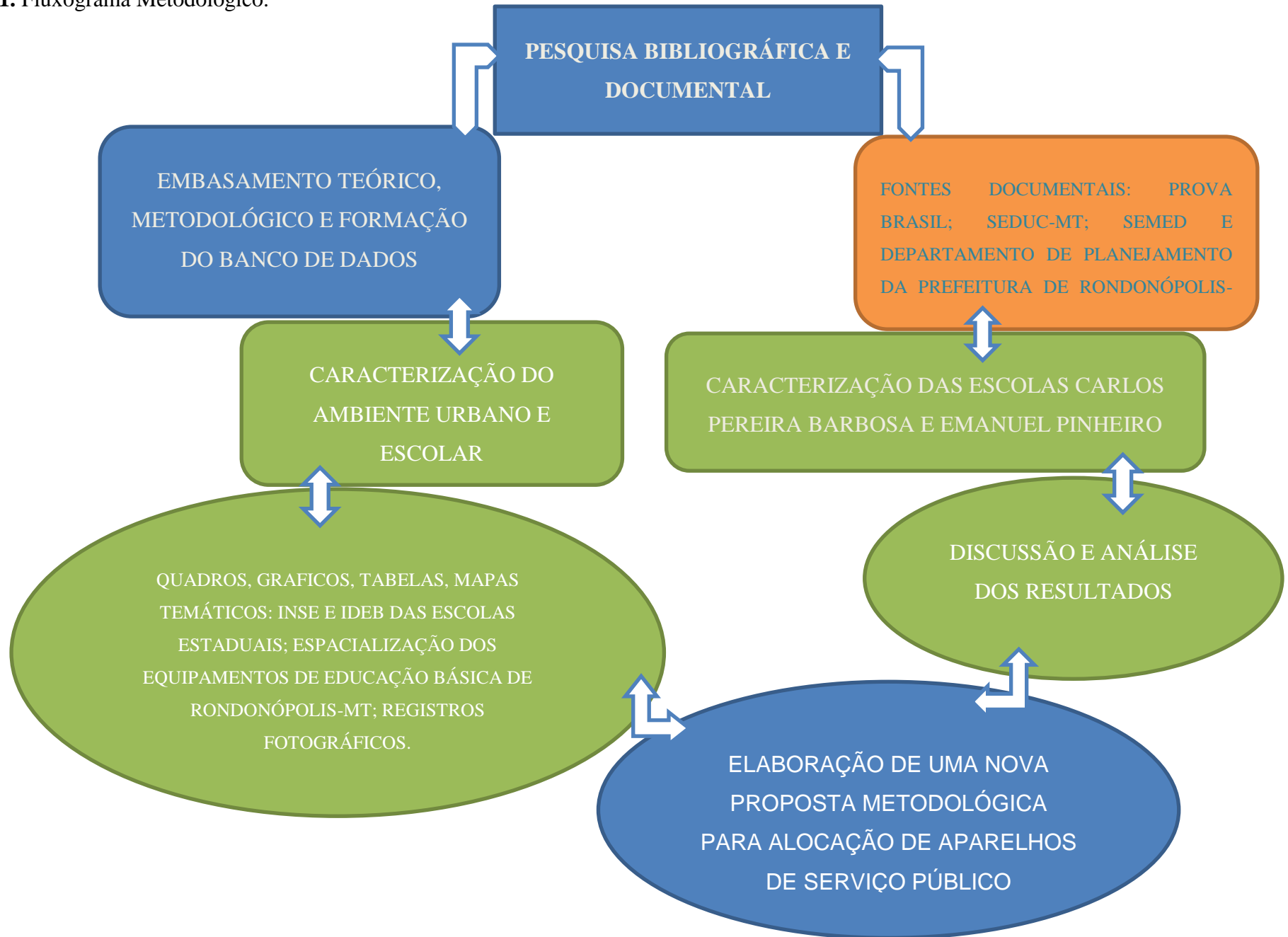
Há uma certa confusão do que é método e procedimentos metodológicos. O método é a escolha que se pauta nas intenções, percepções e interesses frente ao objeto que será estudado. Desta maneira, o método está muito mais próximo da epistemologia do que da pura técnica que, está mais ligada com as diferentes maneiras de nos aproximarmos do objeto de estudo, Gamboa (2008).

Lüdcke e André (1986) *apud* Oliveira (2011) mencionam que no processo da evolução das ciências sociais a investigação educacional passou a ter uma nova atitude frente à pesquisa, integrando o pesquisador no meio da “cena investigada”, evidenciando que não há neutralidade do pesquisador e que este envolvimento possibilita a criação de metodologias de acordo com o interesse de obter respostas. Demo (1981) reforça que a relação do pesquisador com o objeto de estudo dá margem ao uso de distintas abordagens metodológicas.

Seguindo esta linha de pensamento, pode-se afirmar que, o campo de estudos das metodologias das ciências sociais é muito complexo e amplo, pois os diferentes

interesses dos pesquisadores, atrelados às distintas concepções de realidade determina a diversidade de técnicas e maneiras de desenvolvê-las na prática. Para apresentar a sistematização do desenvolvimento desta exploração, apresenta-se na **Figura 1** o **Fluxograma Metodológico**.

Figura 1. Fluxograma Metodológico.



1.2 Etapas Metodológicas

A **pesquisa bibliográfica** foi uma constante no processo da construção investigativa, não há caminho sem base referencial e teórica, como exposto na introdução desta trajetória, foram adotados artigos, teses, dissertações de autores que cruzam a linha em outras pesquisas e que coadunam com esta temática.

A **consulta documental** ocorreu no percurso dos primeiros levantamentos de dados, pois entender como funciona o sistema de ensino, número de escolas das redes municipal e estadual, matrículas de alunos, Projeto Político Pedagógico das escolas Carlos Pereira Barbosa e Emanuel Pinheiro e claro, o convívio nas comunidades escolares que proporcionou mais do que fotos produzidas, mas a vivência e a troca de informações que foram pontuais para a observação na rotina escolar. As visitas às secretarias de Educação, Secretaria de Planejamento e Cefapro da cidade de Rondonópolis-MT foram necessárias para maior aprofundamento para formação do banco de dados.

Para a elaboração de **banco de dados**, a consulta documental na plataforma Mec e Qedu, literaturas para fundamentações históricas, bases cadastrais da secretaria de planejamento, secretaria das escolas, deu-se de maneira focada pois, a proposta envolve como fonte deste estudo analisar resultados da Prova Brasil, resultando na construção de quadros, Gráficos, Tabelas, Mapas como fonte de informações para análises.

Para a elaboração dos **mapas temáticos**, conforme o estudo foi avançando, houve uma série de tabulações de dados organizados, estas construções ocorreram para proporcionar identificação da segregação escolar, que se amparou nos rendimentos pedagógicos das unidades escolares, porém foi através do INSE que a espacialização ocorreu. O programa utilizado nos mapas foi o SIG QGis 2.14 Essen. A construção destes mapas, ocorreu através da constante consulta aos resultados da Prova Brasil, das informações documentais da SEDUC/MT e SEMED/Rondonópolis/MT, Notas técnicas do MEC e bibliografias. Destaca-se que somente as escolas de ensino básico públicas das séries iniciais e séries finais do ensino fundamental participaram da construção destes mapas.

Foi considerando o interesse de pesquisar o porquê da preferência popular que ocorre entre escolas centrais e as dificuldades de aproveitamento pedagógico que ocorre nas escolas consideradas periféricas, procurou-se entendimento no campo científico, que apresentou apontamentos iniciais nas discussões na Sociologia, Geografia das oportunidades e Educação.

Ocorre que estes estudos vêm sendo realizados em cidades e países, com influência global: Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Chile, Venezuela e outros da América Latina. Rondonópolis é cidade de médio porte, por isso, considerou-se amparada nestes estudos, as nuances dos interesses do capital, do mercado imobiliário e do efeito vizinhança nos aproveitamentos pedagógicos.

Sobre estes interesses, adotou-se uma grande referência latina nestes estudos Katzman (2001, 2007) e Ribeiro (2000, 2008 e 2010) que discutem os processos de transformações no enfoque de análises da produção do espaço sob os moldes capitalistas, do mercado imobiliário e do conceito de segregação. Ribeiro enfatiza que, “Tais estudos tem indicado a crescente correlação entre os fenômenos da destituição social e a concentração dos grupos em situação de vulnerabilidade em territórios crescentemente homogêneos, na medida em que nele cria-se uma dinâmica de causação circular da pobreza” adiciona-se a realização de estudos aprofundados sob o efeito vizinhança, equidade social e qualidade de vida.

A partir do contato com estas pesquisas a curiosidade da temática foi transportada para o ambiente de pertencimento profissional, por este motivo também se justifica a escolha do método.

A construção da pergunta, o recorte da pesquisa, auxiliou para a seleção das escolas, a Carlos Pereira Barbosa onde exerci o ofício de professora em 2015 e 2016 uma escola que atende o ensino básico fundamental de séries iniciais e finais com cerca de 440 alunos dos dois turnos (matutino e vespertino); E a escola Emanuel Pinheiro, onde vivenciei a experiência de ser mãe de uma aluna também até o ano de 2016. Esta escola, Emanuel Pinheiro, encontra-se no centro da cidade de Rondonópolis e atende cerca de 470 alunos de séries iniciais e finais do ensino fundamental. A semelhança do porte das escolas, o envolvimento e aproximação das realidades e a localização, uma central e outra periférica, foram fundamentais como critérios desta escolha.

1.3 Construção: Uma nova Proposta Metodológica

Nesta etapa, resultado das reflexões deste estudo, elaborou-se uma nova proposta metodológica a partir da obra Reinvente seu Bairro, do Arquiteto e Urbanista Campos Filho (2010). Inicialmente construiu-se a partir do autor, o entendimento do raio de 800 m de

abrangência ideal para atendimento, ou acesso por vias pedestre considerado confortável, esta metodologia apresenta-se na **Tabela 1** na matriz inicial, que formulou as de densidades de escolas.

Tabela 1. Matriz de densidade de escolas públicas de ensino básico estaduais e municipais

<p>EP = Equipamento Público</p> <p>☹ = Incômodo</p> <p>😊 = Intermediário à Incômodo</p> <p>😊 = Cômulo</p>	<p>Proposta de Campos Filho (2010): $r_1 = 800$ m, é a distância máxima definida como cômoda para se andar a pé até equipamentos sociais; $r_2 = 1273$ m, é a distância intermediária à incômoda; $r_3 > 1273$ m, é a distância incômoda;</p> <p>Em que: $\pi = 3,1416$; Área da circunferência = πr^2 Daí temos que: $A_1 = 2,010$ Km² ou aproximadamente 2,00 km², é a área de cobertura da distância cômoda; $A_2 = 4,0$ Km², é a área de cobertura da distância intermediária a incômoda; $A_3 > 4,0$ km², é a área de cobertura da distância incômoda.</p> <p>Na proposta deste estudo podemos estabelecer os seguintes intervalos de densidades de equipamentos públicos:</p> <p>$D_1 = 0,5$ equipamentos públicos/Km², é a densidade cômoda; $D_2 = 0,25$ equipamentos públicos/km², é a densidade intermediária à incômoda; $D_3 < 0,25$ equipamentos públicos/km², é a densidade incômoda.</p>		
<p>Densidade de escolas municipais de ensino básico</p>			
<p>Densidade de escolas estaduais de ensino básico.</p>	<p>Baixa (1)</p>	<p>Média (2)</p>	<p>Alta (3)</p>
<p>Baixa (1)</p>	<p>1,1</p>	<p>1,2</p>	<p>1,3</p>
<p>Média (2)</p>	<p>2,1</p>	<p>2,2</p>	<p>2,3</p>
<p>Alta (3)</p>	<p>3,1</p>	<p>3,2</p>	<p>3,3</p>

Fonte: CAMPOS FILHO (2010)

Orgs.: JASCHE, M. (2018); GUIRRA, A.P.M. (2018)

Com base em Campos Filho (2010) este estudo ampliou sua visão criando uma nova metodologia considerando que o olhar da geografia observa o sujeito e as oportunidades

oferecidas no espaço, enquanto que na visão urbanista o foco principal inclina-se a realizar obras com aspecto de harmonia sensorial do ambiente.

No primeiro caso, considerado mais confortável, selecionou-se parâmetros de qualidade para o atendimento, e no melhor caso, de alta densidade, teremos mais de três escolas em área de abrangência considerada cômoda o que possibilitaria menores quantidades de alunos por sala de aula, oferta compatível com a demanda, reduzindo necessidade de filas e disputas de vagas, facilitando a distância percorrida por alunos, aos alunos portadores de necessidades especiais, ao planejamento urbano visando o crescimento demográfico e até minimizar o uso de outros serviços públicos como exemplo, transporte escolar.

No caso mediano, encontra-se uma situação que apesar de não ser a ideal permite que se desenvolva de forma adequada o serviço público, no caso da educação básica. No pior dos cenários, há uma considerável perda do serviço oferecido tendo como possível resultados a superlotação de sala de aula e dificuldades na mobilidade para acessar o equipamento de ensino. Inclusive afrontando a Lei 8.069/1990 - Estatuto da Criança e Adolescente e a Lei 13.146/2015 da Inclusão de Portadores de Deficiência.

A partir da combinação matricial entre as densidades de escolas estaduais e municipais, com o uso da ferramenta *combine* do *3d Analyst* do software ArcGis 10.2 pode-se verificar os intervalos de baixa, média e alta densidades de equipamentos públicos de ensino básico. Especificamente, verificou-se a porcentagem em área coberta dos níveis de densidades combinadas baixas, correlacionando-as à classes de distribuição espacial, segmentadas por setores cadastrais oficiais da Prefeitura Municipal de Rondonópolis, conforme demonstrado na **Tabela 2**. Além de identificar nas zonas aptas, os bairros com baixa densidade de equipamentos públicos de ensino básico.

Tabela 2. Classes de densidade combinada entre equipamentos públicos de ensino básico estaduais e municipais.

Densidade Combinada entre Equipamentos Públicos de Ensino, estaduais e municipais.	Combinação Matricial
Baixa	1,1; 1,2; 2,1

Média	1,3; 2,2; 3,1
Alta	2,3; 3,2; 3,3

Orgs.: JASCHE, M. (2018); GUIRRA, A.P.M. (2018)

Esta conversão de unidades de medida visa assegurar melhor visualização cartográfica da distribuição espacial destes equipamentos, bem como, confere atributos diagnósticos qualitativos e quantitativos entre classes de distribuição espacial, contribuindo de forma inédita e complementar as ferramentas de gestão e planejamento urbano.

Para a espacialização da densidade destes equipamentos dentro dos polígonos representativos dos bairros associados a setores político-administrativos, previamente delimitados pela planta cadastral oficial da Prefeitura de Municipal de Rondonópolis, utilizou-se o estimador geoestatístico kernel, ferramenta presente no sistema de informações geográfica (SIG) ArcGis 10.2. Este estimador é comumente utilizado em análises exploratórias de processos pontuais, estimando a densidade de ocorrências de processos pontuais em toda a região de estudo, ou seja, gera uma superfície onde o valor é proporcional à intensidade do evento, mesmo naquelas regiões onde o processo não tenha gerado nenhuma ocorrência real, correspondendo ao raio de influência.

De posse dessas informações, verificou-se a porcentagem em área coberta dos níveis de densidades combinadas da classe qualificada com baixa densidade, correlacionando os valores obtidos com a classe de distribuição espacial definida conforme **Tabela 3**.

Tabela 3. Porcentagem de densidades entre equipamentos de ensino público estadual e municipal

Porcentagem de Densidades Combinadas Baixas entre Equipamentos Públicos de Ensino Básico (estaduais e municipais)	Classe de Distribuição Espacial de Equipamentos Públicos de Ensino Básico (estaduais e municipais)
80,0 a 100,0 %	Altamente concentrado
60,0 a 80,0 %	Concentrado
40,0 a 60,0 %	Transicional
20,0 a 40,0 %	Desconcentrado
0,0 a 20,0 %	Altamente desconcentrado

Fonte: JASCHE, M. (2018); GUIRRA, A.P.M. (2018);

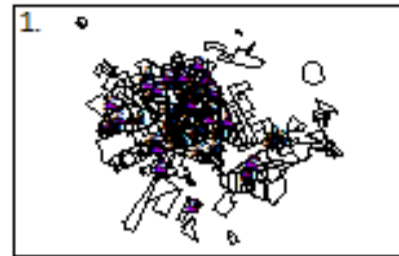
Esta combinação matricial entre as densidades combinadas das classes definidas na distribuição espacial, estabelece a porcentagem de densidades entre os equipamento públicos de ensino, ou seja na classe Altamente Desconcentrada pode ocorrer até 20% de área descoberta não havendo prejuízo quanto ao acesso, na Desconcentrada de 20% até 40% de área descoberta pelo serviço público de ensino; Na área Transicional partimos de 40% chegando à 60% de área sem atendimento do serviço público de educação, dificultando nesta fase a mobilidade pedestre necessitando de meios veiculares; Na porcentagem que atinge a Concentrada e Altamente Concentrada entre 60% à 100% de área sem a presença do equipamento de serviço público, há comprometimento de mobilidade urbana, de cidadania e justiça social, da inclusão e no desenvolvimento do serviço de maneira adequado, ou seja público e de qualidade.

Após estabelecido estes passos, foi realizado a quali-quantificação da distribuição espacial dos equipamentos públicos de ensino básico, estaduais e municipais, da cidade de Rondonópolis e a verificação das zonas aptas com baixa densidade destes equipamentos, através nove etapas descritas que resultaram numa produção cartográfica em cinco setores da cidade de Rondonópolis, resultado desta metodologia e discutidas como proposta para a qualidade de vida, desenvolvimento e justiça social.

Figura 2. Etapas Metodológicas - Analisando a distribuição espacial de equipamentos públicos de educação básica em Rondonópolis/MT

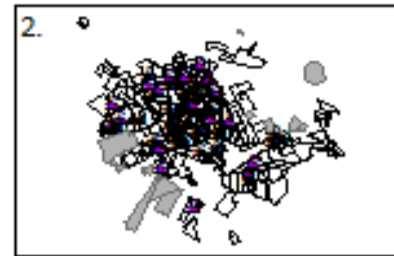
1. Seleção do Banco de Dados Geográficos:

- 1.1 - Aquisição dos endereços dos equipamentos públicos de ensino básico (estaduais e municipais);
- 1.2 - Aquisição das plantas cadastrais dos bairros e setores político-administrativos da cidade de Rondonópolis-MT;
- 1.3 - Fonte dos dados adquiridos: Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso (SEDUC-MT), Secretaria de Educação Municipal de Rondonópolis (SEMED-MT) e Prefeitura Municipal de Rondonópolis-MT.



2. Seleção de Zonas Aptas para Novas Instalações de Equipamentos Públicos de Ensino Básico (Estaduais e Municipais):

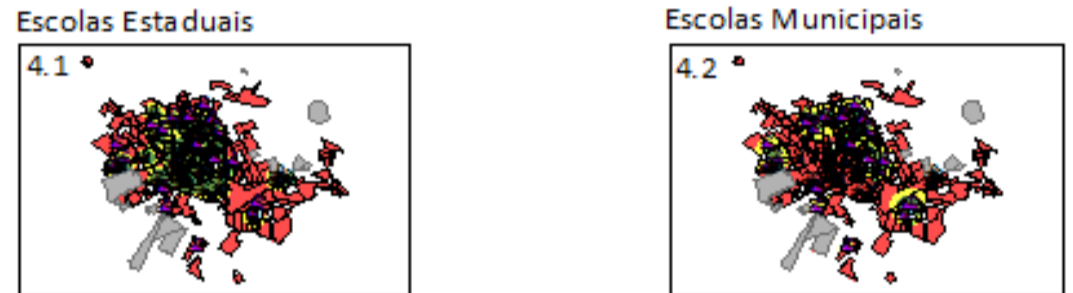
- 2.1 - Zonas Aptas: Bairros Residenciais e Comerciais, Setores de Chácaras, Conjuntos Habitacionais, Distritos Urbanos, Loteamentos, Núcleos, Vilas, etc;
- 2.2 - Zonas Inaptas: Parques de Exposição, Setores e Distritos Industriais, Setores Militares; Universidades Federais, etc;
- 2.3 - Exclusão ou desconsideração das zonas avaliadas como inaptas.



3. Estimativa da Densidade de Escolas Estaduais e Municipais

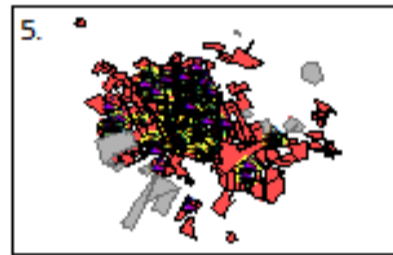


4. Reclassificação das densidades considerando os intervalos de densidade cômoda, intermediário à incômodo:



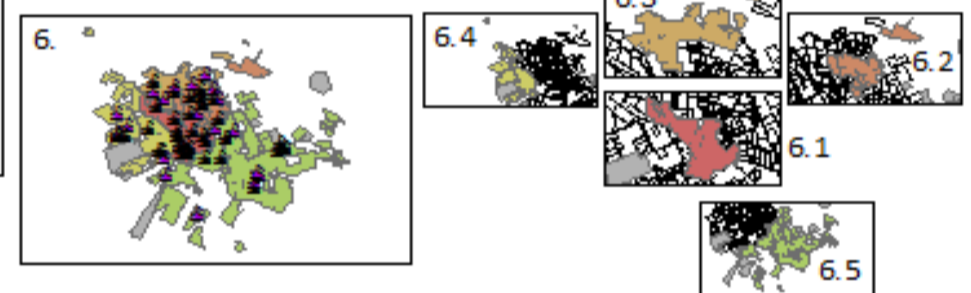
5. Combinação das densidades entre equipamentos públicos de ensino básico (estaduais e municipais), onde (1) baixa densidade, (2) média densidade, (3) alta densidade, sendo:

- 1,1; 1,2; 2,1 - Baixa densidade combinada;
- 1,3; 2,2; 3,1 - Média densidade combinada;
- 2,3; 3,2; 3,3 - Alta densidade combinada.

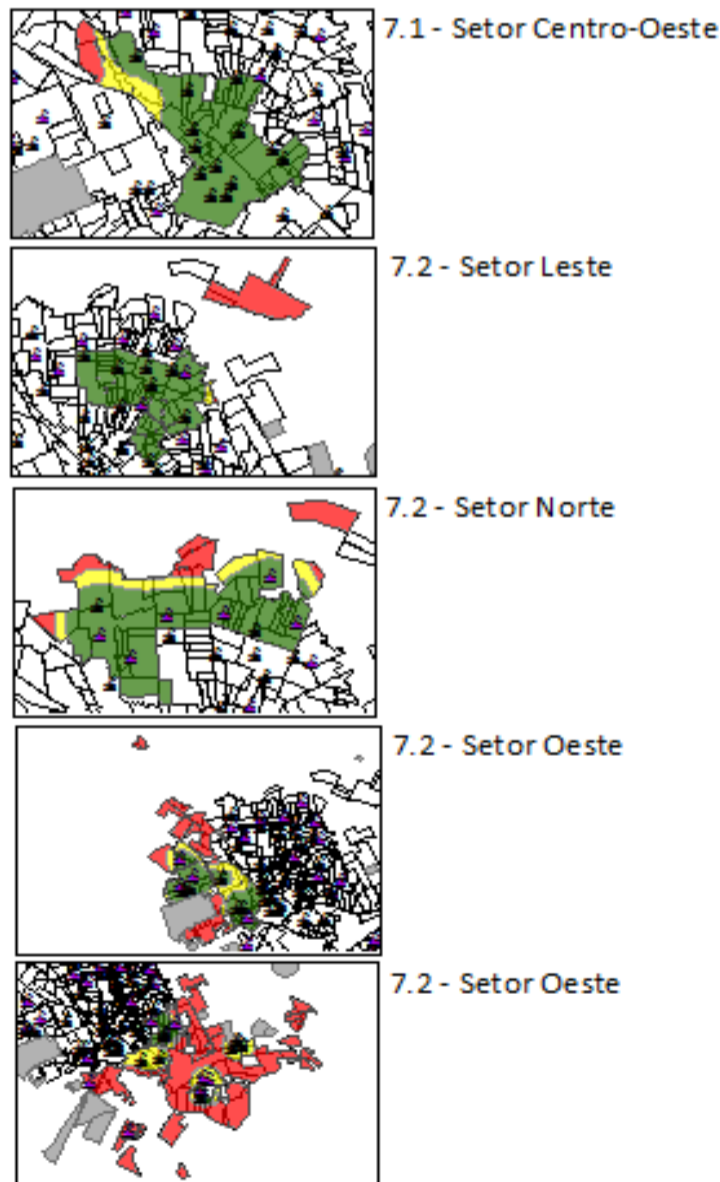


6. Segmentação por Setores de acordo com a base cadastral da Prefeitura Municipal de Rondonópolis-MT:

- 6.1 - Setores: Centro-Oeste (6.1); Leste (6.2), Norte (6.3), Oeste (6.4) e Sul (6.5);



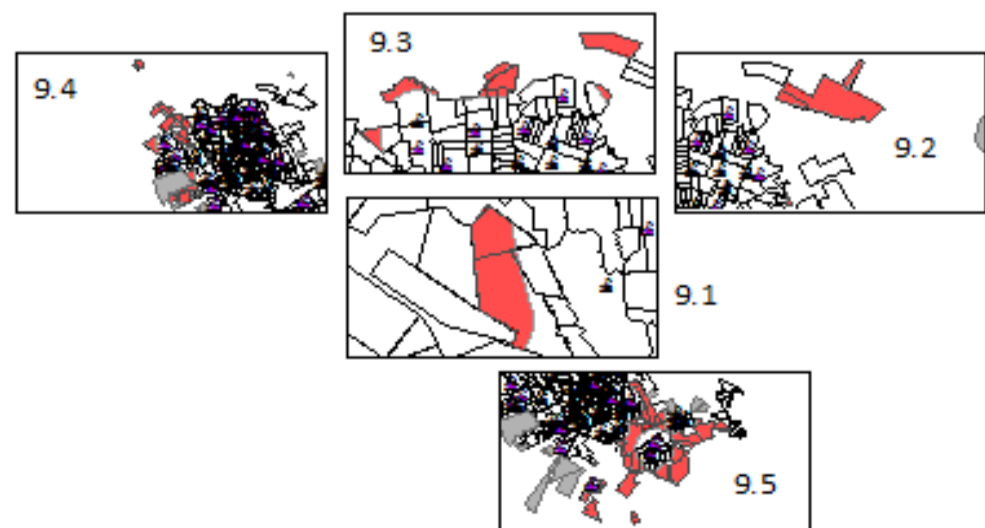
7. Diagnóstico quali-quantitativo setorial das densidades combinadas de equipamentos públicos de ensino básico (estaduais e municipais):



- 8. Verificação da porcentagem em área coberta dos níveis de densidade combinada baixa e correlação com a classe de distribuição espacial, onde:**
- Densidade Combinada Baixa (80 a 100%) - Altamente concentrado;
 - Densidade Combinada Baixa (60 a 80%) - Concentrado;
 - Densidade Combinada Baixa (40 a 60%) - Transicional;
 - Densidade Combinada Baixa (20 a 40%) - Desconcentrado e
 - Densidade Combinada Baixa (0,0 a 20%) - Muito Desconcentrado.

9. Verificação das Zonas Aptas com Baixa Densidade de Equipamentos Públicos de Ensino Básico (estaduais e municipais) e Tabulação:

- 9.1 - Setor Centro-Oeste;
- 9.2 - Setor Leste;
- 9.3 - Setor Norte;
- 9.4 - Setor Oeste;
- 9.5 - Setor Sul



CAPÍTULO 2: O ESTADO E A FORMAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Inicialmente recorda-se o que é o Estado, observando diferentes construções deste conceito e especialmente seu papel presente em diversos segmentos da sociedade. Segundo Lopes (2010) em sua obra “Noções de Teoria Geral do Estado”, o conceito do que é Estado construído ao longo da história, passou pelas mãos dos gregos tendo assim, a origem da palavra como polis, depois política como a arte de governar a cidade.

Os romanos na mesma sintonia da palavra tinham a *civitas* e *respublica* Lopes complementa explicando que foi a partir do século XVI, que “o termo Estado foi aos poucos tendo entrada na terminologia política dos povos ocidentais: é o *État* francês, *Staat* alemão, *State* inglês, *Stato* italiano e em português e espanhol Estado.”

Na obra de Maquiavel (1469-1527) intitulado “O Príncipe” (1513), o autor não formulou um conceito do que seja o Estado, mas o percebeu como o poder centralizado e a permanência deste por meio do soberano.

Para a Geografia nas suas diversas correntes o Estado-nação, é dotado de território, de limites imaginários, fronteiras e de identidade cultural. A visão de Ratzel em sua obra *Geographie Politique* (1898) segundo Campos (2014, p. 412-417), um Estado não existe sem território, é necessário a presença da sociedade politicamente organizada, a relação íntima e histórica impressa no espaço e o povo que exprime na sua identidade o ponto de origem da sua evolução civilizatória.

Para Engels (1884) em sua obra “A origem da família, da propriedade privada e do Estado” em síntese, trata o Estado como um instrumento de dominação de classe que aparenta neutralidade, mas que garante a “ordem” através dos interesses da classe dominante. Emerge, portanto, da relação entre dominantes e dominados, sendo seus mecanismos básicos de controle a força de segurança e a arrecadação de impostos.

Weber em sua obra “Economia e Sociedade” (2010. p. 3-35. 139-198) conduz com razão o Estado centralizado e burocrático a partir do século XVI que se pauta na elaboração de normas, leis, na administração da ação contínua, na hierarquia, na política, no território e no monopólio da violência legitimando o uso da força.

Não se configurando então pelos seus fins que é a defesa do território, da religião ou da classe dominante, mas sim pela natureza da instituição que detém a consagração da violência

reconhecida pelo povo como legítima e sem este reconhecimento este não seria o Estado e sim um sistema Anarquista, ressaltando que a burocracia é vista como a expressão maior de racionalidade de dominação do Estado moderno.

Santos na sua obra “A natureza do espaço: Técnica, Razão e Emoção” (1996) propõe em sua abordagem que o território em sua relação ontológica com o espaço, é entendido como uma dimensão do espaço interagindo com a técnica, adquirindo no seu caminho a construção da teoria social como discussão central exposta na obra. Ressaltando em sua outra obra “Por uma Geografia Nova” (1986, p. 189) a diferença entre espaço e território quando afirma que a “utilização do território pelo povo cria o espaço” sugerindo então que o território antecede o espaço. O território, portanto, é área delimitada dotado de relações de poder envolvendo diversos atores, relações sociais e têm fases históricas diversificando nas diferentes fases, relações cada vez mais complexas de poder.

O Estado é organizado administrativamente e dotado deste trabalho político que influencia as diferentes formas de ocupação e produção do espaço. Percebe-se que o Estado, exercita a política pública de governo, em sua relação de poder com o território considerando também a identidade cultural.

O Estado, segundo as discussões de Lopes (2010, p. 4) é definido como a organização de uma sociedade natural, onde a sociedade organizada tem como objetivo o bem comum (grifo nosso), e este ato do desejo do bem comum se dá como bem público (grifo nosso) se manifestando através da coordenação e de esforços de um grupo, que reconhecemos como as representações políticas e grupos de sociedade civil organizadas. Estes são os esforços de Inter cooperação na fiscalização, no auxílio do bom funcionamento das diversas instituições, instâncias do Estado. Lopes completa (2010, p. 4),

O homem é envolvido na teia do Estado antes de seu nascimento, com a proteção dos direitos do nascituro, e até depois de sua morte o Estado disciplina o cumprimento de suas últimas vontades. O Estado moderno é uma sociedade à base territorial, dividida em governantes e governados, e que pretende, dentro do território que lhe é reconhecido, a supremacia sobre todas as demais instituições. Põe sob seu domínio todas as formas de atividade cujo controle ele julgue conveniente. O Estado pode coercitivamente impor sua vontade a todos que habitam seu território, pois, seus objetivos são os de ordem e defesa social para realizar o bem público. Por isso e para isso o Estado tem autoridade e dispõe de poder, cuja manifestação concreta é a força por meio da qual se faz obedecer. Assim, Estado é a organização político-jurídica de uma sociedade para realizar o bem público/comum, com governo próprio e território determinado.

É importante refletir que, cada sociedade, porém, conduz sua maneira de gerir o Estado conforme seu amadurecimento social e neste processo há elementos essenciais que se devem levar em consideração, como os fatores históricos, as intenções e a condução na formação territorial de cada Estado. Destacando estes elementos, podem-se analisar mais profundamente as manifestações culturais, político-jurídicas, institucionais, produtivas entre tantas outras manifestações.

Considerando o papel do Estado discutido, a partir da década de 80, segundo Neave (2001) *apud* Oliveira (2011, p. 31), um novo modelo caracterizado pelo uso de avaliações em diversos setores, incluindo a educação, objetiva através desta ferramenta de planejamento, empreender recursos e estas ações somente se efetivar sob a formulação de políticas públicas, mas iremos incluir maiores detalhamentos no decorrer deste estudo em relação ao emergir deste mecanismo do Estado. É importante antes, recordarmos alguns fatos que reconfiguraram o modelo do Estado, na fase liberalista.

O liberalismo pauta-se na chamada força livre do mercado, onde os indivíduos são agentes econômicos baseando-se na racionalidade, empreendem-se forças que favorecem o equilíbrio natural do mercado.

Evidenciando Bobbio (2007) o estado liberal tem três principais funções: 1 – defender os indivíduos e o Território contra-ataques de inimigos externos; 2 – defender indivíduos que possam receber ofensas de outros indivíduos; 3 – promover obras públicas quando a iniciativa privada não puder executar a mesma.

Nessa perspectiva então, no contexto capitalista ocorre o fortalecimento da concentração de recursos tendo como um dos muitos resultados a exclusão e intensificação da desigualdade social. Este ideal perde toda sua credibilidade frente às crises deflagradas pelo desemprego em massa e o aumento considerável da pobreza que passou a ser combatido pela classe dos trabalhadores que cobrou do Estado neste momento histórico (pois ainda cobra) direitos trabalhistas.

Destaca-se como exemplos, segundo Oliveira (2011, p. 30), a revolução Bolchevique, movimento partidarista liderado por Wladimir L. Lênin (1870-1924), em 1917 que derrubou o governo czarista implantando o sistema socialista na Rússia.

Incluindo 1929 nos E.U.A., o período conhecido como a “Grande Depressão”, destacada pelo forte declínio econômico, impactando mundialmente a reestruturação complexa do sistema econômico com sua função e forma de regulação, adicionando estratégias para resgatar a economia que foram implantadas. Com o fim da segunda guerra mundial (1939-1945) significativas mudanças no plano econômico ocorreram.

Chegamos, portanto no ponto onde o papel do Estado é discutido e reconfigurado, com a finalidade de se manter com sua estrutura de poder. Nestes acontecimentos supracitados, diferentes formas de governo emergem e se incluem políticas sociais, é nesta linha que se resgata neste texto o surgimento das políticas públicas que tem como berço acadêmico os E.U.A.

Segundo Souza, (2006, p. 22) foram nas universidades por intermédio de uma disciplina que tornou possível a nova abertura à tradição europeia, agora então, como fonte de estudos e pesquisas neste campo da produção do governo, num viés especialmente diferente em suas análises, nasce enfim a discussão sobre o Estado e suas instituições.

Souza (2006, p. 22) afirma que “A proposta de aplicação de métodos científicos às formulações e às decisões do governo sobre problemas públicos se expande depois para outras áreas da produção governamental, inclusive para a política social”.

O fato é que, o que antecipou qualquer análise na formulação de leis que regessem a construção de políticas públicas, foi este processo nas bases científicas, com muitos estudos envolvendo pesquisadores de diversas áreas como exemplo, matemáticos, analistas de sistemas, sociólogos, cientistas políticos e alguns destes curiosamente se utilizaram como fonte inspiradora a Teoria dos jogos (1970) de Neuman, que lida com movimentos racionais para estudar situações estratégicas (mercado financeiro, economia, guerra, competitividade, etc), mais tarde, estimulou outras teorias também curiosas como exemplo, a Teoria da Decisão (1978) de Herbert Simon, conforme ideias extraídas de Oliveira (2011).

Sabendo então, que a trajetória da disciplina que nasceu como subárea do campo político, a escola americana ampliou o sentido do estudo no que se refere ao público em três caminhos, primeiramente por intermédio de Medison e seu ceticismo acerca da natureza humana, concentrando estudos nas instituições e considerando estas, como peças centrais na limitação das paixões e tiranias humanas. Paine e Tocqueville mais otimistas observam nas organizações locais o berço do civismo, fonte de promoção do bom governo. E por fim, a

ciência como fonte de entendimento (como e por que) das escolhas de ações elaboradas pelo governo, conforme Souza (2006, p. 22)

Assim do ponto de vista teórico a razão pela qual tantos pesquisadores e caminhos de estudos citados anteriormente se pautam num interesse comum que é contribuir nos avanços do conhecimento metódico de planejamento e do campo de gestões sócio-políticas. A partir dos avanços nos estudos o conceito de políticas públicas perpassou por diversos autores na década de 80, como enfatizou Souza (2006, p. 24),

Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”.³ A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.

Chama a atenção nestas definições citadas por Souza (2006), o *locus* onde ocorrem as decisões e análises, todas com o enfoque no governo. Ocorre que nestas decisões não se pode deixar de lado o fato de que a sociedade organizada civil influencia decisões, seja por intermédio de votos, de manifestações ou pelos movimentos sociais, apesar de nem sempre obter êxitos a história demonstra que já houveram grandes mudanças através dos clamores populares.

Política pública, portanto, envolve basicamente quatro etapas para sua construção: o campo de **Análise** – nesta, é preciso extrair do objeto de estudo as demandas e evidenciá-las; **Propor** – nesta etapa se expõe as propostas de mudanças e/ou soluções/respostas; **Planejamento de Ações** – é toda programação, organização para a efetivação de ações que visem o cumprimento das propostas que alcancem as demandas; **Avaliação** – medir os efeitos, o alcance, o acesso oferecido pelas ações, enfim os resultados das três primeiras etapas. Nesta última, ajustes são remodelados para efetividade da política pública, necessitando na maioria das vezes a aprovação desta, com/como Lei.

Acredita-se, portanto, que o conceito de política pública é mais amplo, abrange holisticamente as ideologias, as diversas instituições, a economia, a influência do modo de produção, a geopolítica, a cultura, as dinâmicas e dialéticas presentes na sociedade. A política pública, em suma, é um tema interdisciplinar, pois se utiliza de ciências exatas e também da

análise das humanas e por se tratar de dinâmica social ocorre a possibilidade de diversas interpretações.

2.1 O Estado Avaliador

Complexas mudanças na estrutura do Estado ocorreram nas diversas crises do capitalismo, especialmente entre o período de 1920 a 1980. Essas emergiram das necessidades na manutenção do capitalismo constituindo-se através do Estado Regulador. Um dos primeiros sinais da crise capitalista é relacionado à debilidade do Liberalismo e seus mecanismos da auto regulação econômica.

Foi em 1930 que diversos Estados passaram a traçar estratégias para combater a “grande Depressão”, interrompida pela guerra deflagrada em 1938. Foi nestas circunstâncias que a compreensão acerca da política econômica liberal não conseguiria manter-se como estável. John Maynard Keynes (1883-1946) no fim dos anos 20 questionou a Lei dos Mercados que reputava a economia capitalista autorregulável, tendo o estado para Keynes, o papel de regulador fiscal e criador de condições dos serviços públicos cidadãos como saúde, habitação, transporte, educação e outros.

Ocorre que nesta fase após a grande depressão americana, permaneceram com a forte presença do Estado no setor público, a finalidade era justamente fortalecer o setor social em ações nacionais, revigorando a economia. Porém, estas intervenções não deixaram de lado a dinâmica produtiva capitalista. Este modelo inspirou muitos outros países na restauração econômica sendo as políticas Keynesianas promotoras da forte expansão capitalista e da fase de “Ouro” pós-guerra fator importante também foi o modelo de produção fordista que impulsionou a teoria de Keynes na consolidação da nova dinâmica política.

Segundo Behring e Boschetti (2008, p. 82),

[...] uma melhoria efetiva das condições de vida dos trabalhadores fora da fábrica, com acesso ao consumo e ao lazer que não existiam no período anterior, bem como uma sensação de estabilidade no emprego, em contexto de pleno Keynesiano, diminuindo a radicalidade das lutas e levando a crer na possibilidade de combinar acumulação e certos níveis de desigualdades.

Assim, o modelo revigorado de Estado se configura pelo bem-estar social apoiado nas políticas públicas, mas também como interventor. Percebe-se que então, o Estado promove essa sensação de bem-estar e de “democracia” com um objetivo muito sutil, que é o fortalecimento do capitalismo. Ocorre que neste mecanismo o Estado necessita atender duas classes, gerando tensões na defesa de interesses: dos capitalistas e dos trabalhadores.

Foi também a Divisão Internacional do Trabalho (DIT), um importante fator que impulsionou a consolidação da profusão de políticas para o desenvolvimento educacional, uma vez que a estabilidade econômica dos E.U.A. se deu na interferência em escala mundial, através do acordo de Bretton Woods (1944) acordando uma série de disposições políticas de desenvolvimento para a economia pós guerra, dando origem a instituições internacionais de regulação como o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) também conhecido por Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio (OMC), a Organização das Nações Unidas entre outros.

Verifica-se que as políticas públicas educacionais ganham força através dos mecanismos que engendram o fortalecimento do capital, pois ao analisar a necessidade da indústria obter a mão de obra qualificada do trabalhador aclamado para reconstrução no momento histórico, estes também são mão de obra para as novas tecnologias pós guerra, empregadas nos diversos setores de desenvolvimento econômico, “[...] as políticas educacionais ganharam ênfase no Keynesianismo e, sobretudo, no *welfare state*, pois passou a ser considerada um fator que favorecia diretamente o desenvolvimento do capital” como expõe Oliveira (2011, p. 34).

A expansão do acesso educacional ocorre através das demandas dos trabalhadores na luta pela igualdade de direitos na formação escolar, obrigando o Estado a proporcionar este acesso através da seleção e exames que fragmentava a formação técnica como destaca Schwartzman (2005, p. 17), “o estudante técnico para atender postos na indústria, e a trajetória acadêmica para futuras posições de prestígio no governo e na sociedade, privilégio das elites” considerando que este período relatado abrange o fim do século XIX e início do século XX, no qual a maioria dos estudantes não chegava ao fim do ensino secundário foi, portanto a partir da diversificação da educação média que o acesso se intensificou.

Como porta de acesso às universidades e escolas politécnicas os testes como requisito para ingresso no ensino superior ocorrem acompanhados pelo Estado que investiu cada vez

mais no estabelecimento de padrões nacionais, formando comissões de professores para elaboração e correção das provas. Na Alemanha o *Abitur*, o *Baccalauréat* francês e o *American College Test* dos E.U.A. são exemplos da tendência de articular a qualidade e a igualdade do ensino nas diferentes instituições e “os resultados das provas finais seriam uma expressão pura das qualidades de cada indivíduo, independentemente de sua origem ou condição social, e serviriam para definir suas chances e lugar na hierarquia de oportunidades” destaca-se, que estes testes inferiam o acesso à cursos como medicina, direito, economia, filosofia e magistério etc. Schwartzman (2005, p. 17,18).

Também as mudanças ocorridas na educação européia quando a tradição na formação da elite perde força, uma forte crítica à academia é tecida e chama atenção para a escola que amparou, sobretudo, profissões e a classe elitizada, Schwartzman (2005, p. 7) discorre,

A formação buscada pelas escolas e universidades tradicionais sempre foi a das profissões clássicas, como o direito, a medicina, a teologia e o próprio magistério, cujos melhores estudantes encontrariam posições de prestígio e reconhecimento e as rendas decorrentes em função de sua competência, sem ter que competir em mercados dominados pela busca desavergonhada do lucro.

O acesso à educação se fortaleceu nos níveis secundaristas, universitários e de pós-graduação este movimento de controle e avaliação que sofreu questionamentos, devido o custo gerado ao Estado, fomentando novas maneiras de avaliar com o objetivo de compreender diversas particularidades da educação.

Nos E.U.A. e na Inglaterra as preocupações emergentes pautavam-se na eficácia escolar, na qualidade, das oportunidades educacionais. Vale lembrar que nesta fase da corrida pós-guerra pelo desenvolvimento tecnológico o Estado passou a se responsabilizar diretamente pela educação para fomentar a produção de conhecimentos específicos para atender as demandas de mercado.

Como exemplo da disputa pós-guerra, a Rússia que através do investimento na educação tecnológica, desenvolve engenharia de ponta para a fase e lança em 1957 o *Sputinik*. Este acontecimento estremeceu a indústria ocidental capitalista impulsionando mais investimentos no campo educacional nas demais nações, o mundo vivia a polarização e a competitividade.

Foi também nesta fase pós-guerra que o sentimento pautado na igualdade ganha força, como explicita Costa e Bartholo (2014, p. 1186)

[...] o resultado militar do conflito expressa não apenas a supremacia militar de uma grande aliança internacional, mas, também, a vitória moral de valores igualitários, confrontados com o talvez mais longo e resistente princípio discricionário presente na humanidade: a noção de raça e das hierarquias naturais a ela associadas.

Movimentos tomaram forças, revigoraram-se como o feminismo, o movimento Panteras Negras, a revolução cubana, os movimentos hippies e a liberdade pela opção sexual, o consumismo entre outros que, no geral, marcaram um período de contracultura. Pontua-se o caso *Brown vs Board of Education*, uma decisão em que a corte americana nos anos 20 tomou a favor da aluna negra de oito anos matricular-se em uma escola onde apenas pessoas brancas frequentavam. A decisão permitiu que outros negros norte-americanos conquistassem o acesso à escola, especialmente após a década de 50 nas vagas de universidades e escolas técnicas.

Neste contexto, a educação ganha força nos discursos de esperança de mudança de um futuro para a nova geração e as universidades continham uma massa formada não mais pela elite para dominar com o conhecimento, havia também outras intenções, outro público. São os clamores sociais em meio aos intentos do capitalismo que ecoam.

Coleman a pedido do governo americano realizou a Pesquisa em Eficácia Escolar, após o término desta, publicou o Relatório Coleman (1966). Este trabalho objetivou identificar fatores correlacionados com o sucesso escolar no âmbito da escolarização primária e secundária baseado na eficácia da Lei dos Direitos Civis 1964 que trata da igualdade e cidadania entre brancos e negros. Também na Inglaterra o Relatório de Plowden a pedido do poder público, envolveu a descrição da qualidade da escola primária, segundo Koslinski e Alves (2012); Érnica (2013).

O estudo de Coleman é considerado um marco importante para o desenvolvimento de sistema avaliativo do Estado. Chamou a atenção este relatório, pois o mesmo também considerou a condição socioeconômica como fator de desempenho dos estudantes.

Nesta etapa histórica, 1960 a 1970, relacionava-se que quanto maiores os níveis escolares, maiores seriam os níveis de qualidade de vida e também de longevidade, elementos estes, dispostos em estudos de índices de desenvolvimento Humano e também na Teoria do capital Humano de Schultz (1973), que sucintamente relacionou a educação como um investimento para o crescimento econômico de um país. Muitas críticas por pesquisadores na área de educação foram feitas ao Relatório de Coleman, que reconduziu novas pesquisas.

Ocorre que Christopher Jencks em 1970, realizou a análise do relatório e pesquisou numa mesma instituição estudantes de *status* diferentes e, constatou a desigualdade educacional. Desta ação nasceu um novo campo de pesquisa designado *school-effect* (efeito escola). Pesquisadores da área desenvolveram profundos apontamentos ao Relatório, incluindo que a instituição de ensino poderia promover a diferença na mudança positiva de desenvolvimento social, conforme ideias extraídas de Oliveira (2011)

Todos estes acontecimentos narrados sobre os estudos de Coleman, Schultz e Jancks, segundo Schwartzman (2005) auxiliaram para a criação da revisão na eficácia escolar. Os preceitos fundamentais e curriculares da educação dos E.U.A. foram revistos e estabelecidos na eficácia escolar. Foi a partir de então, inspirado nesta fundamentação que nasce em 1969 o *National Assesment of Educacional Progress* – NAEP (Avaliação Nacional do Progresso em Educação) que então, influenciou outros países como exemplo o Brasil, com o Sistema de Avaliação de Ensino Brasileiro (SAEB) que é provedor da Prova Brasil instrumento de avaliação externa que utilizaremos neste estudo como fonte de dados disposto em seus resultados.

Acrescentando em tempo, a influência econômica desta fase, com o declínio nos postos de trabalho na indústria mediante à substituição por máquinas sustentadas pelo rápido avanço das tecnologias e o enfraquecimento das lutas sindicais que foram os primeiros sinais de um novo colapso no capitalismo.

Foi a partir da década de 70 com a crise do petróleo que o discurso neoliberal ganha mais força e encontra o campo aberto para implantar na economia toda política em prol de reerguer o Estado que segundo Harvey (2008 p.23) “ninguém de fato sabia ou entendia com certeza que tipo de resposta funcionaria e de que maneira funcionaria”.

Países como a Inglaterra, Alemanha Ocidental, Dinamarca a partir da década de 80 pautaram-se na privatização das estatais, na contenção dos sindicatos, na competitividade flexível do mercado e na supressão da solidariedade social. É importante ressaltar que a ideologia neoliberal não ocorreu isoladamente nos países supracitados, mas através do fenômeno da globalização.

Neste contexto países da América Latina encontravam-se endividados e o passe para adequarem-se na nova modernidade neoliberalista foi contrair mais dívidas através dos empréstimos cedidos pelos senhores do capital que em contrapartida exigiram ajustes através

de programas e ações para se adequar ao novo modelo. Segundo Silva (2002, p. 255-256) foi a partir de 1989 que,

[...] os governos conservadores, diretores executivos e representantes das instituições financeiras internacionais, ministros da Fazenda, presidentes de bancos centrais e representantes dos governos das economias em desenvolvimento reuniram-se em Washington, a fim de procederem a uma avaliação da economia dos países tomadores de empréstimos que apresentavam resultados insuficientes [...]. Para expressar as convicções desses senhores do capital, John Williamson elaborou o modelo de reforma a ser aplicado pelos governos nacionais, devedores aos organismos financeiros e credores internacionais. O documento é conhecido como Consenso de Washington.

Compreendendo todo este novelo emaranhado, mesmo que de maneira que objetiva um pequeno espaço de tempo e de enfoque, tecemos o cenário do imperialismo norte americano, fator histórico ainda se impõe sobre diversas artimanhas indiretas e outras mais diretas nas ações para domínio geopolítico, econômico, explorador destruindo soberanias e promovendo golpes nos países que ainda buscam estruturar-se diante da composição histórica que foi até agora discutido, contento neste miolo das relações nas infraestruturas, as instituições básicas e serviços do Estado e suas funções impulsionadoras no desenvolvimento, destacando-se nesta pesquisa a Educação.

CAPÍTULO 3: SEGREGAÇÃO E DESIGUALDADE ESCOLAR

Os primeiros estudos que envolveram análise social do espaço urbano para aplicação de políticas públicas ocorreram em Londres sob a regência de Charles Booth no fim do séc. XIX, “rico negociante e armador Booth inventa o conceito de ‘linha da pobreza’ tornando-se um destaque na sociedade entre 1892 e 1905.

A iniciativa de Booth foi considerada pioneira, pois as pesquisas acadêmicas apresentavam o tema no formato de estudos de caso, enquanto o comerciante através da sistematização de coleta de dados que ocorria através de entrevistas realizadas por encarregados, responsáveis de supervisionar famílias pobres, tinha formato mais censitário, impulsionando Booth à academia em busca de amparo científico. Nesta ocasião, ocorreu a adoção dos métodos das ciências naturais, segundo ideias extraídas de Ribeiro (2004).

A pesquisa na classificação hierarquizada de Booth, conforme Ribeiro (2004, p. 4) ocorreu devido a aplicação de recursos financeiros próprios durante cerca de 17 anos elaborada por meio “da coleta sistemática de informações das famílias moradoras dos bairros de Londres. Os seus 900 mil habitantes são classificados e hierarquizados em categoria e cada rua é identificada e nomeada socialmente segundo este esquema” de informações.

Mesmo sendo um marco o trabalho do inglês, no momento da ocorrência da classificação, suprimiu-se as causas da pobreza, que mais tarde passou a ser evidenciada pelo mesmo pesquisador, mas ainda com métodos classificatórios.

Destaca-se também a escola de Chicago, evidenciada por Ribeiro (2004, p. 6):

Sob a liderança intelectual de Robert Park, Ernest Burgess e outros utilizando hipóteses ecológicas na explicação da distribuição da população no território, vários pesquisadores buscaram desenvolver técnicas que evidenciassem a influência do território – entendido como meio social – na compreensão de um vasto rol de problemas sociais, tais como delinquência juvenil, doenças mentais etc. Todas as técnicas utilizavam o conceito de áreas naturais [...] definidas por dois elementos: de um lado, uma unidade espacial delimitada por fronteiras naturais no interior das quais vive uma porção socialmente homogênea, promovida de um sistema de valores específicos e, de outro lado, uma unidade espacial habitada por uma população organizada por relações simbólicas internas.

Ribeiro (2004) também explica que a escola de Chicago foi de grande influência para o urbanismo e intervenções públicas que estabeleceram por exemplo, a idealização de conjuntos habitacionais, zoneamento das cidades, a noção prática de “unidade de vizinhança”. Na sociologia, ocorreu a tipologia de comunidades territoriais diferenciadas por quadro espacial e

práticas sociais que definem funções, composições, circulação, relações e práticas em torno dos centros de atividade.

Ledrut (1968) *apud* Ribeiro (2004, p. 10) define bem este quadro de tipologias:

Por exemplo a organização social é representada por um *continuum* hierárquico de unidades sócio espaciais em função da composição, relações e práticas sociais. A *aldeia* seria a unidade mais homogênea, apresentando fraca diferenciação interna e onde as relações espaciais essenciais são de circulação em torno dos centros de atividades. A *unidade vizinhança* é constituída por um conjunto de moradias onde prevalecem redes de ajuda mútua e contatos pessoais. A *vila* corresponde à escala da comunidade, onde encontramos, por exemplo, equipamentos coletivos comuns e onde o espaço está na escala do pedestre. O *bairro* definido por uma dupla delimitação: também está provido de equipamentos coletivos e acessíveis ao pedestre, mas, além disso, ele se constitui por uma subcultura e representa um corte significativo na estrutura social, podendo chegar até à uma institucionalização em termos de autonomia local. A *cidade*, entendida pela reunião, num nível superior dos indivíduos ou grupos enquanto que, a megalópole supõe uma exposição de unidades primárias, anunciando talvez uma reestruturação da vida local em outras bases.

No Brasil, destaca-se como pioneiros em estudos de análise social do território a Sociedade da Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais – SGMACS, que realizou pesquisas com objetivo de apontar espaços de alocação e instalação de equipamentos urbanos, serviços públicos e a satisfação de gestores e moradores. Também, através do processo de pesquisa com entrevistas e coleta de dados, estabelecia-se a criação de hierarquias de áreas diferenciadas nas estruturas e dinâmicas urbanas. Essa técnica influenciou o processo de urbanização, a partir de normatizações do uso e ocupação do solo urbano.

Segundo Carlos (2003 p 57),

A cidade é uma realização humana, uma criação que vai se constituindo ao longo do processo histórico e que ganha materialização concreta, diferenciada em função de determinações históricas específicas.

A ocupação e transformações dos espaços nos territórios tendem ocorrer sob as influências dos aspectos históricos, culturais e do modo de produção. No capitalismo as diferenças, sobretudo nos países em desenvolvimento tendem a ser muito desiguais, imprimindo na paisagem um conjunto de formas que se manifestam representando a sagacidade do capital em detrimento do bem-estar humano.

Segundo Silva (1997) o problema de concentração de terras no Brasil tem raízes em heranças históricas e provém das dinâmicas nas relações das leis vigentes da época colonial. O processo de propriedade privada teve sua regulamentação na apropriação das Sesmarias (1530 – 1850) que concedeu grandes porções de terras aos pleiteadores com intenções comerciais e

exploratórias. Apesar de estas ações serem para finalidade de estabelecer regras sobre terras rurais, foram estas que trouxeram base para estabelecer a vigência nos centros urbanos, que se formaram tardiamente em nosso país.

Suzigan (1986) relata que, no fim do século XVIII e no século XIX que vem a mecanização do território nacional e o meio técnico-científico se sobrepõe ao meio natural remodelando o território se tornando essencial para as produções hegemônicas que utiliza o espaço para sua realização.

Considerando a linha de análise de Santos (1993), no modelo capitalista pós II Guerra Mundial, numa síntese, há algumas influências pontuais:

- Inserção do Mercado - abertura da economia, financiamentos modernização do campo e infraestruturas;
- Revolução técnica científica - expandindo à difusão de ideias (consumo e informações rápidas);
- Produção bens de consumo pautado nas pesquisas de mercado (queda do modelo fordista);
- Miséria planejada - dar aos pobres a esperança de que estão emergindo da pobreza

Por volta de 1964 ocorre um golpe militar, neste período se estabelece integração do país sob base de um movimento de desenvolvimento dos interiores do país. Cria-se demanda externa e interna e a economia se desenvolve baseada nos financiamentos e acordos internacionais.

Moderniza-se a agricultura no viés das empresas químicas aumentando a safra de diversos produtos (café, soja, cítricos e outros), a população aumenta e a classe média é concentrada, programas de extensão de créditos voltados a expansão industrial, promove um sistema integrado de fortalecimento do capital estrangeiro, proporcionando uma fase de altas taxas de juros e aumento da dívida externa Santos (1993).

3.1 Equipamentos Urbanos Educacionais e a Periferia

A relevância do uso do solo, das suas funções no momento em que o tecido urbano materializa-se, através do seu cotidiano, seria no ideal, primar pela construção de espaços urbanos socialmente produzidos, ou seja, com espaços reservados ao construído para consumo social e não para finalidades de atender demandas de consumo de massas, como um mero produto venal, “Ordenar nossa sociedade na verdade é um indicativo não natural do real, consolidando uma busca ideológica de objetivos de classe.” Camargo (2009, p. 58), porém, como inicialmente exposto, as intenções iniciais na materialização dos espaços urbanos, rurais... Foram materializados espacialmente no desejo do lucro e de todas as intenções embutidas para obtê-lo.

Considerando a Lei Federal 6.766/79 (art. 4º § 2º), que regulamenta o parcelamento do solo urbano, dispõe a seguinte definição para equipamentos urbanos comunitários: “Consideram-se comunitários os equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer e similares” elucidando pontualmente a função e mecanismos de funcionalidade, destacando que a legislação brasileira estabelece dispositivos legais que emitem o dever dos gestores municipais estabelecerem o Plano Diretor norteando as funções e usos do solo municipal.

A questão aprofunda-se quando, nos espaços urbanos, os equipamentos tendem a ser alocados com finalidades que nem sempre atendem ao acesso de grupos sociais mais vulneráveis. Quando são alocados em atendimento a grupos fragilizados, o são por intermédio de movimentos sociais, sindicais ou mobilização de comunidades. Nas periferias urbanas as políticas públicas não ocorrem com naturalidade visando sanar deficiências facilmente identificáveis, mas sob uma pressão popular muito forte, destaca-se Negri (2008, p. 136),

Morar num bairro periférico de baixa renda hoje significa muito mais do que apenas ser segregado, significa ter oportunidades desiguais em nível social, econômico, educacional, renda, cultural [...] a maioria dos investimentos públicos é voltada para os bairros da classe de mais alta renda e, como os bairros da classe de baixa renda localizam-se em sua maioria longe do centro e das classes altas, os investimentos públicos acabam chegando – quando chegam – de maneira bastante precária. E isto se reflete nos índices de instrução, de saúde, entre outros.

Exemplificando, analisar a periferia urbana sob a ótica do mercado imobiliário, que, por sua natureza, pressiona por uma valorização através da especulação, demandando uma maior urgência na efetivação de serviços, espaços públicos para recreação, pavimentação, enfim, toda a gama de necessidades materializadas para atender consumidores, relegando a um segundo plano o quadro do bem estar social de trabalhadores de baixa renda, que se segregam

nos retalhos de menor valorização, ou se assentam através das ocupações. Ou seja, a espacialização urbana quando planejada, prioriza espaços para consumo através do poder de compra.

Negri (2007, p. 28 e 29) ao estudar o fenômeno da segregação residencial define que a expressão espacial se relaciona com as diferenças sociais,

Considera-se, ainda, como um fenômeno essencialmente espacial, e não como um mero reflexo das diferenças sociais, mas um espaço que é produzido e organizado de acordo com os interesses das diferentes classes. Parte-se do pressuposto que é a desigual distribuição espacial das classes sociais que causa o aumento das diferenças sociais e, a partir do momento que esta distância social adquire uma expressão espacial através da estruturação do espaço urbano, acontece à segregação sócio espacial.

Refletindo com o autor, que aborda o conceito de segregação como reflexo das diferenças sociais materializado no espaço e organizado sob a égide de interesses comandados pelo capital, o que, acentua ainda mais as diferenças espaciais, oportunizando a identificação de áreas de aglomerações. O autor explicita que o fenômeno de segregação sócio espacial está atrelado exclusivamente na distribuição desigual, e que, “não é um mero reflexo das diferenças sociais”, mas proposital quando se analisa os interesses de classes. Por este motivo é fundamental que o poder público tenha maturidade e olhar crítico quando falamos de planejamento urbano.

Freitas (2006, p. 2) aborda que ao entendermos de planejamento urbano, como uma atividade capaz de modificar a geografia das cidades, compreendermos que o desenvolvimento não ocorre desordenado, mas em atendimento a “grupos capazes de se impor politicamente. Assim o mito da falta de planejamento esconde, de maneira sutil, o fato de que a cidade é produzida para atender os interesses dos grupos privilegiados”, ainda é necessário superar as dicotomias do setor político, pois neste estão, ou deveriam estar, as representações populares nos momentos da produção espacial.

Continuando, Ribeiro (2004, p. 2) relaciona três mecanismos que explicam o fenômeno da segregação residencial. Inicialmente destaca a **globalização** como fonte provedora da difusão de ideais liberais que impactam nos paradigmas regulatórios que fundamentavam as políticas urbanas, tendendo a liberação do mercado de terras e imobiliária em favor do capital, propiciando a desigualdade no espaço urbano. A privatização dos serviços urbanos que aumenta a desigualdade do acesso aos serviços e equipamentos responsáveis pelo bem-estar e qualidade de vida.

A **dualização social** que expressa a divisão social urbana em formato de ampulheta e não por uma pirâmide “na qual as posições médias encurtam, enquanto aumentam as duas opostas. Simultaneamente vem ocorrendo o aumento da distância entre a renda média dos estratos superiores e a dos inferiores.” Os fenômenos supracitados somados à segregação residencial “exclusiva” – tendência de novos grupos sociais de alta renda e novos modelos culturais, busca localização exclusiva na cidade – que busca evidenciar o reconhecimento social, reduzindo o envolvimento social na cidade.

Por fim, a **descentralização** envolve a aplicação de investimentos em cidades com rendas *per capita* maiores, concentrando estas aplicações na melhoria da qualidade de vida enquanto outras cidades mais pobres neste índice recebem poucos investimentos, piorando a qualidade de vida. Neste sentido a configuração de segregação também está nos moldes da capacidade do nível socioeconômico e da capacidade de investimento de cada município.

Essas transformações, segundo Ribeiro (2004, p. 3) “vem provocando impactos nas representações coletivas nas sociedades desenvolvidas na medida que o aumento de segregação residencial é contraditório com o ideário igualitário e democrático”. É importante ressaltar que o crescimento de pesquisas sobre segregação residencial evidencia a reprodução e seus mecanismo no espaço urbano, auxiliando a compreensão da concentração de grupos de “vulnerabilidade em territórios crescentes homogêneos e nestes, há uma dinâmica de causação circular da pobreza”, Ribeiro (2004) explica que se trata do efeito-vizinhança.

3.2 O Efeito Vizinhança e a Segregação Escolar

Refletindo sobre a indicação nos padrões de segregação residencial no cenário urbano um tema que vem sendo debatido nos espaços acadêmicos, apontamentos sobre a elevação deste fenômeno se relacionam com o capitalismo e a globalização. Estas discussões também demonstram “transformações dos padrões de segregação residencial, que passa da grande escala para a microescala” deixando de lado a representação centro/periferia expondo aspectos de diferentes níveis que compõe a cidade, conforme Ribeiro (2004, p. 3).

A influência da globalização vem sendo um destaque para um viés de análise e conforme Ribeiro (2004, p. 4) “tem gerado importantes mudanças na dinâmica sócio territorial que historicamente organizava os espaços das cidades” em países em desenvolvimento da

América Latina, que na fase desenvolvimentista evidenciando nas suas formas e conteúdos a inclusão da modernização e a exclusão da porção que integrava o campo, esse mesmo autor aborda que “Tal dinâmica estaria sendo substituída pela exclusão sócio territorial das camadas populares, que se tornam excedentes em relação às necessidades econômicas, com transformação ocasionada pela globalização.” Essa exclusão se evidencia nos momentos do uso e funções do solo urbano.

Segregação escolar... não se utilizava este conceito nas décadas de 60 e 70, após os relatórios de Coleman e Plowden, já se observava um grande enfoque nas discussões da agenda *Equality of Educational Opportunity*. Como exposto, as discussões sobre fatores das oportunidades educacionais são bastante relacionadas com o padrão de reprodução e distribuição social do território.

A partir do Relatório Coleman realizado em 1966, ocorrem estudos no campo quantitativo desdobrando discussões sobre o efeito escola e posteriormente efeito vizinhança inerente a geografia das oportunidades, possibilitando a compreensão de aparatos que envolvem a segregação residencial e resultados escolares.

Segundo Costa e Bartholo (2014, p. 1181) o conceito de segregação escolar originalmente deriva das preocupações com a desigualdade, com a distribuição de oportunidades. Chama a atenção que estas estão presentes no relatório supracitado, porém, não se associam com a oferta de vagas e padrões de vulnerabilidade socioeconômico, mas com as diferenças no desempenho e na trajetória de grupos sociais especialmente étnicos distintos.

As discussões em torno do tema de segregação escolar evidenciam várias vertentes de diferentes campos de ciência, adota-se com maior ênfase o campo da geografia das oportunidades que evidencia características para a análise espacial do ambiente das oportunidades, um conceito relacionado com o socioeconômico produzido e considera-se o agrupamento social de vulneráveis em determinadas unidades escolares, os rendimentos, os tratamentos apresentam-se em desvantagens e inferiores, conforme as discussões extraídas de Costa e Bartholo (2014, p. 1184, 1185),

O tema da segregação está diretamente ligado à temática da qualidade e equidade dos sistemas educacionais e, de forma mais ampla, à justiça social. Evidências de diferentes países, incluindo o Brasil, sugerem que concentrar alunos com características específicas em determinadas escolas pode influenciar a forma como eles são tratados, a qualidade do ensino e a aspiração para os níveis subsequentes de educação. Há ainda indicações de que sistemas educacionais mais segregados ou com políticas que, intencionalmente, agrupam alunos em desvantagem potencial possuem

maior associação entre os níveis de aprendizagem e o perfil socioeconômico dos alunos, ou seja, alunos com perfil socioeconômico mais desfavorável apresentam desempenho inferior.

As indicações de sistemas educacionais mais segregados supracitados por Costa e Bartholo (2014), propõe analisar com profundidade as causas da segregação escolar, esta análise envolve aspectos da produção de campos como a política, produção urbana e também, das dinâmicas internas dos bairros e da própria escola.

Conforme ideias de Koslinsk e Alves (2012), considerando as dinâmicas dos bairros, estudos disseminados a partir da década de 80 que além das questões relacionadas ao socioeconômico, realizam a introdução do impacto da organização do território sobre as desigualdades escolares. Estes estudos evidenciam o conceito de efeito vizinhança que focaliza o efeito da concentração da pobreza sobre resultados escolares como exemplo a evasão, repetência, aprendizagem e outros.

Preocupações no Brasil tem maior impacto a partir da década de 90, devido às mudanças nas políticas educacionais, a Educação que passa a ser de direito subjetivo, de acesso universal promove políticas públicas que adotam planejamentos, estratégias e modelos de ensino para conter a taxa de reprovação, porém é necessário observar que mesmo que a educação pública deva ter em sua característica a oferta isonômica, há desafios nas dinâmicas sociais urbanas.

Neste momento, após a promulgação da Constituição Federal de 1988 o país vivencia a oportunidade de reconstruir a Educação nos moldes democráticos. A escola encontrada nesta fase pode ser descrita como uma escola que atendia uma camada média social com maior acesso à cultura de escolarização, uma escola com prática seriada e excludente, com alta taxa de reprovações e conforme Érnica (2013, p. 524) afirma “Uma das consequências da reprovação era a evasão daqueles que não atendiam às exigências comportamentais e acadêmicas da escola.”

A nova proposta na implantação das políticas públicas foi intervir na permanência dos estudantes na escola, mesmo que os níveis de aproveitamentos pedagógicos não se apresentem inicialmente animadores e podem “se evidenciar como uma forma de exclusão branda ou velada”. Isso se evidencia quando se inicia uma disputa quase de “mercado” pela preferência de escolas de “boa fama” como afirma Érnica (2013, p. 525) pois “a universalização das matrículas no EF impulsiona a concorrência entre famílias – por vagas em escolas de melhor

reputação – e entre escolas – por alunos que se adaptem melhor às exigências comportamentais e acadêmicas” que são aquelas práticas seriadas, que transmitem a sensação de educação exigente e de boa qualidade. Há resistência nas novas políticas pela falta de compreensão – comunidade escolar e muitos gestores públicos - de seus objetivos, conforme ideias de Érnica (2013).

Essa prática torna-se uma concorrência e “as pesquisas sobre quase mercado educacional mostram que as interações entre as escolas são decisivas para a constituição de suas relações internas”, ou seja, se um lado escolas de maior prestígio com alunos de maior poder socioeconômico, com maiores habilidades nas práticas da cultura escolar e de outro lado escolas de menor prestígio, com alunos de menor nível socioeconômico e maiores dificuldades no aproveitamento pedagógico.

Este cenário compõe consequência conforme Érnica (2013, p. 555),

Como consequência, teríamos em uma ponta do quase mercado as escolas que reuniriam condições mais propícias à reprodução do modelo escolar e que, por essa razão, produziriam melhores resultados acadêmicos. Em outra ponta, teríamos as escolas para onde os problemas iriam se dirigir e se acumular, ou seja, unidades que não assegurariam os requisitos para a reprodução do modelo escolar e que teriam resultados acadêmicos mais baixos, vivendo sob a constante ameaça da inviabilidade de sua gestão. Assim, não obstante a competição global haveria entre essas escolas uma forte interdependência, pois uma ponta do sistema se reproduziria produzindo a outra e dependendo de sua reprodução.

A nova proposta da universalização educacional que se infiltra nas velhas formas rígidas e cria zonas de desconfortos: a socialização do ensino e modalidades de que atendam a permanência do aluno e as diferentes famílias de culturas escolares, estruturas nucleares familiares.

A questão familiar, por exemplo, tem sido alvo para evocação nos debates do cenário educacional, pois a relação com o aproveitamento pedagógico também está relacionada ao acompanhamento familiar. A análise sobre o aluno necessita ser ampla, é necessário averiguar sua posição numa sociedade regida por ordens mercadológicas que também podem ter influências na formação, no tempo e acompanhamento dos pais com o estudante em processo de formação. Sousa (2012, p. 10) destaca que,

A falta de estrutura em casa e as preocupações com a insegurança financeira resultam em uma instabilidade emocional que leva a problemas em sala de aula. Estes fatores, acrescidos do *stress* emocional dos pais, dificultam para a criança manter seus pensamentos voltados para a escola. Devido a agenda de trabalho dos pais, os filhos se preparam para ir a escola sem a ajuda dos genitores, acabam parecendo malculdadas – sem banho, vestindo roupas sujas ou chegando tarde.

A possibilidade de discussão que envolve a agenda de trabalho dos pais abre a possibilidade do olhar mais aprofundado, pois, o tempo empregado nas forças produtivas, nas divisões de trabalho pode variar. Há também a divisão entre os donos e os não donos dos meios de produção.

CAPÍTULO 4: A TERRITORIALIZAÇÃO E A SEGREGAÇÃO DAS ESCOLAS NO ESPAÇO URBANO DE RONDONÓPOLIS/MT: UMA ANÁLISE ALÉM DOS RESULTADOS DA PROVA BRASIL

4.1 Entendendo a Prova Brasil e o Índice de Desenvolvimento de Educação Básica

Cada unidade federativa adota as Orientações Curriculares (OC's). Em Mato Grosso as OC's, são organizadas com o sistema de ensino de Ciclo de Formação Humana para o Ensino Fundamental (EF) e para o Ensino Médio (EM) e cada escola, de acordo com a LDB, com o Parâmetro Curricular Nacional (PCN) e as Diretrizes Curriculares estabelecem seus Projetos Políticos Pedagógicos e seus currículos.

A Prova Brasil é elaborada a partir de um conjunto de habilidades, subdivididas em tópicos, ou melhor, descritores que compreende a associação entre conteúdos curriculares e o exercício mental elaborado pelos estudantes que, transpõe as competências e habilidades testadas. São avaliadas as Séries Iniciais (SI) e Séries Finais (SF) no Ensino Fundamental (EF), avaliando as disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa segundo propostas contidas nas Matrizes de Referência da Prova Brasil, que não devem ser confundidas com as propostas curriculares de cada rede de ensino, ou escola, pois, essa prova não compõe todo o currículo escolar.

A partir deste censo, das análises, a divulgação dos resultados ocorre de maneira aberta nos sites do MEC, são discutidos pelas Secretarias de Educação de cada Estado e CEFAPROS que, através de cada professor formador responsável pelas formações continuadas nas escolas, organizam os resultados, debatem e traçam propostas e metas para atingir o IDEB considerado ideal.

O IDEB é formado por dois componentes de indicadores em sua base de cálculo: o **Indicador de Aprendizado**, nota padronizada em português e matemática de acordo com a Prova Brasil que varia na escala SAEB, reformulada pelo INEP que a tornou única para cada disciplina e ano, variando de 1 à 9 conforme a pontuação adquirida no censo e representada no **Quadro 1**.

Quadro 1. Escala INEP de Língua Portuguesa e Matemática – EF

Língua Portuguesa - EF

Nível	5º Ano (SI)	9º Ano (SF)
Até o nível 1	0 – 149 pontos	—————
Nível 1	—————	200 – 224 pontos
Nível 2	150 – 174 pontos	225 – 249 pontos
Nível 3	175- 199 pontos	250 – 274 pontos
Nível 4	200 – 224 pontos	275 – 299 pontos
Nível 5	225 – 249 pontos	300 – 324 pontos
Nível 6	250 – 274 pontos	325 – 349 pontos
Nível 7	275 – 299 pontos	350 – 374 pontos
Nível 8	300 – 324 pontos	375 – 400 pontos
Nível 9	325 – 350 pontos	—————
Matemática – EF		
Nível	5º Ano (SI)	9º Ano (SF)
Nível 1	125 – 149 pontos	200 – 224 pontos
Nível 2	150 – 174 pontos	225 – 249 pontos
Nível 3	175- 199 pontos	250 – 274 pontos

Nível 4	200 – 224 pontos	275 – 299 pontos
Nível 5	225 – 249 pontos	300 – 324 pontos
Nível 6	250 – 274 pontos	325 – 349 pontos
Nível 7	275 – 299 pontos	350 – 374 pontos
Nível 8	300 – 324 pontos	375 – 399 pontos
Nível 9	325 – 350 pontos	400 – 425 pontos
Nível 10	_____	_____

Fonte: QEdu.org.br. Dados do Ideb/Inep (2017). Disponível em: <<http://academia.qedu.org.br/prova-brasil/454-2/>>. (2016). Acesso: 20/8/2016.

Org. Jasche, M. (2017)

O Indicador de Aprendizado permite verificar o desenvolvimento das habilidades e das competências, identificando quantos e onde estão os alunos com baixo rendimento. Essa identificação aprofunda-se quando na leitura das proficiências estabelecidas por cada nível da escala SAEB, analisa-se nas Matrizes de Referência, os descritores.

Para melhor entender, a Matriz de Referência se divide em duas dimensões uma intitulada **Objeto do Conhecimento** que são mais específicos e se apresentam no total cerca de seis tópicos que são: 1 – Procedimentos de Leitura; 2 - Implicações do Suporte, do Gênero e/ou do Enunciador na Compreensão do Texto; 3 - Relação entre Textos, Coerência e Coesão no Processamento do Texto; 4 - Relações entre Recursos Expressivos; 5 - Efeitos de Sentido e 6 - Variação Linguística. A outra dimensão é denominada **Competência** que contém as habilidades num sentido mais amplo e que compõe cada tópico do Objeto do Conhecimento. No **Quadro 2** evidencia-se os tópicos, os Objetos de Conhecimentos e a Competência nos descritores.

Quadro 2. Matriz de Língua Portuguesa e Matemática – EF

<u>Matriz de Língua Portuguesa</u>		
Tópico I. Procedimentos de Leitura		
Descritores	5º (SI)	9º (SF)
Localizar informações explícitas em um texto	D1	D1

Inferir o sentido de uma palavra ou expressão	D3	D3
Inferir uma informação implícita em um texto	D4	D4
Identificar o tema de um texto	D6	D6
Distinguir um fato da opinião relativa a esse fato	D11	D14
Tópico II. Implicações do Suporte, do Gênero e/ou Enunciador na Compreensão do Texto		
Descritores	5° (SI)	9° (SF)
Interpretar texto com auxílio de material gráfico diverso (propagandas, quadrinhos, foto etc).	D5	D5
Identificar a finalidade de textos de diferentes gêneros	D9	D12
Tópico III. Relação entre Textos		
Descritores	5° (SI)	9° (SF)
Reconhecer diferentes formas de tratar uma informação na comparação de textos que tratam do mesmo tema, em função das condições em que ele foi produzido e daquelas em que será recebido.	D15	D20
Reconhecer posições distintas entre duas ou mais opiniões relativas ao mesmo fato ou ao mesmo tema	_____	D21
Tópico IV. Coerência e Coesão no Processamento do Texto		
Descritores	5° (SI)	9° (SF)
Estabelecer relações entre partes de um texto, identificando repetições ou substituições que contribuem para a continuidade de um texto.	D2	D2
Identificar o conflito gerador do enredo e os elementos que constroem a narrativa	D7	D10
Estabelecer relação causa/consequência entre partes e elementos do texto	D8	D11
Estabelecer relações lógico-discursivas presentes no texto, marcadas por conjunções, advérbios etc.	D12	D15
Identificar a tese de um texto	_____	D7
Estabelecer relação entre a tese e os argumentos oferecidos para sustentá-la.	_____	D8
Diferenciar as partes principais das secundárias em um texto.	_____	D9
Tópico V. Relações entre Recursos Expressivos e Efeitos de Sentido		
Descritores	5° (SI)	9° (SF)
Identificar efeitos de ironia ou humor em textos variados.	D13	D16
Identificar o efeito de sentido decorrente do uso da pontuação e de outras notações.	D14	D17
Reconhecer o efeito de sentido decorrente da escolha de uma determinada palavra ou expressão.	_____	D18
Reconhecer o efeito de sentido decorrente da exploração de recursos ortográficos e/ou morfosintáticos.	_____	D19
Tópico VI. Variação Linguística		
Descritores	5° (SI)	9° (SF)
Identificar as marcas linguísticas que evidenciam o locutor e o interlocutor de um texto	D10	D13

Matriz de Matemática		
Tema I. Espaço e Forma		
Descritores	5º (SI)	9º (SF)
Identificar a localização/movimentação de objeto em mapas, croquis e outras representações gráficas.	D1	D1
Identificar propriedades comuns e diferenças entre poliedros e corpos redondos, relacionando figuras tridimensionais com suas planificações.	D2	D2
Identificar propriedades comuns e diferenças entre figuras bidimensionais pelo número de lados e pelos tipos de ângulos.	D3	D3
Identificar quadriláteros observando as relações entre seus lados (paralelos, congruentes, perpendiculares).	D4	D4
Reconhecer a conservação ou modificação de medidas dos lados, do perímetro, da área em ampliação e/ou redução de figuras poligonais usando malhas quadriculadas.	D5	D5
Reconhecer ângulos como mudança de direção ou giros, identificando ângulos retos e não retos.	_____	D6
Reconhecer que as imagens de uma figura construída por uma transformação homotética são semelhantes, identificando propriedades e/ou medidas que se modificam ou não se alteram.	_____	D7
Resolver problema utilizando propriedades dos polígonos (soma de seus ângulos internos, número de diagonais, cálculo da medida de cada ângulo interno nos polígonos regulares)	_____	D8
Interpretar informações apresentadas por meio de coordenadas cartesianas	_____	D9
Utilizar relações métricas do triângulo retângulo para resolver problemas significativos	_____	D10
Reconhecer círculo/circunferência, seus elementos e algumas de suas relações	_____	D11
Tema II. Grandezas e Medidas		
Descritores	5º (SI)	9º (SF)
Estimar a medida de grandezas utilizando unidades de medidas convencionais ou não.	D6	D6
Resolver problemas significativos utilizando unidades de medida padronizadas como km/m/cm/mm, kg/g/mg, l/ml.	D7	D7
Estabelecer relações entre unidades de medida de tempo.	D8	D8
Estabelecer relações entre o horário de início e término e/ou o intervalo da duração de um evento ou acontecimento.	D9	D9
Num problema, estabelecer trocas entre cédulas e moedas do sistema monetário brasileiro, em função de seus valores.	D10	D10

Resolver problema envolvendo o cálculo do perímetro de figuras planas, desenhadas em malhas quadriculadas.	D11	D11
Resolver problema envolvendo o cálculo de perímetro de figuras planas.	D12	D12
Resolver problema envolvendo o cálculo de área de figuras planas.	_____	D13
Resolver problema envolvendo noções de volume	_____	D14
Resolver problema utilizando relações entre diferentes unidades de medida	_____	D15
Tema III. Números e Operações/Álgebra e Funções		
Descritores	5º (SI)	9º (SF)
Reconhecer e utilizar características do sistema de numeração decimal, tais como agrupamentos e trocas na base 10 e princípio do valor posicional.	D13	D13
Identificar a localização de números naturais na reta numérica.	D14	D14
Reconhecer a decomposição de números naturais nas suas diversas ordens.	D15	D15
Reconhecer a composição e a decomposição de números naturais em sua forma polinomial.	D16	D16
Calcular o resultado de uma adição ou subtração de números naturais.	D17	D17
Calcular o resultado de uma multiplicação ou divisão de números naturais.	D18	D18
Resolver problema com números naturais, envolvendo diferentes significados da adição ou subtração: juntar, alteração de um estado inicial (positiva ou negativa), comparação e mais de uma transformação (positiva ou negativa).	D19	D19
Resolver problema com números naturais, envolvendo diferentes significados da multiplicação ou divisão: multiplicação comparativa, ideia de proporcionalidade, configuração retangular e combinatória.	D20	D20
Identificar diferentes representações de um mesmo número racional.	D21	D21
Identificar a localização de números racionais representados na forma decimal na reta numérica	D22	D22
Resolver problema utilizando a escrita decimal de cédulas e moedas do Sistema Monetário Brasileiro.	D23	D23
Identificar fração como representação que pode estar associada a diferentes significados.	D24	D24
Resolver problema com números racionais expressos na forma decimal, envolvendo diferentes significados de adição ou subtração.	D25	D25
Resolver problema envolvendo noções de porcentagem (25%, 50%, 100%).	D26	D26

Efetuar cálculos simples com valores aproximados de radicais.	_____	D27
Resolver problema que envolva porcentagem.	_____	D28
Resolver problema que envolva variação proporcional, direta ou inversa, entre grandezas.	_____	D29
Calcular o valor numérico de uma expressão algébrica.	_____	D30
Resolver problema que envolva equação do 2.º grau.	_____	D31
Identificar a expressão algébrica que expressa uma regularidade observada em sequências de números ou figuras (padrões).	_____	D32
Identificar uma equação ou inequação do 1.º grau que expressa um problema.	_____	D33
Identificar um sistema de equações do 1.º grau que expressa um problema.	_____	D34
Identificar a relação entre as representações algébrica e geométrica de um sistema de equações do 1.º grau.	_____	D35
Tema IV. Tratamento da Informação		
Descritores	5º (SI)	9º (SF)
Ler informações e dados apresentados em tabelas	D27	_____
Ler informações e dados apresentados em gráficos (particularmente em gráficos de colunas)	D28	_____
Resolver problema envolvendo informações apresentadas em tabelas e/ou gráficos.	_____	D36
Associar informações apresentadas em listas e/ou tabelas simples aos gráficos que as representam e vice-versa.	_____	D37

Fonte: Ministério da Educação. Plano de Desenvolvimento de Educação – Prova Brasil. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/prova%20brasil_matriz2.pdf>. (2011). Acesso: 13/8/2016.
Org. Jasche, M. (2017)

A partir da compreensão que envolve essa escala e os descritores, estratégias pedagógicas são traçadas nas disciplinas avaliadas com a finalidade de promover a qualidade da educação. Considerando que a escola e a formação crítica do cidadão ocorrem com o envolvimento de outras disciplinas que contemplam o olhar holístico do estudante é importante destacar que as demais disciplinas também deveriam integrar este quadro. As disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa são historicamente, compreendidas como disciplinas emergenciais para base de formação de grupo de trabalhadores, a qualidade do ensino seguindo a lógica do capital.

O outro indicador é: **Indicador de Fluxo**, que tem por base o número de matriculados e destes, soma-se os aprovados, reprovados e a evasão considerando para a reprovação, as notas e número de faltas estabelecendo um primeiro resultado. Depois se subtrai a soma de alunos reprovados e da evasão sobre o primeiro resultado, desta maneira, teremos o Indicador de Fluxo.

4.2 O Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso e a organização do Ensino na Rede Estadual

O povoamento de Mato Grosso teve início com a descoberta dos primeiros veios auríferos no rio Coxipó, pelos integrantes da bandeira de Pascoal Moreira Cabral, 1719. Na confluência do rio Coxipó com o ribeirão Mutuca, ergueu-se o primeiro vilarejo de Mato Grosso, que recebeu denominação de Arraial da Forquilha. Nesta fase, o ciclo econômico vivenciado na formação territorial mato-grossense era o mineral, tornando o vilarejo em poucos anos a cidade mais povoada em 1722.

Após a Guerra do Paraguai, os caminhos das navegações foram abertos proporcionando o desenvolvimento econômico, com base extrativista, era o ciclo econômico vegetal que alavancou grandes produções para a exportação de Erva Mate, muito apreciada para uso de chás e de influência de cultura paraguaia e a erva Poaia de influência indígena, utilizada para fins medicinais.

No início do século XIX, o Brasil se encontrava alinhado à DIT e ao desenvolvimento industrial e capitalista europeu e diante de uma política conservadora, agroexportadora e baseada na escravatura. No Mato Grosso, neste período atividades econômicas se despontam, como exemplo a produção de carne. Neste período também, ocorreu a abertura de novas estradas, construção de pontes e estrada de ferro na região centro oeste, novos caminhos, para subsidiar o escoamento da produção e as viagens para transporte de gado.

O estado de MT em 1943, sob o comando do governador interventor Julio Müller, ainda à época pertencente ao território federal do Guaporé, passou por um período de estagnação, e sua primeira divisão territorial sob o comando do governo de Getúlio Vargas. Em

1956 ocorre o desmembramento do território federal de Rondônia e em 1977 por força de Lei complementar nº 31, sob a anuência do presidente Ernesto Geisel **Figura 3**.

Figura 3. Brasília, 11 de outubro de 1977. Presidente Ernesto Geisel assina a lei da divisão de Mato Grosso.



Fonte: Acervo ARCA. Disponível em: <<http://www.tudodoms.com.br/noticia/32616/a-historia-da-divisao-do-mato-grosso-do-sul>>. Acesso: 02/11/2017.

O estado à época compunha 93 municípios e 1.231.549 quilômetros quadrados, com a divisão MT ficou com 38 municípios e com a maior área 901.420 quilômetros quadrados e apesar da Lei para divisão do estado publicada em 77 apenas em 79 ocorre efetivamente o desmembramento dos estados e Mato Grosso do Sul o novo estado, nasce com 55 municípios.

Após a divisão do estado destaca-se uma síntese política administrativa e de programas para desenvolvimento econômico do estado no **Quadro 3**, que impactam na estrutura da organização territorial de MT.

Quadro 3. Síntese de Gestão Administrativa/Programas de Desenvolvimento Econômico de MT de 1979 a 2010.

ANO	GESTOR	Programas de Desenvolvimento Econômico de MT
-----	--------	----------------------------------------------

1979	FREDERICO CAMPOS	PROMAT – Programa de Desenvolvimento de Mato Grosso. Objetivou estratégias de desenvolvimento para melhorias e fortalecimento de energia, transporte, educação, saúde e moradias populares, contou com financiamentos do governo federal.
1983	JULIO CAMPOS	Continuação do PROMAT – investimentos na malha viária e expansão agrícola com enfoque na chamada por sulistas, com financiamento do governo federal.
1987	CARLOS GOMES BEZERRA	PRODEAGRO – Programa de Desenvolvimento Agroambiental objetivou a expansão agrícola mecanizada com tecnologias, expansão de empresas multinacionais agrícolas.
1991	JAIME CAMPOS	Continuação PRODEAGRO - expansão agrícola mecanizada com tecnologias, fortaleceu o setor produtivo pecuarista.
1995	DANTE DE OLIVEIRA	Efetivou o ICMS; Fundo Estadual de Transportes; Pró-Madeira; Pró-Couro; Pró-ALMAT; vivenciou estratégias de reestruturação no Brasil com enfoque de desenvolvimento neoliberalista, inaugurando a pavimentação da BR 070 que traçou o “corredor para o Pacífico”, rota Cáceres-San Matias na Bolívia. Estas ações receberam subsídios do governo federal e investimentos de recursos do BM.
2003	BLAIRO MAGGI	PRODEI – Programa de Desenvolvimento Industrial, objetivou a Isenção Fiscal e recolhimento de ICMS para as indústrias pela Lei 8630/2006. MT Saúde é um instituto financiado pelo recolhimento em folha de servidores públicos

2010	SILVAL BARBOSA	<p>e que é controlado pela Secretaria de Gestão do estado, com finalidade de assistência de saúde.</p> <p>AGECOPA – Agência Estadual de Execução de Projetos da Copa do Mundo que em 2014 passou a utilizar a nomenclatura SECOPA – Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo, objetivando o desenvolvimento de obras de mobilidade urbana na cidade de Cuiabá, de infraestruturas turísticas para à baixada cuiabana e em especial, o enfoque de obras para a Copa do Mundo de 2014, que ainda hoje se encontram inacabadas e sob investigações do Ministério Público Estadual e Federal.</p>
------	---------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Moreno, Higa e Maitelli (2010)
Org. Jasche, M. (2017)

Observa-se que os gestores do executivo de MT, no percurso histórico, adotaram estratégias em seu desenvolvimento econômico com base no fortalecimento da agricultura mecanizada com influências do capital e de contexto neoliberalista incluindo financiamentos do BM e da expansão de empresas estrangeiras com políticas de isenção fiscal que trouxeram gargalos no recolhimento, em especial entre os governos de Frederico Campos à Carlos Bezerra, com pouca expressividade de desenvolvimento social.

No Governo de Dante de Oliveira, podemos destacar que dentre os projetos e implantações de programas supracitados, ações de fortalecimento de produção no setor industrial, de malha de escoamento de produção agrícola, da ampliação das linhas de energia elétrica através de parcerias com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Atualmente, estamos vivenciando o governo de Pedro Taques, que vem demonstrando tendências de estratégias em consonância com o governo federal, aprovando no mês de outubro de 2017, por exemplo, o Projeto de Emenda Constitucional nº 10 (PEC), na Constituição do estado de MT, que limita o teto de gastos.

4.2.1 A Organização do Ensino em Mato Grosso

O trabalho de Alves (1998), intitulado “Nas trilhas do ensino (1910-1946)” que se faz muito importante como fonte de dados, o processo de escolarização no estado de Mato Grosso se iniciou em meados de 1830, quando o estado ainda enfrentava algumas dificuldades, como a falta de recursos financeiros, o baixo índice populacional e também a dificuldade de encontrar professores, mesmo sendo a alfabetização o único requisito para o exercício do magistério.

Analisando a trajetória da educação em Mato Grosso, Alves aponta que essa série de problemas foram amenizados no fim do século XIX e início do XX, período em que o Mato Grosso se liga com o litoral do Brasil através da construção da Ferrovia Noroeste.

O governo Federal instala em Cuiabá no ano de 1910, a Escola Profissional de Aprendizes e Artífices, que atuava na formação técnica industrial. O ensino profissionalizante era visto pelos governantes como fundamental para o desenvolvimento do estado, pois o ensino variado de serviços era considerado a chave do progresso do estado, Alves (1998).

Porém, dados citados pelo trabalho apontam que até 1926 predominava o ensino não profissionalizante que funcionava em situação precária, desta forma a maioria das escolas não possuía prédio próprio, funcionando em casas alugadas, sem condições pedagógicas e de saneamento. No **(Quadro 4)** destaca-se os principais acontecimentos históricos e administrativos que impactaram na organização do ensino público em MT.

Quadro 4. A Consolidação do Ensino Público em Mato Grosso entre o período de 1910 a 2013

ANO	ACONTECIMENTOS SIGNIFICATIVOS
1910	Nova classificação das escolas - criação de grupos escolares
1911	Modificação de dispositivos da lei em vigor para efetivação de grupos escolares
1914	Efetivação do concurso público para cargo de professor no estado de MT
1915	Criação de almoxarifado para manutenção da rede
1918	Obrigatoriedade do ensino na rede estadual

1919	Expedição de novos regulamentos que visavam administração da rede de ensino
1921	Nomeação de inspetores gerais com o objetivo de administrar a escola
1923	Regulamento das repartições públicas e novas denominações das escolas
1926	Criação e reformas de repartições
1946	Criação do Departamento de Educação e Cultura do Estado.
1948	Criadas as escolas municipais para a campanha da alfabetização de adultos
1986	Nomeação de Serys Slhessarenko Secretária de Estado de Educação, inicia-se outra metodologia de gestão dos recursos e das escolas públicas da rede estadual
1988	Constituição Federal Promulgada; Direito subjetivo da Educação; Universalização do acesso, novas características de uma Educação Pluralista e Democrática.
1991	Nova política de gerenciamento, foi o início do processo de democratização da educação no estado de MT, pois, colocou fim nas nomeações de diretores das escolas por intermédio da política ligada à coligação vencedora das eleições para a administração estadual; ampliação de escolas técnicas.
2003	Sistema de Ensino em Ciclo. Ampliação da rede estadual de ensino
2007	Aplicação da avaliação externa Prova Brasil no ensino fundamental séries iniciais e finais, Programa Mais Educação
2009	Ampliação de investimentos e recursos para programas voltados ao rendimento pedagógico

2013 Articulação no Ensino Fundamental e ampliação da rede de ensino infantil.

Fontes: Alves (1998); SEDUC – MT (2001)
Org. Jasche, M. (2017)

Após as eleições de 1991, quando ocorre a vitória do grupo político ligado à velha prática de apadrinhamentos, são retomadas as nomeações de diretores por intermédio da política. Essa metodologia de administração da educação pública estadual em Mato Grosso tem sua abolição definitiva em 1998, quando a gestão democrática é assegurada legalmente pela LOPEB, (Lei Orgânica dos Profissionais da Educação Básica) que regulamenta a eleição dos diretores das escolas públicas estaduais com mandato de dois anos e, caso seja reeleito pela comunidade escolar, mais uma recondução.

É importante destacar alguns programas de desenvolvimento econômico no estado de Mato Grosso que impactaram a territorialização, relacionadas com as propostas dos gestores políticos também se entrelaçam com o campo educacional.

Evidenciando, a década de 80 quando movimentos pelas diretas iniciaram uma rede de reestruturação no ensino mato-grossense, fortalecido pela nova CF. A Educação como direito subjetivo coloca o Estado como estruturador na oferta de vagas e da ampliação da rede de ensino, o que nesta fase ainda não recebe muita atenção, porém como principal avanço ocorreu a formulação da LDB Lei 9394/96.

Observa-se também que na década de 90 o ensino técnico no estado foi inserido, mesmo timidamente, como fonte provedora de formação de mão de obra para o movimento de fomento à industrialização do estado, com destaque para os programas de Dante de Oliveira.

A partir da década de 2000, observa-se o desenvolvimento de políticas públicas em torno do sistema de ensino, da ampliação da rede de ensino no estado e de aplicações de avaliações internas e externas com a intenção de mensurar o desenvolvimento educacional e de aproveitamento pedagógico.

Ocorreram também importantes investimentos para desenvolvimento de projetos nas escolas como exemplo o Programa Mais Educação do governo federal criado em 2007, voltado para o ensino fundamental, ampliando a adesão deste programa na rede estadual de ensino que ampara o desenvolvimento no rendimento e articulação de acompanhamento pedagógico.

A ampliação da oferta do ensino em redes municipal também ocorre, bem como do ensino infantil com a aplicação de recursos financeiros e programas pedagógicos. Apesar de não ser o enfoque desta pesquisa envolver esta modalidade, é importante considerarmos estas ações.

4.3 Rondonópolis: segregação escolar

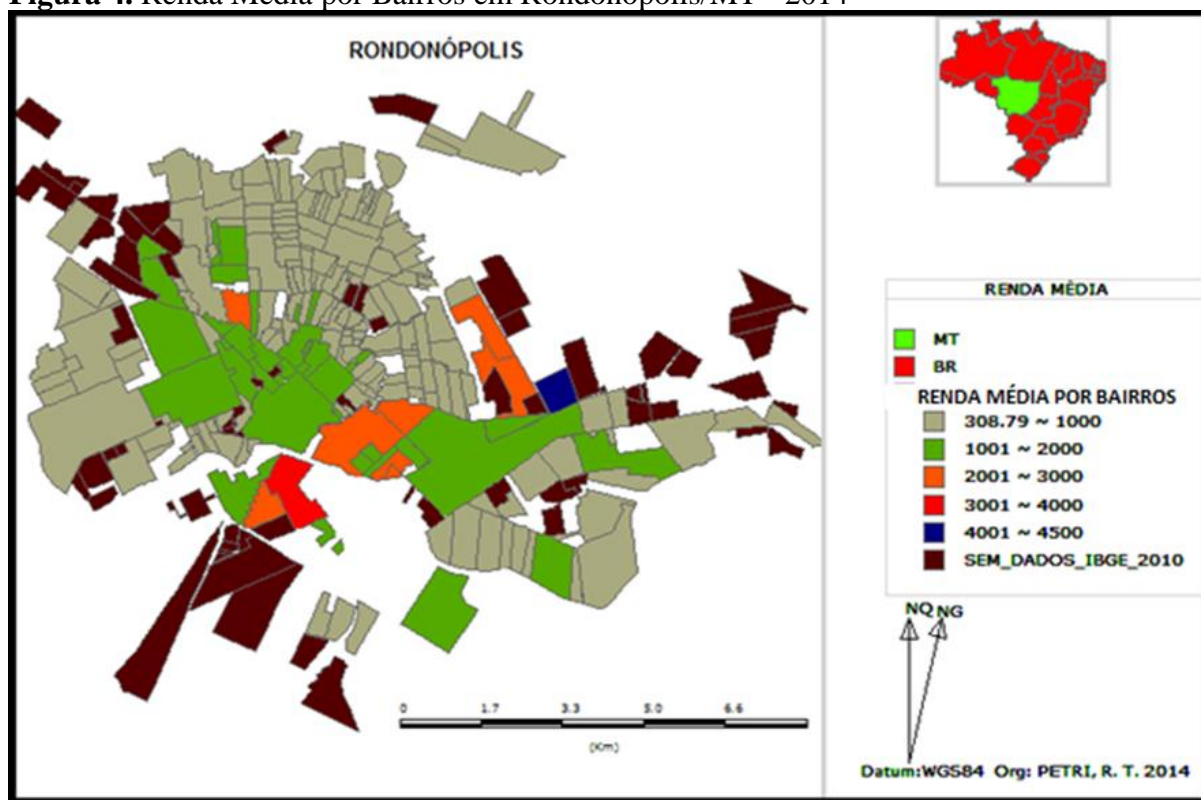
O ambiente urbano é Rondonópolis. Segundo dados do IBGE, compõe uma população com cerca de 215.320 mil habitantes. A área municipal é de 4.159.122 km² com cerca de 47 habitantes por Km² e cinco distritos industriais. Uma cidade considerada de médio porte, com taxas de evolução na população muito intensificada nas últimas três décadas, aflorando problemas envolvendo habitação, segregação sócio espacial, problemas de periferização e segundo Negri (2007) com espaços vazios alvos da especulação imobiliária criando distanciadas que dificultam o acesso aos serviços e aos equipamentos urbanos.

Importante acrescentar nessa discussão, segundo dados de 2014 da Associação do Comércio e das Indústrias de Rondonópolis (ACIR), que a cidade atualmente é a segunda do estado de MT que mais contribui com o Produto Interno Bruto (PIB), chegando ao número de 7, 29%, perdendo apenas para a capital Cuiabá com a contribuição de 16,25%.

O PIB Per capita de Rondonópolis é de R\$ 29.107,26 e de Cuiabá o PIB Per capita é de R\$ 23.690,80, evidenciando o forte potencial econômico da cidade considerando que Cuiabá computa cerca de 590.18 mil habitantes. A cidade vem operando com forte influência industrial e de encontro às tendências de fortalecer a malha de escoamento da produção estadual, considerando a instalação de intermodais da América Latina Logística (ALL).

O conceito de segregação socioespacial muito discutido na ciência geográfica proporciona um excelente ponto de partida para aprofundamento nas discussões e para análises no espaço urbano, por exemplo, relacionar a renda da população e a segregação materializadas no espaço e por bairro demonstra a concentração de renda, conforme evidenciado por Petri (2014, p. 26) na **Figura 4**,

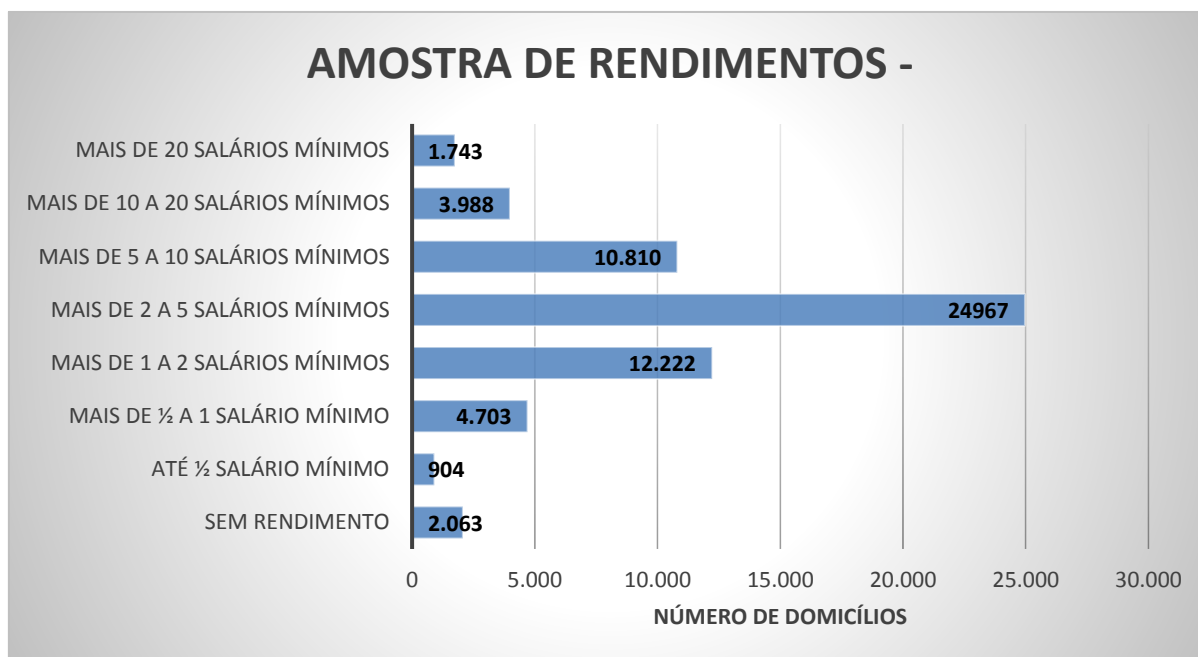
Figura 4. Renda Média por Bairros em Rondonópolis/MT - 2014



Fonte: Petri, R. T. (2014)

A partir da renda e a distribuição no espaço ocorre de maneira que os bairros se apresentam numa lógica territorial onde, nas periferias está a população de menor renda. Petri (2014, p. 27) ao utilizar a fonte dados do IBGE/2013, discute que “IDH em crescimento que no ano de 1991 era de 0,480, em 2000 foi para 0,638 e em 2010 atingiu 0,755, porém no município a renda média maior é em torno de 16 vezes o valor da renda média menor”, demonstrando na estratificação salarial das classes sociais diferenciadas no espaço urbano.

Apesar do aumento do IDH no município, este fator não se relaciona com a distribuição da renda e crescimento de população, pelo contrário, transmite a concentração de renda por pessoas e nos bairros, conforme exposto no **(Gráfico 1)**

Gráfico 1. Classe de Rendimento Nominal Mensal Domiciliar

Fonte:

IBGE

(2010).

Acesso: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/rondonopolis/pesquisa/23/22787?detalhes=true>>.

Data:

23/02/2018.

Org. Jasche, M. (2018)

Observa-se que os agentes determinantes no processo de ocupação e de produção do tecido urbano na composição da segregação socioeconômica por bairros em Rondonópolis é bastante evidente, considerando, que grande parte dos moradores de baixa renda ocupam as periferias, enquanto corredores em torno do bairro Vila Aurora, Centro e Avenida Lions segue adensada por bairros de poder aquisitivo de classe média. Destaca-se o Residencial Village do Cerrado que segrega em um condomínio de padrão luxuoso a alta concentração de renda e com baixo adensamento populacional.

4.4 Meta e Evolução do IDEB em MT e Rondonópolis

No Brasil e em MT, a meta estabelecida pelo MEC para o alcance mínimo e ideal do IDEB até 2021 está na casa dos 6 pontos. Essa escolha se pauta na média registrada pela Organização de Cooperação em Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Segundo Hamirez (2013) a OCDE teve origem em 1948, fundada por Robert Marjolin, economista Francês. A OCDE teve por objetivo inicial representar os interesses americanos no cenário das formações de blocos econômicos.

Uma estratégia foi a formação aduaneira na Europa, fortalecendo grupos que expandiram sob acordos das uniões livres de comércio, oferecendo a modernização de produções estabelecendo taxas alfandegárias reduzidas, no período pós-guerra, fortalecendo a expansão norte americana através do Plano Marshall.

Posteriormente estas ações foram estendidas a países não europeus pós-guerra, também para países considerados pobres e instáveis economicamente. Atualmente a OCDE atua com a união de 35 países e o discurso apresenta-se em objetivos, dentre estes, considera-se como geral, coordenar políticas consideradas nos parâmetros desta instituição o de desenvolvimento econômico. Toda ação do MEC em torno do alcance da qualidade de ensino brasileira nas escolas públicas, gira em torno do alcance dos 6 pontos até 2021, conforme exposto no **Gráfico 2** que é a medida considerada ideal pela OCDE. A questão é que a OCDE não tem seu enfoque no desenvolvimento social, mas no desenvolvimento econômico suprimindo muitas das vezes necessidades básicas de uma sociedade, no caso do Brasil necessidades de superação de desenvolvimento social históricas.

Gráfico 2. Meta e Evolução do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica nas Escolas Públicas Estaduais de MT de 2007 à 2021

EVOLUÇÃO DO IDEB



Fonte: QEdu.org.br. Disponível em <<http://qedu.org.br/estado/111-mato-grosso/ideb?dependence=2&grade=1&edition=2015>>. (2013). Acesso: 20/8/2016.

Verifica-se no gráfico que entre os anos de 2005 à 2009 houve ascensão significativa. Neste período evidencia-se que houve expansão de políticas públicas voltadas para a permanência de estudantes nas escolas, um governo pautado no desenvolvimento social e econômico. Exemplo foi o Programa Bolsa Família que no ano de 2004 foi reformulado, reforçando a renda mensal de R\$ 60 para R\$ 120 reforçando a base mínima de distribuição de renda.

Este Programa passou a solicitar para as secretarias estaduais de educação o controle de frequência escolar de no mínimo 85% de crianças até 15 anos, atualização de carteiras de vacinação com a finalidade de promover junto às famílias de pouca cultura escolar a permanência. Foram cerca de 11 milhões de famílias beneficiadas, chegando ao número de R\$10,9 bilhões em investimentos neste programa, neste período, segundo fontes do MEC (2011).

No Período de 2011 à 2013, no governo de Dilma Rouseff, crises orçamentárias e políticas iniciaram um processo de dificuldades nas continuidades da etapa de investimentos no campo social. Porém o Programa Mais Educação lançado em 2009 que objetivava sala de apoio em contra turno para fortalecer através de intervenções pedagógicas e amparar alunos com baixo rendimento, foram aderidos nas escolas rapidamente, alavancando novamente o quadro no crescimento do IDEB estadual.

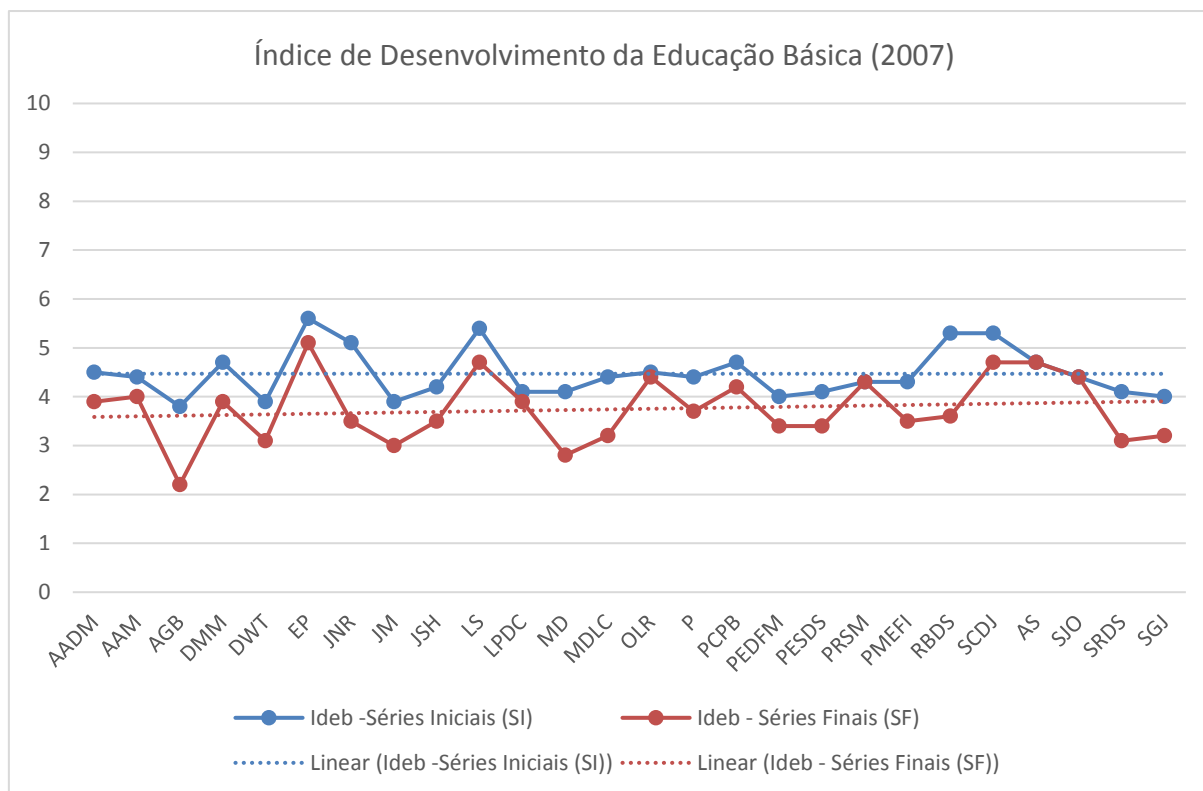
Entre 2013 e 2015 o IDEB passou de 5.3 para 5.6 com pouca expressividade no seu desenvolvimento. Registra-se que em 2015 o Programa Mais Educação sofre o corte nas escolas estaduais da cidade, deixando uma excelente oportunidade de proporcionar aos desiguais o amparo pedagógico para a busca de equidade.

Sobre o desenvolvimento do IDEB em Rondonópolis, verificamos inicialmente que as primeiras aplicações da avaliação ocorreram em 2007, participando neste mesmo ano da rede pública estadual de 35 escolas urbanas, 26 participantes, sendo que duas com apenas a modalidade de ensino médio (estas desconsideradas, pois a pesquisa adota apenas o ensino básico).

Nesta pesquisa se desconsidera a rede municipal como fonte de análise do IDEB, pois há muitas que não possuem as séries iniciais e as séries finais, o que poderia trazer muita

dificuldade para comparações e organização de dados. Conforme disposto no **Gráfico 3** observa-se inicialmente escolas em destaque e outras com resultados em desvantagem.

Gráfico 3. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica das Escolas Públicas Estaduais de Rondonópolis-MT em 2007.



Fonte: Ministério da Educação, resultados oficiais da Prova Brasil (2016).
Org. Jasche, M. (2017)

Quando partimos para analisar os índices por escolas, chama a atenção escolas de melhores IDEB que são: Emanuel Pinheiro (EP) com 5,6; La Salle (LS) com 5,4; Ramiro Bernardo da Silva com 5,3 (RBDS) e Sagrado Coração de Jesus (SCDJ) com 5,3, todas as escolas localizadas em bairros centrais.

Em desvantagem observa-se a escola Antônio Guimarães Balbino (AGB) de localização no Jd Guanabara um bairro próximo ao centro e que apresentou o menor resultado com 2,2 no IDEB nas SF e 3,8 nas SI; Escola Marechal Dutra (MD) com 2,8 IDEB nas SF e 4,1 nas SI no Centro; A escola José Morais (JM) com 3,0 nas SF e 3,9 nas (SI) Jd. Primavera bairro periférico; Dom Wunibaldo Talleur (DWT) com 3,1 nas SF e 3,9 nas SI no centro da cidade; Sebastiana Rezende de Souza com 3,1 nas SF e 4,1 nas SF.

As escolas centrais de melhores índices compõem alunado com boas condições familiares e renda, o contrário das escolas centrais que o alunado em sua maioria são filhos de

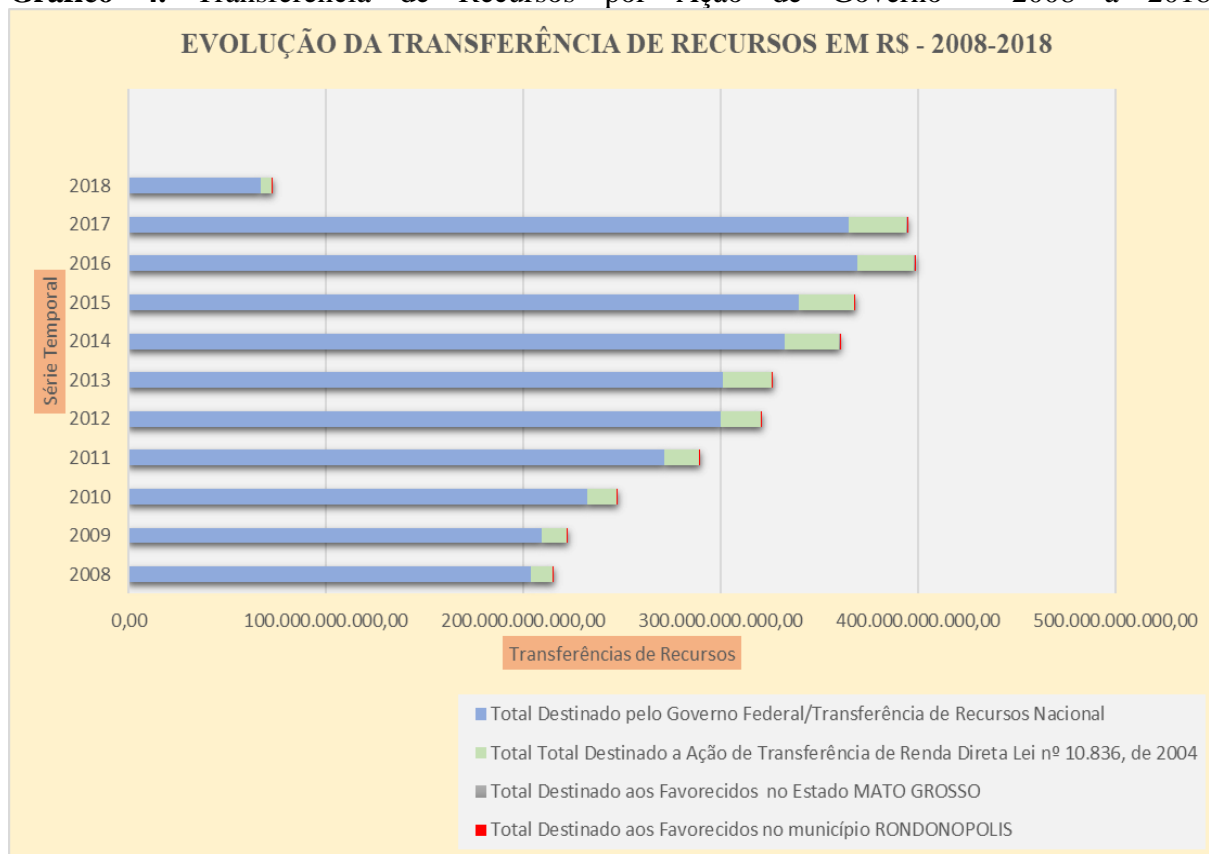
trabalhadores que conseguem vagas próximos ao local de trabalho, ou por falta de vagas nos bairros. Quanto à questão do Índice que evidencia as condições socioeconômicas do alunado, pretende-se demonstrar logo mais.

Considerando que o agrupamento de alunos das SI compõe a fase inicial da vida escolar no ensino básico, ainda infância, etapa de maior acompanhamento dos pais aos filhos, não como regra, mas por base nas frequências, por exemplo, de reuniões escolares, podemos destacar a maior presença nesta fase e que pode contribuir como fator de peso nas influências de resultados pedagógicos. A participação dos pais na vida escolar dos filhos, evidenciado por Zucarelli (2009), traz impactos significativos para o sucesso no desenvolvimento social, afetivo e escolar.

É importante registrar que nas dinâmicas escolares, observa-se que a participação na vida escolar dos filhos também se torna diferenciada de acordo com o “tempo” disponível e possibilidades de comparecer com maior mobilidade na escola, nas reuniões, essas diferenças ocorrem por profissões e até cargos. São as diferenciações do mercado de trabalho entre cargos mais elitizados e outros que se denominam subempregos que ocorrem nas relações de trabalho.

As sinuosas sensações de que “o trabalho dignifica o homem” atravessadas nas máximas dos velhos bordões da ideologia burguesa de raízes iluministas que ainda oferecem à classe trabalhadora a sensação da gratidão pela exploração que retira oportunidades e tempo com suas famílias... Apenas uma pequena divagação.

Destaca-se que alunos em geral de escolas consideradas de boa fama e localização se diferenciam por possuírem bons celulares, vestimentas, acesso à cultura, participações de atividades de dança, esportes e cursos de idiomas, informações e oportunidades se diferenciando dos alunos de escolas periféricas que chegam a apresentar o quadro de ter dificuldade de acesso à alimentação. Desta forma, o Programa Bolsa Família um projeto ampliado consideravelmente no governo Lula e Dilma, aplicando minimamente a distribuição de renda com o objetivo do desenvolvimento social que surtiu efeitos consideráveis no campo das oportunidades. Para demonstrar a evolução dessa transferência apresenta-se o **Gráfico 4**.

Gráfico 4. Transferência de Recursos por Ação de Governo - 2008 a 2018.

Fonte: Ministério da Educação. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/PortalTransparenciaPesquisaAcaoFavorecido.asp?Exercicio=2016&textoPesquisa=rondonopolis&textoPesquisaAcao=&codigoAcao=8442&codigoFuncao=08&siglaEstado=MT&codigoMunicipio=9151&Pagina=716>>. Data: 22/01/2018.
Org. Jasche, M. (2018).

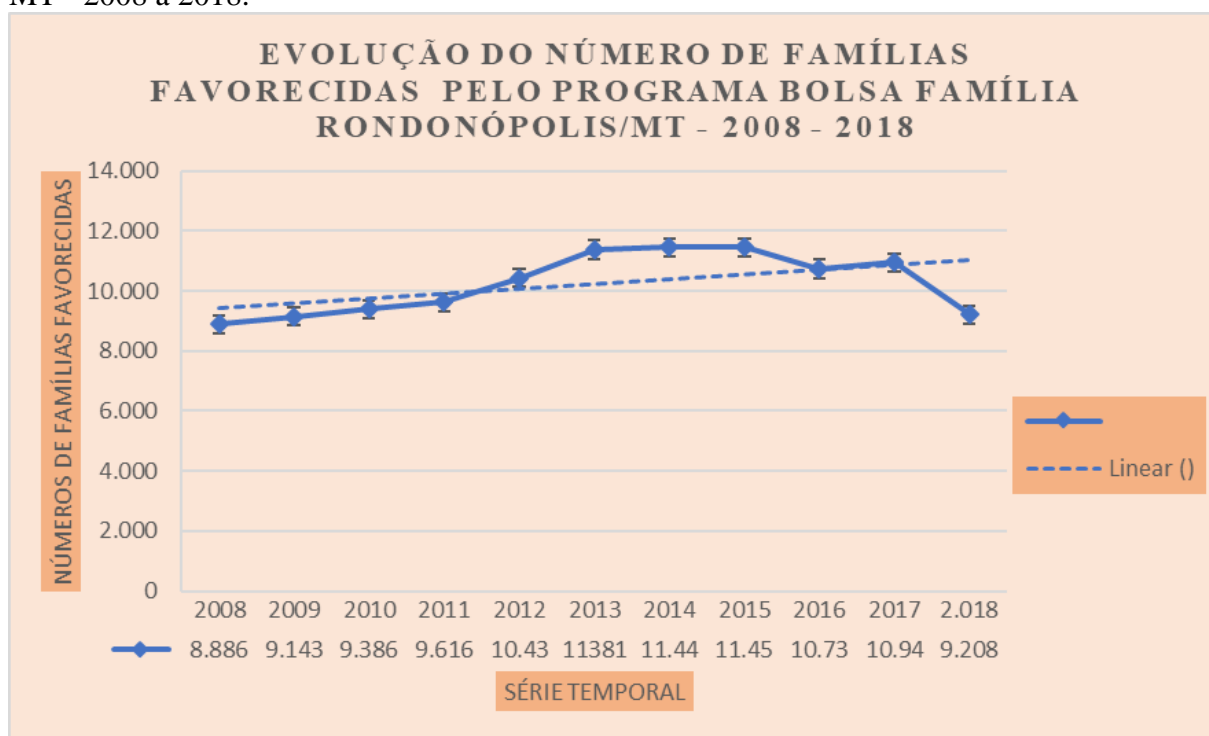
Ao analisar no gráfico numa evolutiva crescente de transferência de renda pelo referido programa, destaca-se 2018 que ainda em percurso nos repasses até o fim deste ano, se desponta pela quantidade de famílias atendidas, que será evidenciado logo mais. É importante entender que ocorreu a modificação da Constituição Federal, através das Emendas Constitucionais no que se refere ao Teto de Gastos, limitando investimentos nos setores de desenvolvimento de serviços públicos como a Saúde, a Educação, a Previdência Social, programas para desenvolvimento social, programas que fomentem pesquisa, Ministérios e até abono salarial e seguro desemprego.

O país atravessa uma crise institucional e política que vem se agravando desde a eleição da presidenta Dilma Roussef que foi impichada por um processo carregado de interesses e da união de grupos políticos contrários ao modelo de distribuição de renda. Mato Grosso é um estado que nacionalmente se desponta como referência nas exportações de grãos e carnes, tem como representação política os grandes produtores. É público e notório que quando o

desenvolvimento econômico passa ser o foco e desacompanha o social, não supera os muitos desafios do crescimento holístico que uma sociedade que busca equidade requer.

Rondonópolis, uma cidade em destaque no estado, representa bem este cenário com seu chamativo circuito industrial, modais de escoamento de produção e investimentos no que tange ao desenvolvimento da agroindústria. Em tempo, complementando, no **Gráfico 5** que especifica a evolução do número de famílias beneficiadas, a partir da linear de desenvolvimento pontuada na evolutiva dos anos, destaca-se na linha pontilhada a tendência que seria uma possível projeção caso continuasse no ritmo, agora, ameaçada pelo novo modelo econômico.

Gráfico 5. Evolução das Famílias Atendidas pelo Programa Bolsa Família em Rondonópolis MT - 2008 a 2018.



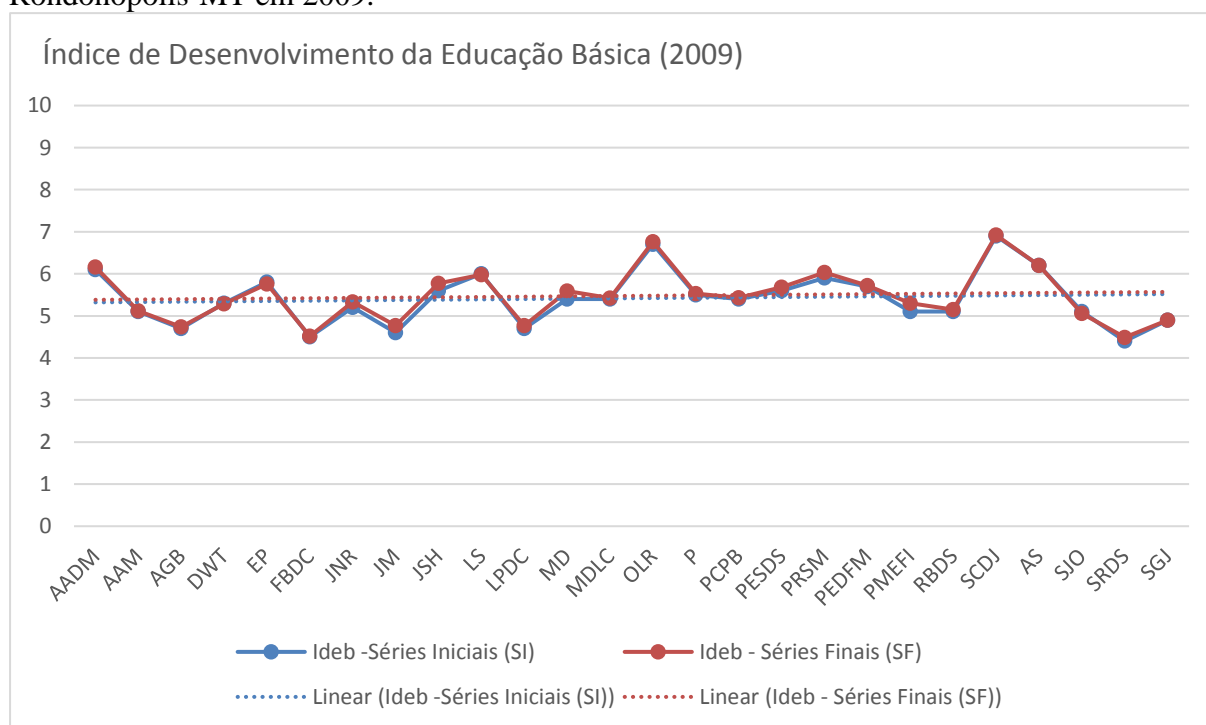
Fonte: Ministério da Educação. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/PortalTransparenciaPesquisaAcaoFavorecido.asp?Exercicio=2016&textoPesquisa=rondonopolis&textoPesquisaAcao=&codigoAcao=8442&codigoFuncao=08&siglaEstado=MT&codigoMunicipio=9151&Pagina=716>>. Data: 22/01/2018.
Org. Jasche, M. (2018).

Essa interrupção poderá diminuir consideravelmente o acesso aos bens básicos e dentre estes a alimentação e serviços como a educação, regredindo esse crescente do número de famílias atendidas que já atinge quase o mesmo número de 2009. Observa-se a importância desta mínima distribuição de renda que promoveu significativos atendimentos para o exercício de cidadania e de direitos básicos humanos.

Reforçando com destaque a influência do efeito vizinhança que é justamente a composição dos grupos que ocupam o aparelho educacional em diferentes horários e modalidades de ensino. Considerando que o perfil do alunado, torna-se resultado não apenas de avaliações externas, mas sobre tudo do tempo social e econômico que está inserido explicando as diferenças por exemplo entre os aproveitamentos pedagógicos de uma mesma escola em turnos diferentes, modalidades de ensino diferentes e entre unidades escolares distintas, mas que tem por objetivo universal a educação pública, isonômica e de qualidade.

No **Gráfico 6** caracteriza-se a continuidade de escolas de boa fama com a evolução de bons índices e a baixa evolução no índice de escolas que compõe grupo de alunos considerados de operários, de baixa renda e oportunidades diferenciadas no percurso da formação educacional e de vida.

Gráfico 6. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica das Escolas Públicas Estaduais de Rondonópolis-MT em 2009.



Fonte: Ministério da Educação, resultados oficiais da Prova Brasil (2016).
Org. Jasche, M. (2017)

Como explicitado destacando as escolas Adolfo Augusto de Moraes (AADM) com 6,16; Emanuel Pinheiro (EP) com 5,76; La Salle (LS) com 5,98; Odorico Leocádio Rosa (OLR) com 6,76; Professora Renilda da Silva Moraes (PRSM) com 6,03; Sagrado Coração de Jesus

(SCDJ) com 6,92; Santo Antônio (AS) com 6,2; José Salmen Hanze (JSH) com 5,77. Das oito escolas em destaque seis em bairros centrais e com alunos que ocupam boas condições socioeconômicas.

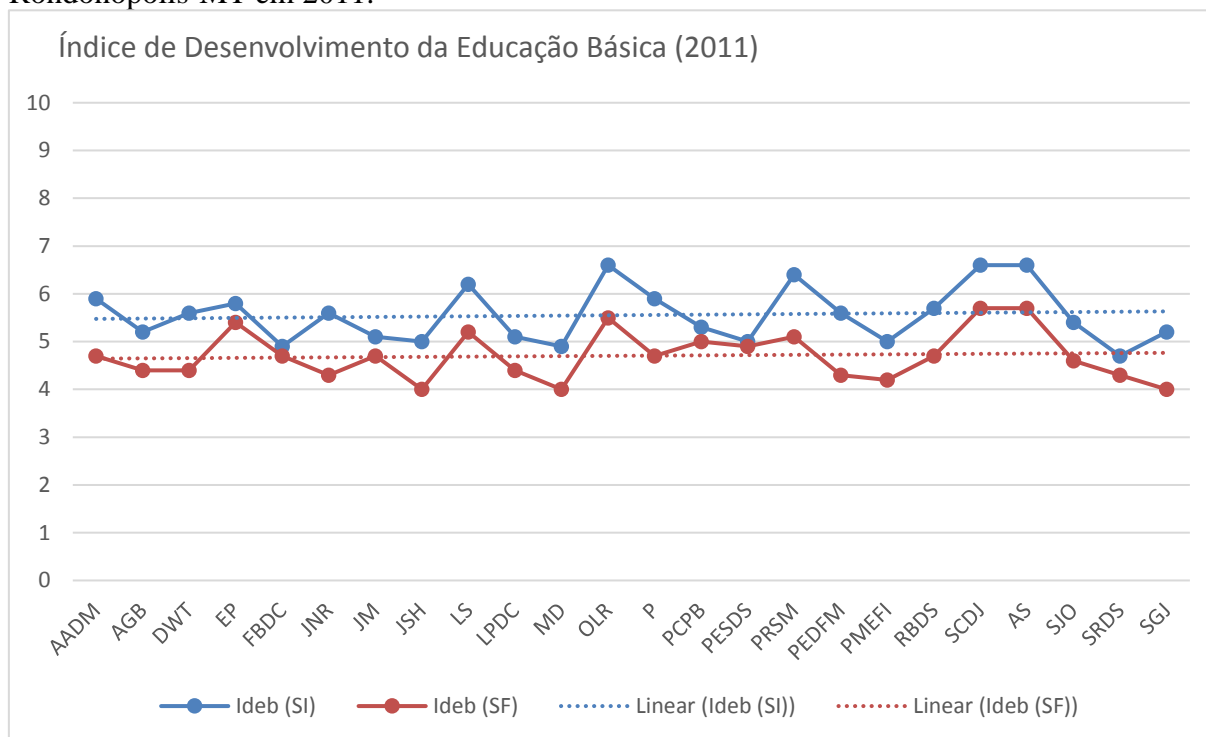
Destacando que as Escolas SCDJ, LS e AS com os melhores rendimentos são escolas que trabalham em parceria com a Igreja Católica, com o Grupo de Irmãs Catequistas Franciscanas. Sobressaindo-se das escolas com alunado de baixa renda apenas duas escolas, a PRSM e JSH são escolas localizadas em bairros operários.

O gráfico de 2009 é especial, pois também evidencia um momento onde a pós-experiência da Prova Brasil, fomentou através das análises dos resultados, as aplicações de ações e estratégias pedagógicas promovidas pelo MEC, Seduc-MT, Cefapro-MT e gestores escolares/professores.

Em Rondonópolis, essas ações se estabeleceram em torno do fortalecimento nas disciplinas de Português e Matemática e trouxeram resultados de expressividade, porém, nesta fase a latência em torno de questões da necessidade de envolver também outras disciplinas de outras áreas como Humanas, Ciências da Natureza e Artes para a Linguagem fizeram partes do cenário local, como presenciado.

Para observar como as escolas de localização mais periféricas se sobressaem após sete anos de investimentos em projetos e programas de assistência educacional, observa-se o **Gráfico 7**.

Gráfico 7 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica das Escolas Públicas Estaduais de Rondonópolis-MT em 2011.



Fonte: Ministério da Educação, resultados oficiais da Prova Brasil (2016).
Org. Jasche, M. (2017)

Em de 2011 destaca-se mais uma vez, as escolas Adolfo Augusto de Moraes (AADM) que em 2009 tinha 6,16 caindo para 5,9; Emanuel Pinheiro (EP) com 5,76 em 2009 e 5,8 em 2011; La Salle (LS) com 5,98 em 2009 subindo para 6,2; Odorico Leocádio Rosa (OLR) com 6,76 em 2009 caindo um pouco para 6,6; Professora Renilda da Silva Moraes (PRSM) com 6,03 em 2009 subindo para 6,4; Sagrado Coração de Jesus (SCDJ) com 6,92 caindo para 6,6; Santo Antônio (AS) com 6,2 subindo para 6,6; José Salmen Hanze (JSH) com 5,77 não participando em 2011 considerando as SF.

Chama a atenção que há uma pequena queda no IDEB das escolas em geral. As discussões sobre os temas que envolvem a Prova Brasil geram algum desconforto sobre o insucesso. Busca-se entender e identificar outros elementos que envolvem a trama dos resultados na esfera local. Também à época, foram introduzidos os Simulados para a Prova Brasil.

Nesta fase também ocorre a discussão de trabalhos de pesquisas elaborados por universidades envolvendo o tema de avaliação externa, contribuindo em reflexões sobre regulação e sobre as diferenças. Tais reflexões passaram a servir de base para o reforço de discursos em torno da necessidade de envolver estudos sobre aspectos econômicos dos

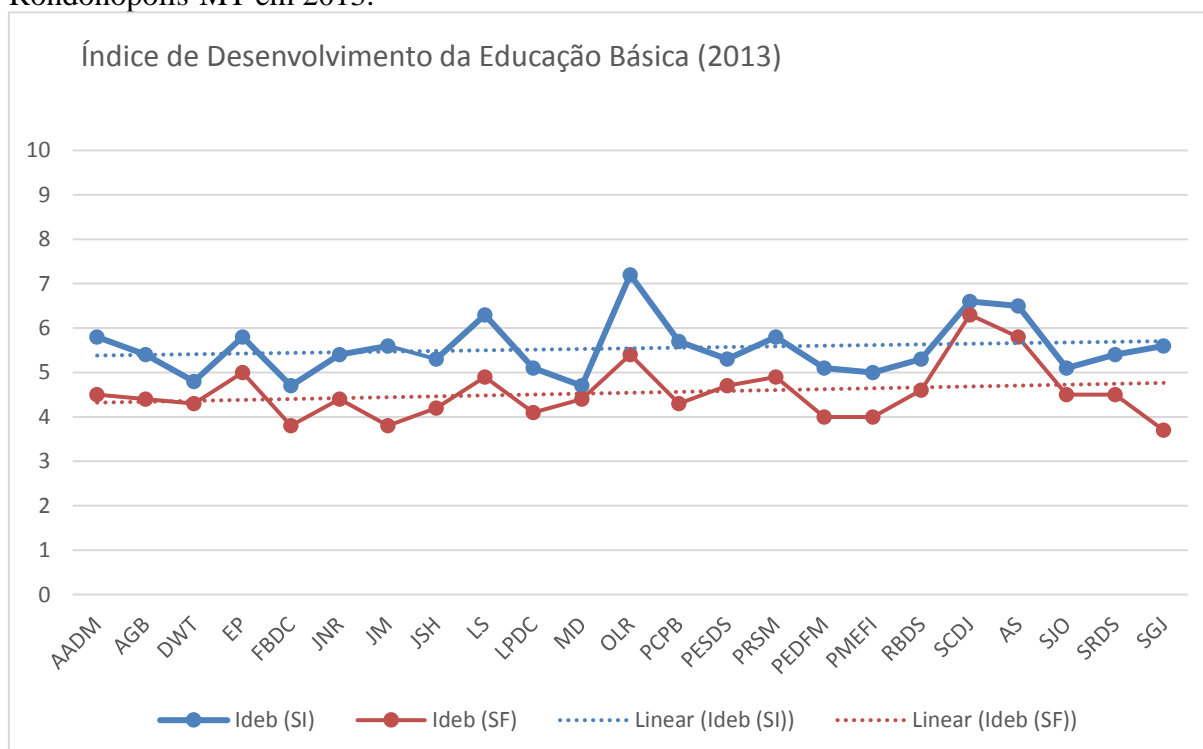
estudantes e famílias, incluindo dados sobre a escolarização dos familiares (pais e/ou responsáveis).

Algo muito presente nas falas dos professores são as dificuldades de adequar avaliações aos alunos dentro dos moldes do ensino ciclado. Ocorre também a cobrança de pais que procuram saber mais como funciona o sistema de ensino. É preciso evidenciar que a ampliação do acesso à educação como direito subjetivo, passa a ter no modelo de ensino mato-grossense ações em torno da permanência do aluno e de alunos que evidenciam em especial nos índices de 2015, sócio econômicos da Prova Brasil, a baixa cultura de escolarização familiar.

Há uma cobrança de um sistema que deveria “reprovar”, no entendimento de muitos pais, em especial de escolas mais tradicionais, com maior tempo de história na cidade e centrais, pois a reprovação demonstra a base da meritocracia, quando o Ciclo na verdade, trabalha nos moldes do Tempo de Aprendizado de cada aluno.

No **Gráfico 8** a permanência nos destaques do IDEB continua, e das escolas de localização periférica e/ou bairros operários permanecem com índices quase que estagnados.

Gráfico 8. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica das Escolas Públicas Estaduais de Rondonópolis-MT em 2013.



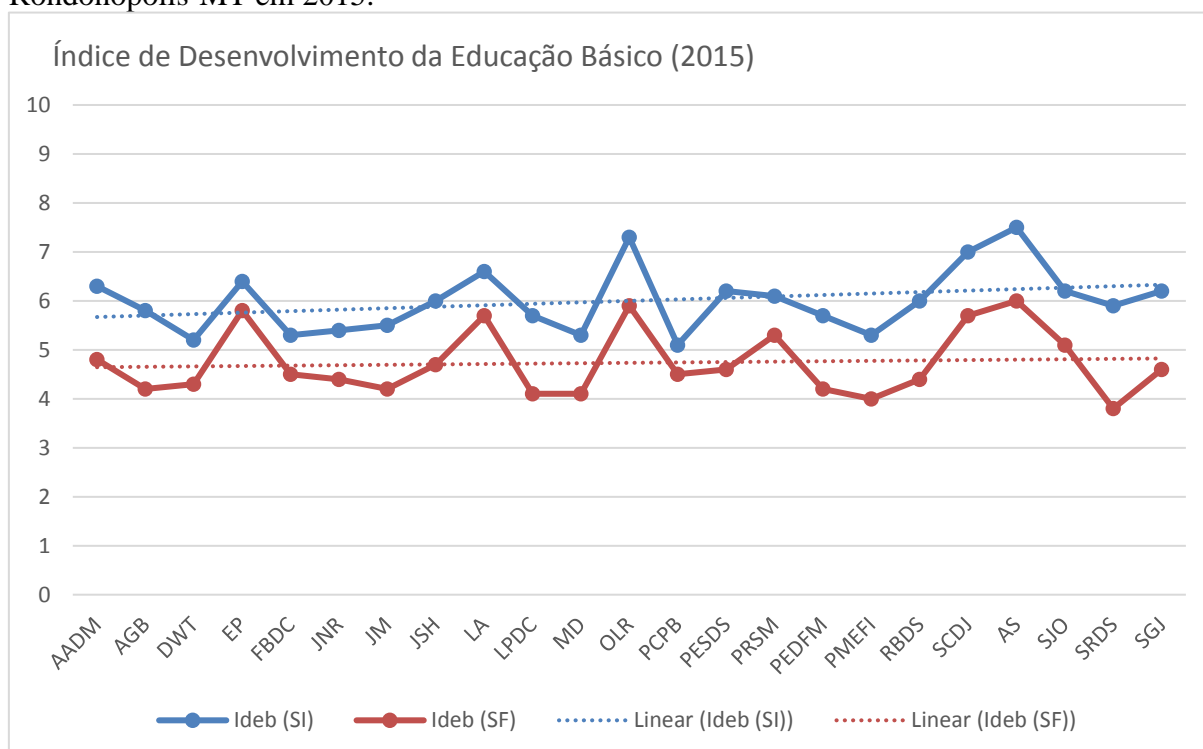
Fonte: Ministério da Educação, resultados oficiais da Prova Brasil (2016).
Org. Jasche, M. (2017)

Em 2013 destaca-se a greve dos docentes de 67 dias que como uma das pautas, solicitava ao governo a dobra do poder de compra e reposição salarial. Também a remuneração pela hora atividade dos professores em contrato temporário, a melhoria nas infraestruturas das escolas e a aplicação de 35% dos recursos na educação como prevê a Constituição Estadual e autonomia da SEDUC – MT.

A partir de 2013 eventos nas universidades, com destaque para o I Seminário GEPAVE de Avaliação Educacional promovido pelo Departamento de Educação da USP, entre outros eventos locais e regionais que aprofundaram a discussão em torno das avaliações externas. Algumas críticas realizadas foram pontais no GEPAVE, como exemplo a pouca utilização dos resultados da Prova Brasil nas escolas municipais de São Paulo, como estratégia para aplicar melhoras nos índices.

No entanto em MT, nas salas de educadores observa-se falas em torno da baixa estrutura das escolas com o modelo de Ciclo, que deveria oferecer maior estrutura de recursos humanos para melhor atendimento. Incluindo alunos especiais, que ainda estão nas escolas, não significando sua inclusão. Mesmo com as dificuldades e desafios, observamos no **Gráfico 9** a crescente do IDEB.

Gráfico 9 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica das Escolas Públicas Estaduais de Rondonópolis-MT em 2015.



Fonte: Ministério da Educação, resultados oficiais da Prova Brasil (2016).
Org. Jasche, M. (2017).

As escolas Adolfo Augusto de Moraes (AADM) que em 2009 tinha 6,16 caindo para 5,9 em 2011 em 2013 foi para 6,3; Emanuel Pinheiro (EP) com 5,76 em 2009 e 5,8 em 2011 em 2015 com sobe para 6,4; La Salle (LS) com 5,98 em 2009 subindo para 6,2 e em 2015 com ganha um pouco mais e vai para 6,6; Odorico Leocádio Rosa (OLR) com 6,76 em 2009 caindo um pouco para 6,6 ganha destaque em 2015 com 7,3; Professora Renilda da Silva Moraes (PRSM) com 6,03 em 2009 subindo para 6,4 e em 2015 caindo para 6,3; Sagrado Coração de Jesus (SCDJ) com 6,92 em 2009 caindo para 6,6 em 2011 e em 2013 sobe para 7; Santo Antônio (AS) com 6,2 em 2009 subindo para 6,6 em 2011 e em 2015 cai para 6,2; José Salmen Hanze (JSH) com 5,77 não participando em 2011 volta a participar em 2013 com 6,6 de IDEB.

4.5 Indicadores de Nível Socioeconômicos

A partir de 2015 a Prova Brasil aplica os questionários sócio econômicos e transfere essas informações como resultados nos Indicadores dos Níveis Socioeconômicos das escolas. É necessário entendermos como o MEC junto à avaliação da Prova Brasil estabeleceu o INSE o **Quadro 5** detalha o que envolve estes indicadores propostos e especifica os bens que compõe cada nível.

Quadro 5. Caracterização dos Indicadores dos Níveis Socioeconômicos das Escolas Públicas de Ensino Básico

INSE	Caracterização dos Indicadores
<p>Nível I (De 0 a 30 pontos):</p>	<p>Este é o menor nível da escala e os alunos, de modo geral, indicaram que há em sua casa bens elementares, como uma televisão em cores, uma geladeira, um telefone celular, até dois quartos na casa e um banheiro; não contratam empregada mensalista e nem diarista; a renda familiar mensal é de até 1 salário mínimo; e seus pais ou responsáveis possuem ensino fundamental completo ou cursando.</p>
<p>Nível II (De 30 a 40 pontos)</p>	<p>Neste, os alunos, de modo geral, indicaram que há em sua casa bens elementares, como uma televisão em cores, um rádio, uma geladeira, um ou dois telefones celulares e um banheiro; bem complementar, como videocassete ou DVD; não contratam empregada mensalista; a renda familiar mensal é de até 1 salário</p>

	<p>mínimo; e seu pai e sua mãe (ou responsáveis) ingressaram no ensino fundamental, mas não o completaram.</p>
<p>Nível III (De 40 a 50 pontos)</p>	<p>Neste, os alunos, de modo geral, indicaram que há em sua casa bens elementares, como uma televisão em cores, um rádio, uma geladeira, um ou dois telefones celulares e um banheiro; bens complementares, como videocassete ou DVD, máquina de lavar roupas e computador (com ou sem internet); não contratam empregada mensalista; a renda familiar mensal está entre 1 e 2 salários mínimos; e seu pai e sua mãe (ou responsáveis) ingressaram no ensino fundamental, mas não o completaram.</p>
<p>Nível IV (De 50 a 60 pontos)</p>	<p>Já neste nível, os alunos, de modo geral, indicaram que há em sua casa bens elementares, como um rádio, uma geladeira, um ou dois telefones celulares, um banheiro e, agora, dois ou mais televisores em cores; bens complementares, como videocassete ou DVD, máquina de lavar roupas e computador (com ou sem internet); bens suplementares, como freezer, um telefone fixo e um carro; não contratam empregada mensalista; a renda familiar mensal está entre 1 e 2 salários mínimos; e seu pai e sua mãe (ou responsáveis) completaram o ensino fundamental, podem ter concluído ou não o ensino médio, mas não completaram a faculdade.</p>
<p>Nível V (De 60 a 70 pontos):</p>	<p>Neste, os alunos, de modo geral, indicaram que há em sua casa um quantitativo maior de bens elementares; bens complementares, como videocassete ou DVD, máquina de lavar roupas e computador (com ou sem internet); bens suplementares, como freezer, um telefone fixo, um carro, além de uma TV por assinatura e um aspirador de pó; não contratam empregada mensalista; a renda familiar mensal é maior, pois está entre 2 e 12 salários mínimos; e seu pai e sua mãe (ou responsáveis) completaram o ensino fundamental, podem ter concluído ou não o ensino médio, mas não completaram a faculdade.</p>
<p>Nível VI (De 70 a 80 pontos)</p>	<p>Neste nível, os alunos, de modo geral, indicaram que há em sua casa um quantitativo alto de bens elementares; bens complementares, como videocassete ou DVD, máquina de lavar roupas e computador (com ou sem internet); bens suplementares, como freezer, um telefone fixo, uma TV por assinatura, um aspirador de pó e, agora, dois carros; contratam, agora, empregada mensalista; a renda familiar mensal é alta, pois está acima de 12 salários mínimos; e seu pai e sua mãe (ou</p>

	responsáveis) completaram a faculdade e podem ter concluído ou não um curso de pós-graduação.
<p>Nível VII (Acima de 80 pontos)</p>	Este é o maior nível da escala e os alunos, de modo geral, indicaram que há em sua casa um quantitativo alto de bens elementares, como duas ou mais geladeiras e dois ou mais televisores em cores, por exemplo; bens complementares, como videocassete ou DVD, máquina de lavar roupas e computador (com ou sem internet); maior quantidade de bens suplementares, tal como três ou mais carros e duas ou mais TVs por assinatura; contratam, também, empregada mensalista; a renda familiar mensal é alta, pois está acima de 12 salários mínimos; e seu pai e sua mãe (ou responsáveis) completaram a faculdade e podem ter concluído ou não um curso de pós-graduação.
<p>Fonte: Ministério da Educação, nota técnica INSE, elaborada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, pela Diretoria de Avaliação de Educação Básica. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/web/guest/indicadores-educacionais>. (2013). Acesso: 20/8/2016. Org. Jasche, M. (2017)</p>	

A Prova Brasil é uma política pública de avaliação externa, com objetivo de monitorar a qualidade da educação básica através de indicadores que fornecem orientação para a gestão dos sistemas de ensino no Brasil. Incluir o IDEB na média de aprovação por fases no ensino básico possibilita a avaliação através de dois eixos: 1- Taxa média de aprovação; 2 – Nível de proficiência média dos alunos.

O primeiro eixo se baseia nas informações do Censo Escolar de Educação Básica (INEP), e o segundo nos resultados do Sistema das Avaliações de Educação Básica (SAEB - INEP). A partir da Lei 13.005/14 que estabelece ao SAEB a incumbência de difundir os indicadores, também inclui as características do alunado, formulando questionários socioeconômicos para alunos, professores e gestores escolares responderem. Esta ação foi contemplada na Prova Brasil a partir de 2015 e tem por objetivo identificar as diferentes dificuldades locais, regionais orientando a aplicação de ações para promover a justiça social e desigualdades regionais.

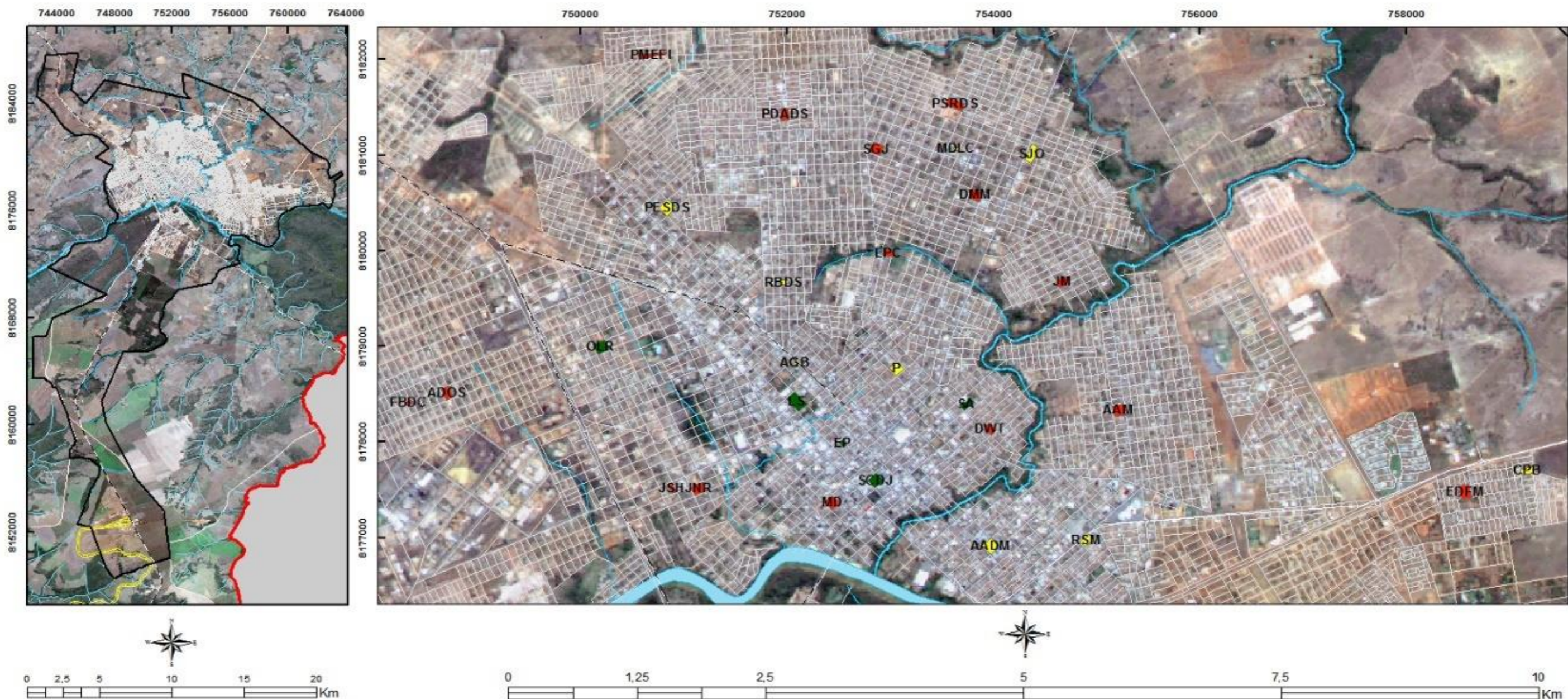
Partindo da lógica apresentada no quadro anterior onde as características de cada nível é descrita, organiza-se o **Quadro 6** com a finalidade de estabelecer os níveis que cada escola compõe subsidiando a construção e evidenciando níveis e as especialidades das escolas da rede estadual, da Educação básica em séries iniciais e séries finais no **Mapa 1**.

Quadro 6. Características dos Níveis Socioeconômicos.

INSE	Caracterização dos Indicadores
Nível I - Muito Baixo	Este é o menor nível da escala onde os alunos, numa média indicaram de 0 a 40 pontos na tabela INSE.
Nível II – Baixo	Este é o nível da escala onde os alunos, numa média indicaram de 30 a 40 pontos na tabela INSE.
Nível III – Médio Baixo	Este é o nível da escala onde os alunos, numa média indicaram de 40 a 50 pontos na tabela INSE.
Nível IV – Médio	Este é o nível da escala onde os alunos, numa média indicaram de 50 a 60 pontos na tabela INSE.
Nível V – Médio Alto	Este é o nível da escala onde os alunos, numa média indicaram de 60 a 70 pontos na tabela INSE.
Nível VI	Este é nível da escala onde os alunos, numa média indicaram de 70 a 80 pontos na tabela INSE.
Nível VII	Este é o maior nível da escala onde os alunos, numa média indicaram acima de 80 pontos na tabela INSE.

Fonte: Ministério da Educação, nota técnica INSE, elaborada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, pela Diretoria de Avaliação de Educação Básica. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/indicadores-educacionais>>. (2013). Acesso: 20/8/2016.
Org. Jasche, M. (2017)

MAPA 1. ESCOLAS ESTADUAIS DE RONDONÓPOLIS: INDICADORES SOCIOECONÔMICOS (INSE) - 2015



Escolas Estaduais
Indicador do Nível Sócio-Econômico

- ALTO
- MÉDIO ALTO
- MÉDIO

NOME DA ESCOLA ESTADUAL (SIGLA)

- | | |
|---------------------------------------|-------------------------------------------------|
| Adolfo Augusto de Moraes (AADM) | José Salmen Hanze (JSH) |
| Amélia de Oliveira Silva (ADOS) | La Salle (LS) |
| André Antônio Maggi (AAM) | Lucas Pacheco Camargo (LPC) |
| Antônio G. Balbino (AGB) | Marechal Dutra (MD) |
| Carlos Pereira Barbosa (CPB) | Odorico Leocadio Rosa (OLR) |
| Emanuel Pinehiro (EP) | Professor Domingos Aparecido dos Santos (PDADS) |
| Joaquim Nunes Rocha (JNR) | Professora Eunice Souza dos Santos (PESDS) |
| Maria de Lima Cadide (MDLC) | Professora Sebastiana R de Souza (PSRDS) |
| Pindorama (P) | Ramiro Bernardo da Silva (RBDS) |
| Daniel Martins Moura (DMM) | Renilda Silva Moraes (RSM) |
| Dom Wunibaldo Talleur (DWT) | Sagrado Coração de Jesus (SCDJ) |
| Elizabeth de Freitas Magalhães (EDFM) | Santo Antônio (SA) |
| Francisca Barros de Carvalho (FBDC) | São José Operário (SJO) |
| José Moraes (JM) | Silvestre Gomes Jardim (SGJ) |

- Perímetro Urbano de Rondonópolis
- Logradouros
- Rodovias Estaduais (MT's 130, 270, 383 e 471)
- Rodovias Federais (BR's 163 e 364)
- Linha Férrea (Terminal da América Latina Logística)
- Cursos D'água

Banco de Dados Geográficos do Exército (2017)
 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016)
 Plano Diretor Municipal de Rondonópolis (2016)
 Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (2016)
 Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação (2017)
 Imagem Landsat-8 RGB:432, Fusão com banda Pancromática (ago-2016)
 Sistema Métrico de Projeção UTM: SIRGAS 2000, Zona 21 S
 Elaborado por: GUIRRA, A. P, M (2017)
 Organizado por: JASCHE, M. (2017)

Ao cruzarmos os resultados da renda média por bairros apresentado somados aos resultados do INSE da Prova Brasil, espacializa-se e verifica-se o nível que cada escola apresentou. Observa-se que, a localização das escolas com menores níveis se encontra também nos bairros de menores média de renda, nas periferias. Estabelece-se também a relação entre o nível da formação educacional dos pais dos alunos e das condições de acesso a bens de eletrônicos, da moradia e da renda demonstrada no **Quadro 7**.

Quadro 7. Níveis Socioeconômicos das Escolas de Educação Básica Rede Estadual Rondonópolis/MT

ANO	ESCOLA	NÍVEL	CLASSIFICAÇÃO DO NÍVEL
2015	EE ADOLFO AUGUSTO DE MORAES	V	MÉDIO ALTO
2015	EE ANDRE ANTONIO MAGGI	IV	MÉDIO
2015	EE ANTONIO G BALBINO	V	MÉDIO ALTO
2015	EE D WUNIBALDO TALLEUR	IV	MÉDIO
2015	EE DANIEL MARTINS MOURA	IV	MÉDIO
2015	EE DOMINGOS APARECIDO DOS SANTOS	IV	MÉDIO
2015	EE EMANUEL PINHEIRO	VII	ALTO
2015	EE FRANCISCA BARROS DE CARVALHO	IV	MÉDIO
2015	EE JOAQUIM NUNES ROCHA	IV	MÉDIO
2015	EE JOSE MORAES	IV	MÉDIO
2015	EE JOSE SALMEN HANZE	IV	MÉDIO
2015	EE LA SALLE	VII	ALTO
2015	EE LUCAS PACHECO DE CAMARGO	IV	MÉDIO
2015	EE MARECHAL DUTRA	IV	MÉDIO
2015	EE MARIA DE LIMA CADIDE	V	MÉDIO ALTO
2015	EE ODORICO LEOCADIO ROSA	VII	ALTO
2015	EE PINDORAMA	V	MÉDIO ALTO
2015	EE PROF AMELIA DE OLIVEIRA SILVA	IV	MÉDIO
2015	EE PROF CARLOS PEREIRA BARBOSA	V	MÉDIO ALTO

2015	EE PROF EUNICE SOUZA DOS SANTOS	V	MÉDIO ALTO
2015	EE PROF RENILDA SILVA MORAES	V	MÉDIO ALTO
2015	EE PROFELIZABETH DE FREITAS MAGALHAES	IV	MÉDIO
2015	EE PROFMARIA ELZA FERREIRA INACIO	IV	MÉDIO
2015	EE RAMIRO BERNARDO DA SILVA	IV	MÉDIO ALTO
2015	EE SAGRADO CORACAO DE JESUS	VII	ALTO
2015	EE SANTO ANTONIO	VII	ALTO
2015	EE SAO JOSE OPERARIO	VII	MÉDIO ALTO
2015	EE SEBASTIANA R DE SOUZA	IV	MÉDIO
2015	EE SILVESTRE GOMES JARDIM	IV	MÉDIO

Fonte: Ministério da Educação, nota técnica INSE, elaborada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, pela Diretoria de Avaliação de Educação Básica. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/indicadores-educacionais>>. (2013). Acesso: 20/8/2016.
Org. Jasche, M. (2017)

Desta maneira o INSE é uma combinação das impressões fornecidas pelos participantes e que resume unicamente a contextualização das condições socioeconômicas do alunado, não com profundidade, mas temos um início de resultados importantes. Considerando a linha de pensamento do conceito efeito vizinhança, envolve-se nesta trama os motivos das causas do baixo rendimento nos resultados da Prova Brasil, denunciando vulnerabilidade do público de cada unidade que participou em 2015.

Fazendo a relação com o IDEB, logo percebemos que as escolas Emanuel Pinheiro, La Salle, Odorico Leocádio Rosa, Sagrado Coração de Jesus e Santo Antônio, são as que mais se destacaram no período entre 2007 e 2015, considerando o INSE nível VII e sua descrição onde a renda pode chegar até 12 salários mínimos, o nível de escolarização dos pais pode chegar à pós-graduação. Considerando que destas cinco escolas destaques três são escolas em parceria com o estado sendo administradas por irmãs Franciscanas, escolas com históricos e bem estruturadas, concluímos que a estrutura familiar, escolar e de boa renda traz rendimentos pedagógicos diferenciados e explicam a “Boa Fama” e concorrência na preferência de famílias, pelas vagas.

Foram 29 escolas que participaram do INSE em 2015. Destas, 5 com bom rendimento no IDEB e bom INSE; 9 escolas com INSE nível V e IDEB com variações entre 3 e 5,5 no

período de 2007 à 2015; 15 escolas com INSE nível IV e IDEB com poucas variações para ganhos entre 2,5 à 5,5. Ainda espera-se que estes resultados socioeconômicos sejam discutidos com os professores, aguarda-se com expectativas qual será as estratégias para amenizar estas desigualdades que constantemente são enfrentadas como desafios, pois aplicar recursos na Educação e fomentar as necessidades de nosso desenvolvimento dentro das complexidades de nosso país é pauta histórica.

Acrescentando em tempo, sob o aspecto legal, a Lei federal 6.766/79 define que áreas a serem reservadas para implantar equipamentos urbanos, computados no valor de 35% de área pública que deve ser destinada no projeto de um loteamento, por exemplo. Porém a Lei 9.785/99 expõe que os equipamentos urbanos devem ser “proporcionais à densidade de ocupação prevista pelo plano diretor ou aprovada por lei municipal para a zona em que se situem”, consultando o Plano Diretor de Rondonópolis/MT de 2006 no artigo 73: “Neste tipo de assentamento social deverão ser disponibilizadas reservas municipais destinadas à praça ou jardim e ao uso institucional (educação, saúde, creche) de no mínimo 8% (oito por cento) do total da área assentada”.

Evidenciamos que os bairros mais distantes do centro da cidade, em especial os próximos de setores industriais pouco oferecem ambientes salubres e apresentam, desestruturação de diversas formas e fatores aglomerando a configuração da pobreza. Alguns bairros se formaram através de invasões, que ainda movimentam ações para solicitar escolas, postos de saúde e outros serviços públicos e que chegam a muito custo após movimentos coletivos, reforçando a exclusão à cultura e serviços especializados próximos de suas residências, materializando no espaço a lógica do mercado e do capital.

Diante destas constatações sobre a segregação urbana, fica muito claro a existência de mecanismos não perceptíveis, que atuam sobre os sujeitos que se relacionam com a escola, o bairro e as condições dos lugares. Bairros isolados, com fragilidades com oportunidades de trabalho e de composição homogênea. Relembrando Zucarelli (2009) que discute seis mecanismos influenciadores em desempenho individual dos estudantes na fase em referência ao ensino básico. Primeiro está associado a qualidade dos serviços locais. O segundo o acompanhamento e suporte dos adultos. O terceiro a influência dos pares, considerando que a adolescência é fase intensa de influências. O quarto os mecanismos das redes sociais subsidiam o acesso à informações sobre serviços e oportunidades. O quinto, sobre crime e violência e o

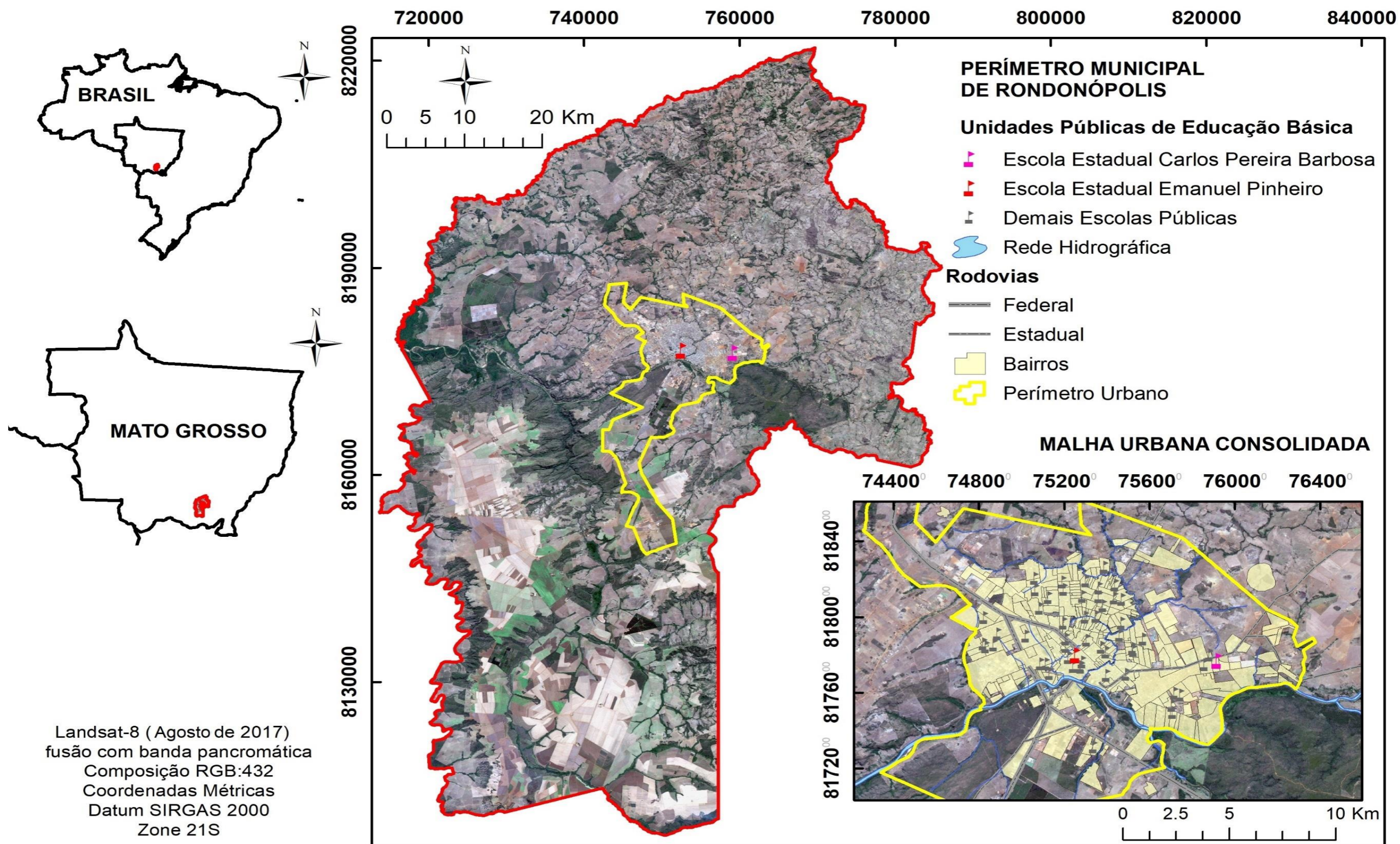
sexto, as condições da vizinhança que podem influenciar no desempenho individual e pode ser identificado através das ideias de distâncias físicas e isolamento.

É importante destacar o papel social da Educação que tem um largo campo de preocupações. Alunos em situações de maiores vulnerabilidades social, apresentam verdadeiros desafios que se somam quando se trata de qualidade nas oportunidades educacionais e este assunto requer de gestores na administração de políticas públicas o aprofundamento deste tema. Guia-se também este trabalho com esta finalidade de contribuir como referencial de estudo na cidade de Rondonópolis/MT analisando as diferenças educacionais e dos mecanismos que podem as produzir.

4.6 As Escolas Carlos Pereira Barbosa e Emanuel Pinheiro

A comparação entre duas realidades escolares, entre duas localizações, entre duas composições de grupo social, entre índices se inicia com a localização das escolas Carlos Pereira Barbos e Emanuel Pinheiro no **Mapa 2**, neste mapa podemos também observar a cobertura da rede estadual de ensino e suas localizações revelando a concentração e a ausência do serviço em alguns espaços na malha urbana.

MAPA 2 – LOCALIZAÇÃO DAS ESCOLAS CARLOS PEREIRA BARBOSA E EMANUEL PEREIRA



4.6.1 Escola Carlos Pereira Barbosa

A Escola Estadual Professor Carlos Pereira Barbosa, foi criada pelo Decreto nº 3.265, de 23.07.93 e oferece ensino público gratuito na educação básica nos turnos matutino e vespertino. Está localizada na Avenida Inglaterra, 323, bairro Jardim Europa, Rondonópolis/MT, sendo a sua entidade mantenedora o Governo do Estado de Mato Grosso.

Com a criação do bairro Jardim Europa em 1992, a Escola Estadual Professora Elizabeth de Freitas Magalhães, localizada no bairro Jardim Atlântico, não comportou todos os alunos, com isso, como medida emergencial foram criadas seis salas anexas no barracão da Construtora Treze, atualmente a escola particular Galileu Galilei.

Movimentos organizados pelos moradores junto ao presidente da Associação Amigos de Bairro – Senhor Odivan Costa, em julho ainda de 1992, as salas foram transferidas para a quadra 07 do bairro Jardim Europa, onde se construíram três salas de aulas, dois banheiros masculinos, dois banheiros femininos, cozinha, secretaria e sala dos professores.

Em 31 de dezembro de 1992, as salas anexas ganharam reconhecimento como Escola Professor Carlos Pereira Barbosa, em homenagem ao diretor falecido da Escola Estadual Professora Elizabeth de Freitas Magalhães.

A primeira diretora a tomar posse dada à publicação do decreto foi a Professora Rosana de Melo Bergamo, que administrou de 1993 a 1999. Sucessivamente, os anos de 2000 a 2005 a Professora Lindalva Lúcia Ferreira Mattos; 2006 a 2009 a professora Maria Aparecida Campos; 2010 à 2012 Professora Genoefa Rezende do Carmo; 2013 à 2014 a Professora Patrícia Karina Barbosa Ereio e atualmente a Professora Sinéia Mara Socorro Santos, que permanece através da Portaria SEDC/MT 418/2016 que estendeu o mandato de diretores até 2018, forçando a quebra da lei da Gestão Democrática. O ensino é organizado por Ciclo de Formação Humana.

Sobre as estruturas físicas atuais da escola o **Quadro 8** demonstra as informações do último Censo de 2016 e de dados recolhidos *in locos*.

Quadro 8. Caracterização da Infraestrutura da Escola Carlos Pereira Barbosa Rondonópolis/MT

Recursos Humanos	
Nº total de Funcionário	71
Nº total de Professores	26
Alimentação	
Merenda é fornecida?	Sim
A água é filtrada?	Sim

Matrículas	
SI – 1º ao 5º Ano	305
SF – 6º ao 9º Ano	276
Alunos Matriculados que Utilizam Bolsa Família	149
Acessibilidade	
As dependências da escolas são acessíveis à portadores de deficiência?	Não
Os sanitários são acessíveis aos Portadores de deficiências?	Sim
Infraestruturas (Dependências)	
Existe sanitário dentro do prédio da escola?	Sim
Existe sanitário fora do prédio da escola?	Não
A escola possui biblioteca?	Sim
A escola possui cozinha?	Sim
A escola possui laboratório de informática?	Sim
A escola possui laboratório de ciências?	Não
A escola possui sala de leitura?	Não
A escola possui quadra de esportes?	Sim
A escola possui sala para a diretoria?	Sim
A escola possui sala para os professores?	Não
A escola possui sala de atendimento especial?	Sim
Equipamentos	
Aparelho de DVD	Sim
Impressora	Sim
Copiadora	Não
Retroprojektor	Sim
Televisão	Sim
Saneamento Básico	
Abastecimento de água	Rede pública
Abastecimento de energia	Rede pública
Destino do esgoto	Rede pública
Destino do Lixo	Coleta periódica
Computadores e Internet	
Internet	Sim
Banda larga	Sim
Computadores para uso dos alunos	24
Computadores para uso administrativo	8

Fonte: QEdU.org.br. Disponível em < http://www.qedu.org.br/escola/251643-ee-professor-carlos-pereira-barbosa/censo-escolar?year=2016&dependence=0&localization=0&education_stage=0&item=>. (2016). Acesso: 07/7/2017.

Org. Jasche, M. (2017)

A escola, passou e ainda passa por diversos desafios o pedagógico e o estrutural. Em consulta à documentos internos ofícios, requerimentos e outros, verificou-se situações pontuais em destaque fim 2013 e o ano de 2014, quando o bairro Alfredo de Castro, na época, era ainda área de conflitos sociais e que através de um movimento de ocupação muitas famílias em um curto espaço de tempo fixaram-se e por pressão popular e uma certa especulação política, ocorreu o processo de regularização de área ocupada. Ocorre que a escola Carlos Pereira

Barbosa em apenas um semestre recebeu um significativo número de estudantes, sendo necessário a instalação de quatro salas de aula emergenciais cedidas pela SEDUC/MT.

Essas salas foram do tipo containers e através de muita articulação entre a direção na época representada pela Diretora Patrícia Ereio Barbosa, que enviou ao Ministério Público uma série de ofícios e documentos sobre a situação da escola e que solicitavam a instalação emergencial destas salas provisórias pois os alunos estavam recebendo aulas em espaços inadequados e também, a construção emergencial de salas permanentes, da ampliação da cozinha, da necessidade de um, de reparos na rede elétrica e nos forros do auditório e sala de informática, descrevendo nos ofícios e documentos situações precárias.

Segundo documentos e registros a escola enfrenta ainda na atualidade, situações precárias em sua estrutura, sendo evidência na mídia local e estadual, acrescentando denúncias de casos de violências na escola, de encaminhamentos de abusos de menores, de encaminhamentos aos Centros de Referencias de Assistência Social (CRAS) da cidade. São ofícios, registros em Atas que apresentam de uma forma geral, evidencias da vulnerabilidade social da clientela que ocupa e utiliza os serviços educacionais. Na **Figura 5** observa-se os alunos assistindo uma apresentação no Barracão/Auditório da escola.

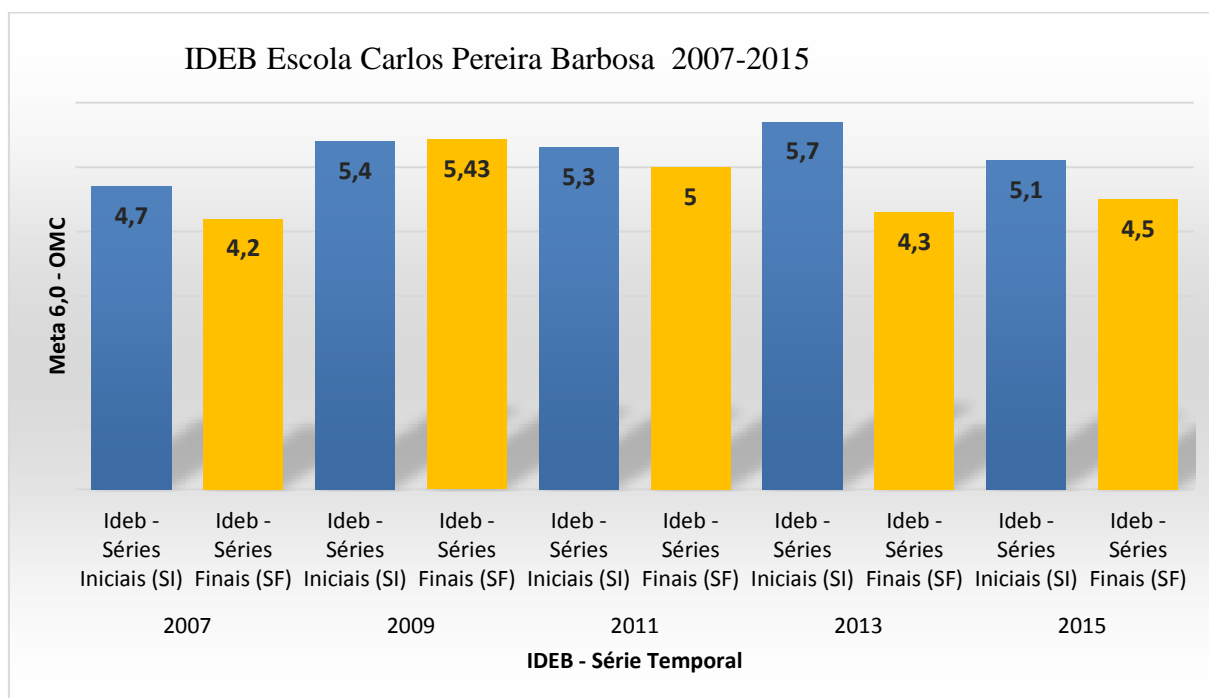
Figura 5. Alunos no Barracão/Auditório da Escola Carlos Pereira Barbosa assistindo uma Apresentação.



As características indicadas no INSE 2015 da escola apontou o nível sócio econômico médio-alto, que significa que os pais destes alunos podem ter concluído o ensino médio, ou ter frequentado a faculdade mas não concluído, tendo alguns casos pontuais acessado o ensino de pós-graduação nestes casos de pais com maior nível de formação, são alunos residentes nos Jd. Europa e Atlântico. Este resultado chamou muito a atenção, pois na maioria e não na média observa-se este quadro se confirma quando por exemplo, observa-se nas fichas de matrícula dos alunos a pouca escolaridade dos pais e a maioria destes alunos que são dos bairros mais afastados, como o Alfredo de Castro, Jd Ananias, Jd Conquista, Jd. Altamirando, Jd Paulista utiliza carteirinha de passe estudantil ou o programa de transporte escolar financiado pelo governo federal, no caso um ônibus de 45 lugares.

Sobre o IDEB da escola apresenta-se os seguintes resultados no **Gráfico 10**.

Gráfico 10. IDEB Escola Carlos Pereira Barbosa - 2007-2015.



Fonte: Ministério da Educação, Boletim Escola Carlos Pereira Barbosa - Prova Brasil (2016).
Org. Jasche, M. (2018).

O resultado divulgado no Boletim de Desempenho da Prova Brasil de 2015, aponta que a formação docente nas séries iniciais é de 96,20% e nas séries Finais de 36,80%. Este apontamento refere-se se este professor atua na disciplina de sua formação, pois atuar na disciplina o desenvolvimento pedagógico poderá ter andamentos de maior consolidação pelo domínio e aprofundamento. Conforme o Boletim de Desempenho da Prova Brasil (2015),

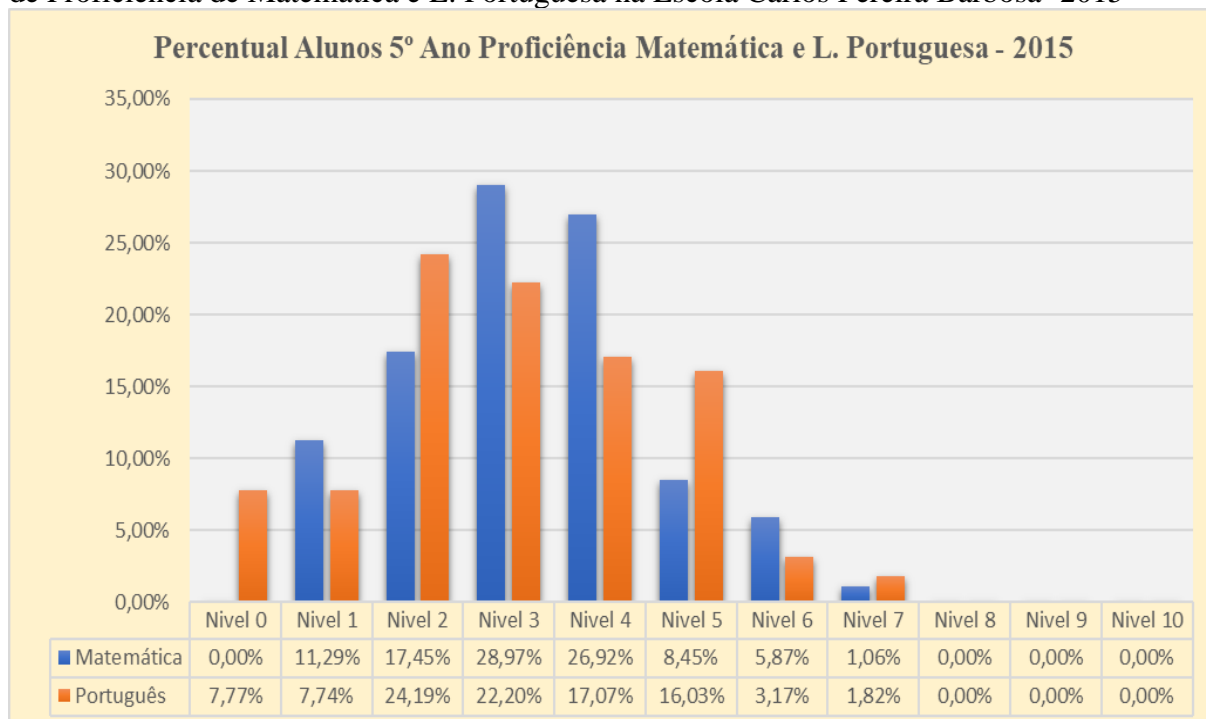
O Indicador de Adequação da Formação Docente analisa a formação dos docentes que lecionam nos anos iniciais e finais do ensino fundamental na escola. Apresenta o percentual de disciplinas, em cada etapa, que são ministradas por professores com

formação superior de Licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) na mesma disciplina que leciona. No caso dos anos iniciais, considera-se adicionalmente a formação em Licenciatura em Pedagogia (ou bacharelado com complementação pedagógica).

Bem possível que dentre os muitos fatores, como a formação inicial docente que ainda constrói sua autoafirmação e identidade, a má remuneração, as condições de trabalho, as condições e conduções de contratação de professores e as disputas, as aulas em diferentes unidades escolares para completar carga horária e conseguir melhor remuneração, as discontinuidades das políticas de governo, a qualidade da merenda e das políticas de permanência para estudantes, o apoio e fomento para formação continuada e acesso aos programas de pós graduação pelas secretaria de educação... todos estes e outros são fatores tendem contribuir nos impactos de aproveitamento pedagógico e estes, demandam estudos e considerações importantes, compreendendo que a proposta das avaliações externas é formar políticas para atingir o sucesso escolar.

Quanto ao aproveitamento pedagógico o **Gráfico 11** traz uma leitura mais aprofundada.

Gráfico 11. Distribuição Percentual dos Alunos do 5º Ano do Ensino Fundamental por Nível de Proficiência de Matemática e L. Portuguesa na Escola Carlos Pereira Barbosa- 2015



Fonte: Ministério da Educação, Boletim Escola Carlos Pereira Barbosa - Prova Brasil (2016).
Org. Jasche, M. (2018).

Evidencia-se o detalhamento dos níveis de aproveitamento pedagógico dos alunos, inicialmente de Língua Portuguesa na soma dos níveis 0, 1, 2, e 3 resulta em 61,9% de alunos Abaixo do Básico. Nos Níveis 4 e 5 33,01% de alunos de nível básico, nos níveis 6 e 7 4,99% de alunos proficientes e nenhum aluno avançado.

Na matemática, seguindo a mesma lógica na soma do percentual dos níveis, o primeiro resultado é 57,71% abaixo do básico, 35,37% alunos de nível básico, 6,93% proficientes e nenhum avançado. Considerando que foi avaliado as habilidades e descritores conforme já exposto nos **Quadros 1 e 2**. Sobre os níveis de proficiência na escala de interpretação pedagógica do Boletim de Desempenho da Prova Brasil Escola Carlos Pereira (2015, p. 2),

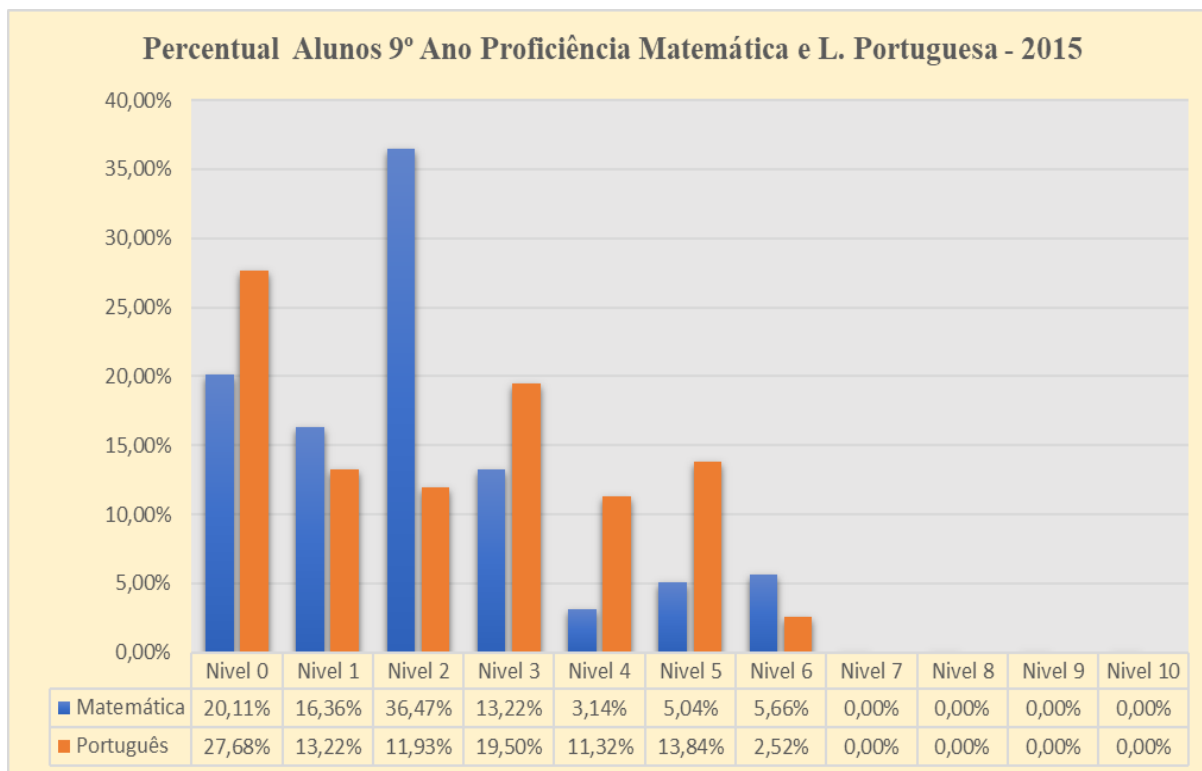
No nível “Abaixo do Básico” encontram-se os alunos com conhecimento aquém do esperado para determinada etapa de ensino, com atraso de pelo menos um ano do nível “Proficiente”. No “Básico,” o conhecimento é parcial é restrito, com defasagem de até seis meses. Já no nível “Proficiente”, o aluno demonstra avanços na habilidade leitora e na compreensão sólida dos conteúdos. O nível “Avançado” corresponde aos alunos que dominam completamente suas competências e ainda são capazes de solucionar questões que envolvem temas considerados complexos para a etapa.

Através desta compreensão dos níveis de aproveitamento pedagógico é possível que cada escola identifique alunos que se encontram em diferentes momentos de processo de aprendizagem e que necessitem de intervenções distintas pedagógicas para superação, nivelamento, correção de distorções com o objetivo de alcance de metas pedagógicas estabelecidas pelas secretarias de educação e pela OMC.

Importante pontuar que nestas intervenções, o trabalho necessita de contribuições conjuntas, a atenção do Estado ao atribuir, remunerar e fomentar com maior ênfase a formação inicial e continuada dos professores. As condições para o desenvolvimento do trabalho pedagógico oferecendo estruturas físicas e oportunidades efetivas para acesso e permanência às famílias na escola. Programas que valorizem e gerem oportunidades concretas à parceria escola-família.

No **Gráfico 12** se expõe resultados dos 9º anos, que despontam com outras características.

Gráfico 12. Distribuição Percentual dos Alunos do 9º Ano do Ensino Fundamental por Nível de Proficiência de Matemática e L. Portuguesa na Escola Carlos Pereira Barbosa- 2015



Fonte: Ministério da Educação, Boletim Escola Carlos Pereira Barbosa - Prova Brasil (2016).
Org. Jasche, M. (2018).

Nestes percentuais observamos os seguintes agrupamentos, nos níveis 0, 1, 2 e 3 em Língua Portuguesa 72,33% de alunos nos níveis abaixo do básico. Nos níveis 4 e 5 a soma é de 25,16% de alunos básicos e apenas 2,52% proficientes não apresentando nenhum aluno avançado.

Em Matemática, observa-se que os níveis 0, 1, 2 e 3 apresenta a soma de 86,16% de alunos abaixo do básico, com destaque desta concentração para o nível 2 com 36,47% de alunos que realizam nas operações matemática o reconhecimento de formas e eixos matemáticos simples, tratando, organizando e interpretando gráficos de linha simples. Nos níveis 4 e 5 o percentual é de 8,18% de alunos básicos e 5,66 de alunos proficientes e nenhum avançado.

Quando situações como essas ocorrem, O MEC aponta urgência de aplicações de intervenções pedagógicas. Para que estas ocorram de maneira mais específicas os Centros de Referência de Formação Continuada promovem encontros, formações e oficinas com este objetivo. Essas formações ocorrem com carga horária de 4 horas semanais e a presença dos formadores nem sempre é possível, pois estes também dependem de previsões orçamentárias, vale inclusive ressaltar que os CEFAPROS em MT vêm operando com restrições de verbas e que diminuiu o quadro de professores formadores no estado. No ano de 2016 por exemplo a escola recebeu 2 visitas.

4.6.2 Escola Emanuel Pinheiro

A história da Escola Emanuel Pinheiro tem início no dia 03 de março de 1975, com o objetivo de fomentar vagas no ensino de Primeiro Grau e de sediar salas para o ensino superior. Em 1989 o Ensino de Segundo Grau foi aderido na escola, com ao curso de Magistério.

Em 1991, a escola obteve reconhecimento do Curso de Magistério. A SEDUC-MT extingue a formação de cursos profissionalizantes desta maneira a escola elimina o ensino médio na modalidade de Magistério e oferece apenas o ensino fundamental. Em 2000 a organização do ensino alinha-se ao do estado de MT na modalidade Ciclo de Formação Humana.

No ano de 2002, a escola inicia parceria com a Secretaria Municipal de Educação para o atendimento de jovens adolescentes portadores de necessidades educativas especiais – Deficiências Auditivas em turmas de alfabetização. Em 2003 inicia-se no período noturno a oferta do Ensino Fundamental, na modalidade Aceleração (EJA).

A parceria Estado/Escola/Município, foi um marco na tentativa de inclusão e em 2004 houve mobilização pela gestão em torno da permanência da parceira Município e Estado pela continuidade da professora interprete o material escolar e vale transporte. Esse atendimento foi interrompido em 2005 pois o município não pode mais arcar com as custas em parceria.

No ano de 2006, houve também interrupção da oferta do ensino noturno na modalidade EJA, por iniciativa da SEDUC que apontou a evasão como justificativa. Importante acrescentar que nesta fase houve uma crescente abertura de escolas particulares na cidade oferecendo os cursos na modalidade Profissionalizante e EJA e que em 2006 o Conselho Estadual de Educação (CEE), aprova estes cursos através das Resoluções 69/06, 222/06, 204/06 e dos Pareceres 257/06 e 234/06. Alunos assistindo uma apresentação na Quadra, **Figura 6**.

Figura 6. Alunos no Auditório/Quadra da Escola Emanuel Pinheiro assistindo uma Apresentação.



Jasche, M. Data:07/10/2016

Acrescenta-se que atualmente esta modalidade de ensino na cidade tornou-se viral, oferecendo os cursos para formação no ensino fundamental em modalidade semipresencial e com tempos recordes para formação, com valores de baixo custo ao contratante deste serviço. Esta situação tem fechado cada vez mais salas nas escolas estaduais, desqualificando o ensino e fomentando mão de obra com déficits de formação e barata. Atualmente a escola oferece apenas o Ensino Fundamental, nos períodos matutino e vespertino.

Em 2018 a escola iniciou um processo de reformas estruturais e está funcionando temporariamente na Av Raimundo de Mattos, 1719, Jd São Francisco, no antigo prédio de uma faculdade. A tão aguardada reforma foi autorizada pela equipe gestora da SEDUC/MT em dezembro de 2017, iniciando as obras em 05/02/2018, toda a comunidade aguarda pelo retorno na nova escola. Na **Figura 7**, a reforma.

Figura 7 – Reforma da Escola Emanuel Pinheiro 2018.



Imagem: <<http://www.mt.gov.br/-/9048185-seduc-anuncia-pacote-de-reformas-em-25-escolas-de-rondonopolis>>. Acesso: 10/02/2018.

De acordo com as informações da pasta, a unidade receberá novo telhado, pintura, troca de piso e azulejo nos banheiros. Também está prevista uma nova instalação elétrica na estrutura da escola. O contrato de 120 dias, foi avaliado em R\$ 660.740,21. O prazo de vigência é de 210 dias. A escola passa pela segunda reforma em 27 anos e sua construção ocupa a maior parte do terreno incluindo a quadra de esporte que serve de refeitório, pátio escolar e auditório para reuniões.

Ainda sobre as Estruturas Físicas da escola o **Quadro 9** traz as informações mais detalhadas, com base nas informações do CENSO 2016.

Quadro 9. Caracterização da Infraestrutura da Escola Carlos Pereira Barbosa Rondonópolis/MT

Recursos Humanos	
Nº total de Funcionário	44
Nº total de Professores	16
Alimentação	
Merenda é fornecida?	Sim
A água é filtrada?	Sim
Matrículas	
SI – 1º ao 5º Ano	200

SF – 6º ao 9º Ano	230
Alunos Matriculados que Utilizam Bolsa Família	32
Acessibilidade	
As dependências da escola são acessíveis à portadores de deficiência?	Não
Os sanitários são acessíveis aos Portadores de deficiências?	Sim
Infraestruturas (Dependências)	
Existe sanitário dentro do prédio da escola?	Sim
Existe sanitário fora do prédio da escola?	Não
A escola possui biblioteca?	Sim
A escola possui cozinha?	Sim
A escola possui laboratório de informática?	Sim
A escola possui laboratório de ciências?	Não
A escola possui sala de leitura?	Não
A escola possui quadra de esportes?	Não
A escola possui sala para a diretoria?	Sim
A escola possui sala para os professores?	Sim
A escola possui sala de atendimento especial?	Não
Equipamentos	
Aparelho de DVD	Sim
Impressora	Sim
Copiadora	Sim
Retroprojeter	Sim
Televisão	Sim
Saneamento Básico	
Abastecimento de água	Rede pública
Abastecimento de energia	Rede pública
Destino do esgoto	Rede pública
Destino do Lixo	Coleta periódica
Computadores e Internet	
Internet	Sim
Banda larga	Sim
Computadores para uso dos alunos	17
Computadores para uso administrativo	5

Fonte: QEdU.org.br. Disponível em <http://www.qedu.org.br/escola/252027-ee-emanuel-pinheiro/censo-escolar?year=2016&dependence=0&localization=0&education_stage=0&item=>. (2016). Acesso: 07/7/2017.
Org. Jasche, M. (2017).

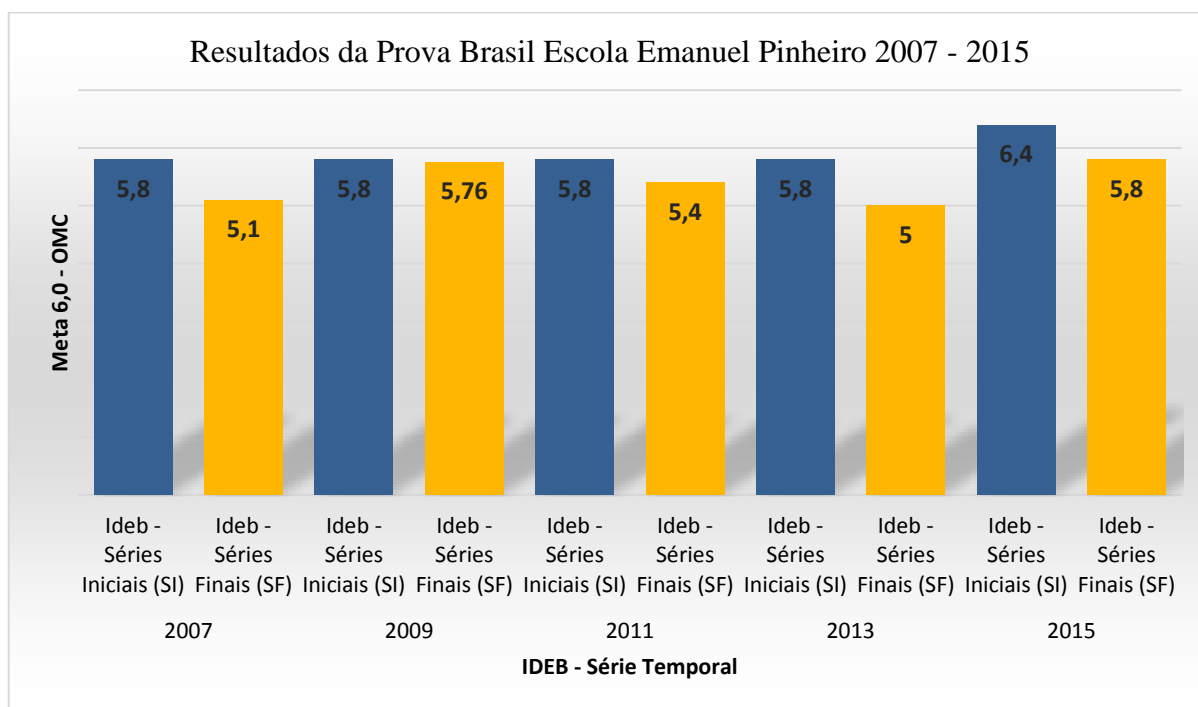
As características indicadas no INSE 2015 da escola apontou o nível sócio econômico Alto, que significa que os pais destes alunos concluíram a faculdade, podendo não ter concluído a pós-graduação. Este resultado ao ser confrontado com as fichas de matrícula dos alunos revelou que, 32 famílias possuem o Número de Inscrição Social e são inscritas no Programa do Bolsa Família, de fato a tendência pesa mais para pais com o ensino superior, mas há grupos ainda com o ensino médio. Quanto aos empregos, estes variam entre o setor público, gerentes, pequenos empreendedores, mecânicos, vendedores, auxiliares administrativos, cabelereiras, diaristas, técnicos e professores. Conforme evidenciado na escala INSE 2015 pelo MEC,

Este é o maior nível da escala e os alunos, de modo geral, indicaram que há em sua casa um quantitativo alto de bens elementares, como duas ou mais geladeiras e dois ou mais televisores em cores, por exemplo; bens complementares, como videocassete ou DVD, máquina de lavar roupas e computador (com ou sem internet); maior quantidade de bens suplementares, tal como três ou mais carros e duas ou mais TVs por assinatura; contratam, também, empregada mensalista; a renda familiar mensal é alta, pois está acima de 12 salários mínimos; e seu pai e sua mãe (ou responsáveis) completaram a faculdade e podem ter concluído ou não um curso de pós-graduação

Quanto ao uso de transporte público, 87 alunos tem a carteirinha de passe estudantil, estes, na maioria, do matutino de séries finais e o ponto de ônibus fica na mesma quadra da escola. Não é utilizado para os alunos do vespertino (séries iniciais), o programa de transporte escolar financiado pelo governo federal, na sua grande maioria são acompanhados pelos pais até a escola.

Sobre o IDEB da escola apresenta-se os seguintes resultados no **Gráfico 13**.

Gráfico 13. IDEB Escola Emanuel Pinheiro - 2007-2015.



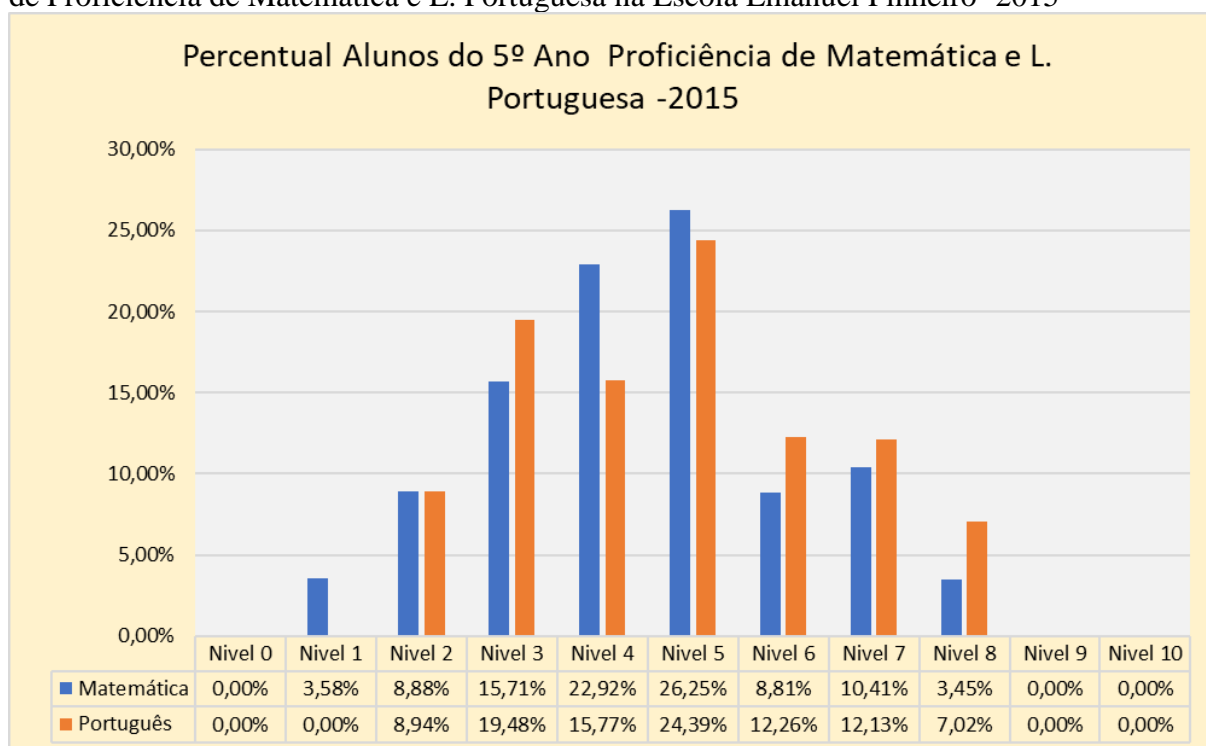
Fonte: Ministério da Educação, Boletim Escola Carlos Pereira Barbosa - Prova Brasil (2016).
Org. Jasche, M. (2018).

Sobre o Desempenho da escola divulgado pelo MEC no Boletim de 2015, o IDEB mostra rendimentos próximos do satisfatório considerando as metas estabelecidas pela OMC, mas ainda é perceptível a diferença dos rendimentos pedagógicos entre as séries finais e iniciais. A formação Docente e atuação na disciplina das séries iniciais é de 100% e das séries finais é de 39% e mesmo com pouca diferença em comparação com a escola Carlos Pereira Barbosa no quesito da formação docente, é notório que no rendimento do IDEB a diferença chega a quase dois pontos e no caso do ano de 2015 nas séries iniciais. Nos demais anos verifica-se que há

pouco movimento de superação pedagógico. A diferença nestes resultados pode relacionar-se diretamente com o nível de escolaridade da família, do econômico e da continuidade da rotatividade de professores na escola, onde apenas 38% são contrato temporário.

No **Gráfico 14**, destaca-se os resultados dos percentuais de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática das séries iniciais de 2015.

Gráfico 14. Distribuição Percentual dos Alunos do 5º Ano do Ensino Fundamental por Nível de Proficiência de Matemática e L. Portuguesa na Escola Emanuel Pinheiro- 2015



Fonte: Ministério da Educação, Boletim Escola Emanuel Pinheiro - Prova Brasil (2016).
Org. Jasche, M. (2018).

Afunilando os resultados de Língua Portuguesa a proficiência dos alunos das séries iniciais, apresenta-se os seguintes agrupamentos, entre os níveis 0, 1, 2 e 3 a soma é de 28,42% de alunos abaixo do básico. Nos níveis 4 e 5 a proficiência é de 40,16% de alunos básicos e que atingiram até 324 pontos da escala de desempenho da Prova Brasil, ou seja, alunos que atingem habilidades conforme a Boletim de Desempenho da Prova Brasil Escola Emanuela Pinheiro (2015, p. 3) como,

Reconhecer expressões características da linguagem (científica, jornalística etc.) e a relação entre expressão e seu referente em reportagens e artigos de opinião. Inferir o efeito de sentido de expressão e opinião em crônicas e reportagens. Localizar a informação principal em reportagens. Identificar ideia principal e finalidade em notícias, reportagens e resenhas. Reconhecer características da linguagem (científica, jornalística etc.) em reportagens. Reconhecer elementos da narrativa em crônicas. Reconhecer argumentos e opiniões em notícias, artigos de opinião e fragmentos de

romances. Diferenciar abordagem do mesmo tema em textos de gêneros distintos. Inferir informação em contos, crônicas, notícias e charges. Inferir sentido de palavras, da repetição de palavras, de expressões, de linguagem verbal e não verbal e de pontuação em charges, tirinhas, contos, crônicas e fragmentos de romances.

Essas habilidades ainda não são as ideias, pois considera-se a necessidade de letramento cidadão para compor maior profundidade a assimilação de teoria com a vida. Temas como Saúde, Educação, Política, Etno Culturas, Sexualidade e Discussão de Gênero. Há consensos distorcidos que necessitam de maior compreensão para abordar-se na sala de aula, a reflexão neste ponto é: como aprofundar discussões que ainda passam por reconhecimento de identidades, formações e rompimentos de uma moralidade padronizada historicamente pelo modelo colonizador, imperialista e econômico? A base, sabemos, encontra-se na educação.

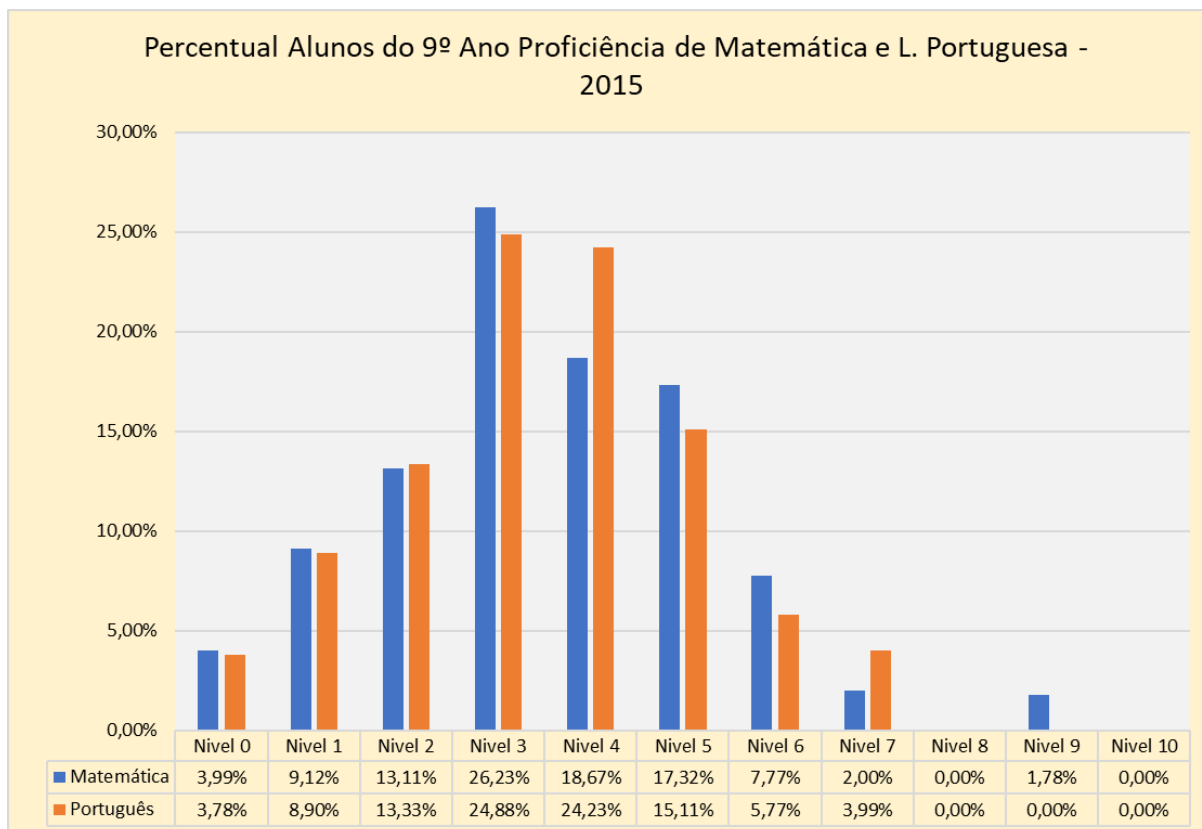
Na obra de Paulo Freire (2002) “Pedagogia da Autonomia”, discute-se no capítulo três a responsabilidade social e democrática do professor e da necessidade da ruptura e escolhas para alcançar objetivos de uma nova consciência crítica. Consciência crítica é letrada e indica mudança de postura na defesa das atividades humanas e direitos humanizados. É preciso ter coragem, dedicação e uma soma de compromisso de instituições, governantes, sociedade para que a educação seja provedora de nova consciência crítica cidadã.

Destaca-se ainda em Língua Portuguesa que 24,39% são alunos proficientes e 7,02% são avançados. Alunos avançados segundo a Matriz de Referência da Prova Brasil, são capazes de reconhecer sentido de locução adverbial em narrativas de fábulas e contos, de relacionar causas e consequências e reconhecer textos de diferentes gêneros pontuando efeitos e sentidos em decorrência do uso de pontuação e informações, ou seja, são alunos segundo a matriz, preparados para aprofundamento e letramento.

Na matemática, ainda nas séries iniciais a soma do percentual nos níveis 0, 1, 2 e 3 somam 28,17% de alunos abaixo do básico. Nos níveis 4 e 5 somam 49,17% de alunos estão no nível básico. 19,22% são proficientes e 3,45% avançados.

No **Gráfico 15**, destaca-se os resultados dos percentuais de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática das séries finais de 2015.

Gráfico 15. Distribuição Percentual dos Alunos do 9º Ano do Ensino Fundamental por Nível de Proficiência de Matemática e L. Portuguesa na Escola Emanuel Pinheiro- 2015



Fonte: Ministério da Educação, Boletim Escola Emanuel Pinheiro - Prova Brasil (2016).
Org. Jasche, M. (2018).

Nas séries finais, os estudantes em Língua Portuguesa somam 50,89% de alunos abaixo do básico e 39,34% são básicos. Nos níveis 6 e 7 apresenta-se o a soma do percentual em 9,76% de alunos proficientes, não alcançando nenhum aluno avançado.

Na disciplina de Matemática nos níveis 0, 1, 2 e 3 somam 52,45% de alunos abaixo do básico. Nos níveis 4 e 5 somam 35,99% de alunos básicos, e nos níveis 6 e 7 a soma de alunos proficientes é de 9,77%, atingindo apenas 1,78% de alunos avançados.

O modelo utilizado na Prova Brasil é cumulativo, soma-se de 25 em 25 pontos o domínio de conhecimentos e conforme já apresentada a tabela de níveis e pontuações, esta soma poderá atingir números maiores de 325 pontos. Segundo ideias de Rostirola, Schneider e Sartorel (2014, p. 8), há algumas considerações... a preocupação apontada é de tendências que vem sendo discutidas sobre o uso da Matriz de Referência, ou seja, os Eixos, Competências, Habilidades e Descritores que podem nas práticas, determinar currículo por etapas, séries ou ciclos de formação e que os exames externos se torne a própria política educacional.

Essas tendências de conduzir objetivos pedagógicos, podem ser observadas quando se traçam estratégias de superação para melhorar o IDEB e os níveis de proficiência através de planejamentos e realização de simulados, avaliações internas, nos modelos da Prova Brasil,

direcionando nestas práticas o fetiche das pontuações como condução de melhorias da aprendizagem.

CAPÍTULO 5: DISTRIBUIÇÃO E ABRANGÊNCIA ESPACIAL DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS: UMA NOVA PROPOSTA METODOLÓGICA APLICADA A ESCOLAS DE ENSINO BÁSICO DA CIDADE DE RONDONÓPOLIS

Após algumas discussões que envolveram os aspectos pedagógicos, partimos neste capítulo para uma proposta metodológica e dialógica. Sabe-se que soluções é a busca de atender demandas, neste caso, a qualidade da mobilidade aos equipamentos de serviços públicos. Estudos urbanistas demonstram a busca pela qualidade de vida dos cidadãos, não apenas na harmonia de elementos que componham as paisagens urbanísticas, mas incluir o exercício da cidadania como acesso, mobilidade e utilização de espaços, equipamentos urbanos e serviços públicos.

Relembrando brevemente os critérios para a distribuição e abrangência dos equipamentos públicos com enfoque para os de educação, Santos (1988) articula que a distribuição destes ocorrem de acordo com as escalas do território urbano: **vizinhança** - que demanda creches, escolas de ensino Infantil e Fundamental; nas escalas **bairro e cidade** - escolas de ensino médio à outras modalidades.

Estudos que envolveram análise social do espaço urbano, como exposto anteriormente, ocorreram em Londres sob a regência do supracitado Charles Booth no fim do séc. XIX. A pesquisa na classificação hierarquizada de Booth, conforme Ribeiro (2004, p. 4) ocorreu sob a metodologia da coleta sistemática de informações classificando e hierarquizando. Mesmo sendo um marco o trabalho do inglês, no momento da ocorrência da classificação, suprimiu-se as causas da pobreza, que mais tarde passou a ser evidenciada pelo mesmo pesquisador, mas ainda com métodos amparados nas divisões por características.

Destaca-se também a escola de Chicago, evidenciada por Ribeiro (2004), o deslocamento e a distância para acesso ao equipamento de serviço público urbano que segundo o autor, interfere na sustentabilidade urbana.

No Brasil, a Lei Federal 6.766/79 no art. 4º § 2º, que regulamenta o parcelamento do solo urbano e dispõe definições para equipamentos urbanos visando desenvolvimento social de educação, cultura, saúde, lazer e outras atividades, a legislação brasileira

também estabelece dispositivos legais para os gestores municipais estabelecerem o Plano Diretor, que norteia o planejamento municipal.

Na década de 70, estudo do Instituto de Planejamento do Distrito Federal Gouvêa (2008), desenvolve critérios para o dimensionamento de equipamentos urbanos comunitários e para os de educação, o autor desenvolve um cálculo onde a População da Área Considerada (PAC) é multiplicada pela porcentagem da População de Baixa Renda (PBR) e com idade escolar, dividida pelo Número de Turnos máximo (NT) e pelo Número da Capacidade de Atendimento (NCA) do equipamento, estabelecendo a seguinte fórmula: $\{(PAC \times \% PBR) \div NT\} \div NCA$ chegando assim, a uma estimativa da necessidade da instalação de novas unidades escolares.

Campos Filho (2010), em sua obra *Reinvente Seu Bairro*, compõe em acessível e objetiva linguagem, numa certa militância comunitária, o desenvolvimento de uma série de reflexões sobre os processos que definem a configuração do tecido urbano, como ponto de partida, o espaço e seus serviços prestados, fornecendo ao leitor contribuições para utilização do Plano Diretor como protagonista de desenvolvimento e mudanças.

Uma destas contribuições que se destaca é a distância confortável para acesso de um equipamento urbano. Campos Filho (2010) define que a distância ideal deste aparelho, o escolar, tenha abrangência de um raio 800 m. Neves (2015, p. 512) acrescenta “que esta distância ainda é saudável também pela prática” e que não dispensa transporte urbano próximo aos equipamentos públicos de educação, proporcionando maior mobilidade.

Guimarães (2004) discute a partir de dados os índices de m² por alunos obtidos pelo Centro de Construções Escolares (CEBRACE), do Ministério da Educação. Guimarães aplica em um turno um cálculo de função da porcentagem da população de estudantes entre 7 e 17 anos e o índice de m² por aluno, estabelecendo um coeficiente para aproveitamento máximo do equipamento.

Especificando, então, que 0,507 m² de área construída por população em idade escolar ensino fundamental, com abrangência num raio de 800 m, é o número ideal. E para o ensino médio 0,182 m² de área construída por população de estudantes, com raio de abrangência de 1.600 m.

Importante destacar que dar dimensão e metodologia poderá auxiliar a estabelecer densidades de equipamentos no espaço, contribuindo com referencial técnico para regulamentação de planejamento urbano. O ideal é definir regulamentação urbana em normas mais específicas, o que vem ocorrendo desde a Lei do Plano Diretor, mas o que ocorre é que a inspiração para as fórmulas está, quase sempre, espelhada nos modelos prontos de outras cidades ou existentes em outros países.

No Brasil, se faz necessária adequação às complexidades históricas de formação territorial. Falta de planejamento urbano, composições regionais, desenvolvimento de políticas públicas e visão técnica integrada com o desenvolvimento social, participação popular e o envolvimento da classe política, é o que se espera.

Por este motivo não se pretende aqui estabelecer o ideal, pautado em realidades distantes da Brasileira, mas uma tentativa que seja, junto às demais existentes e a partir de nossa leitura, uma proposta metodológica para mensurar a densidade de equipamentos urbanos educacionais e que seja capaz de apontar a concentração e as áreas que necessitam do equipamento escolar.

Para aprofundamento da análise, a cidade foi dividida em cinco setores, com a finalidade de averiguar a densidade de equipamentos públicos de ensino básico. Explorando a carta do setor Oeste, composta pelos bairros e residenciais Jd. Belo Horizonte, Jardim da Mata, Jardim da Mata II, Jardim Parque, Loteamento José Sobrinho, Vila Adriana, que compõem estratificação socioeconômica, segundo Petri 2014, uma média salarial de R\$ 1000,00 a R\$ 2000,00.

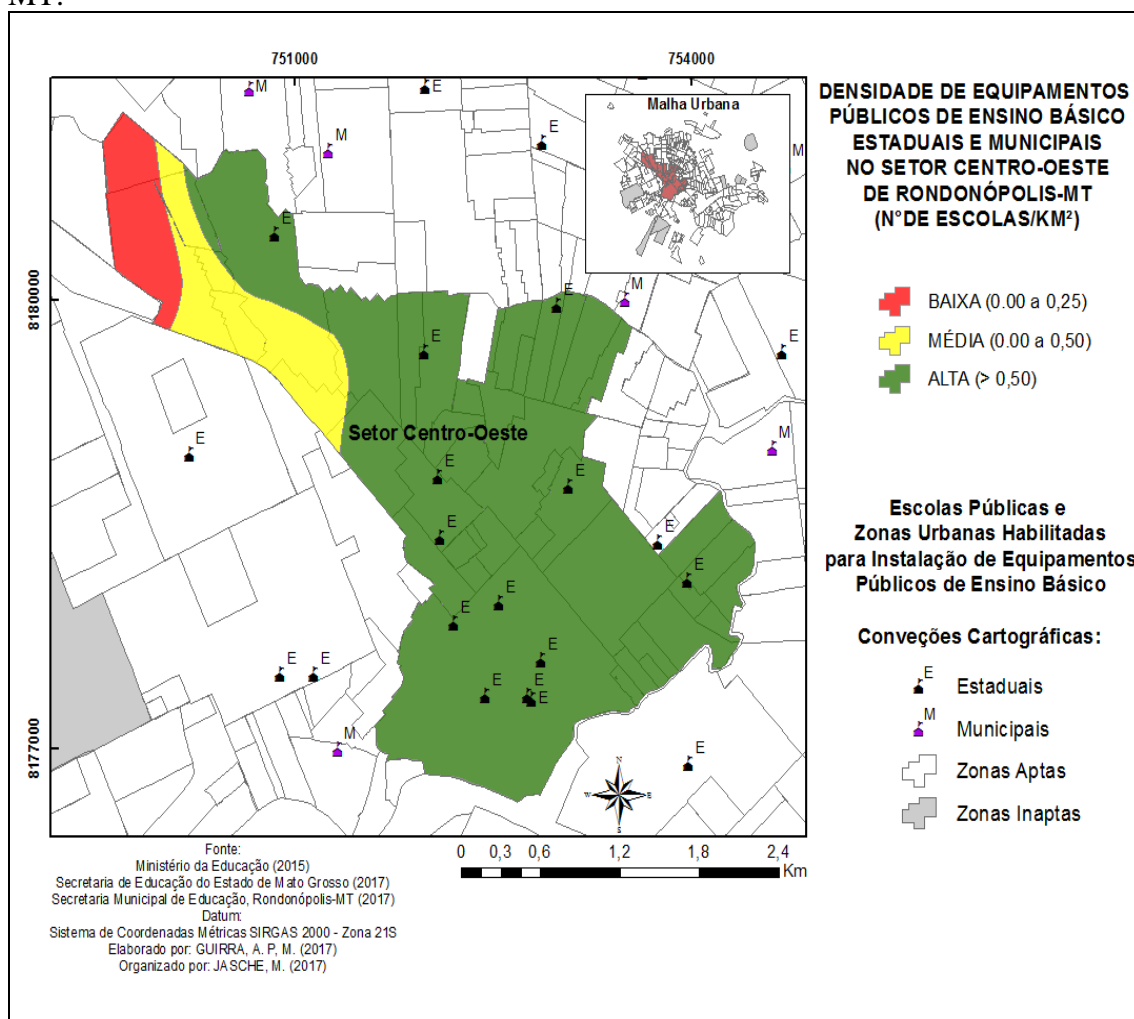
Quanto à espacialização, dos equipamentos, em cor verde o Jardim Belo Horizonte, mostra alta densidade no atendimento do serviço público educacional. A partir do Loteamento José Sobrinho, em amarelo, verifica-se, segundo os mesmos critérios, média densidade, chegando ao Jardim Adriana. Em vermelho, numa porção do Residencial Dom Osório Stoffel, percebe-se a necessidade do equipamento, estendendo-se ao Jardim da Mata I e II, que são bairros mais afastados do centro da cidade e formados por trabalhadores com faixa salarial inferiores a R\$ 2000,00.

A rede estadual conta com cerca de 13 unidades escolares e as mais próximas dos bairros de baixa densidade, são a Escola Municipal Bernardo Venâncio e a Escola Estadual Sebastiana Resende. Ambas apresentam resultados abaixo de 5,5 pontos no

IDEB e não apresentaram taxas significativas de evasão escolar que, apesar de não ser o foco deste trabalho compreender o aproveitamento pedagógico, relaciona-se com o acesso ao serviço, aspectos socioeconômicos da vizinhança, uso de programas sociais, como o Bolsa Família, podem também influenciar nos resultados da Educação, permanência e qualidade de vida.

O Setor Centro-Oeste, com área total de 8,439 km², na quantificação de densidade encontra-se classificado como alta, contabilizando uma área de 7,061 Km² de cobertura da rede de serviço público educacional e com 6,059% de baixa densidade, que estão em vermelho, na **Figura 8**. Na extrema periferia do setor, necessitando de instalação do equipamento público educacional, conforme os resultados evidenciados e **Tabela 4**.

Figura 8. Carta de densidade combinada entre escolas de ensino básico (estaduais e municipais) por quilômetro quadrado, no setor centro-oeste da cidade de Rondonópolis-MT.



Fonte: JASCHE, M. (2018); GUIRRA, A.P.M. (2018).

Tabela 4. Quantificação da densidade e distribuição dos equipamentos públicos de ensino básico no setor centro-oeste da cidade de Rondonópolis-MT.

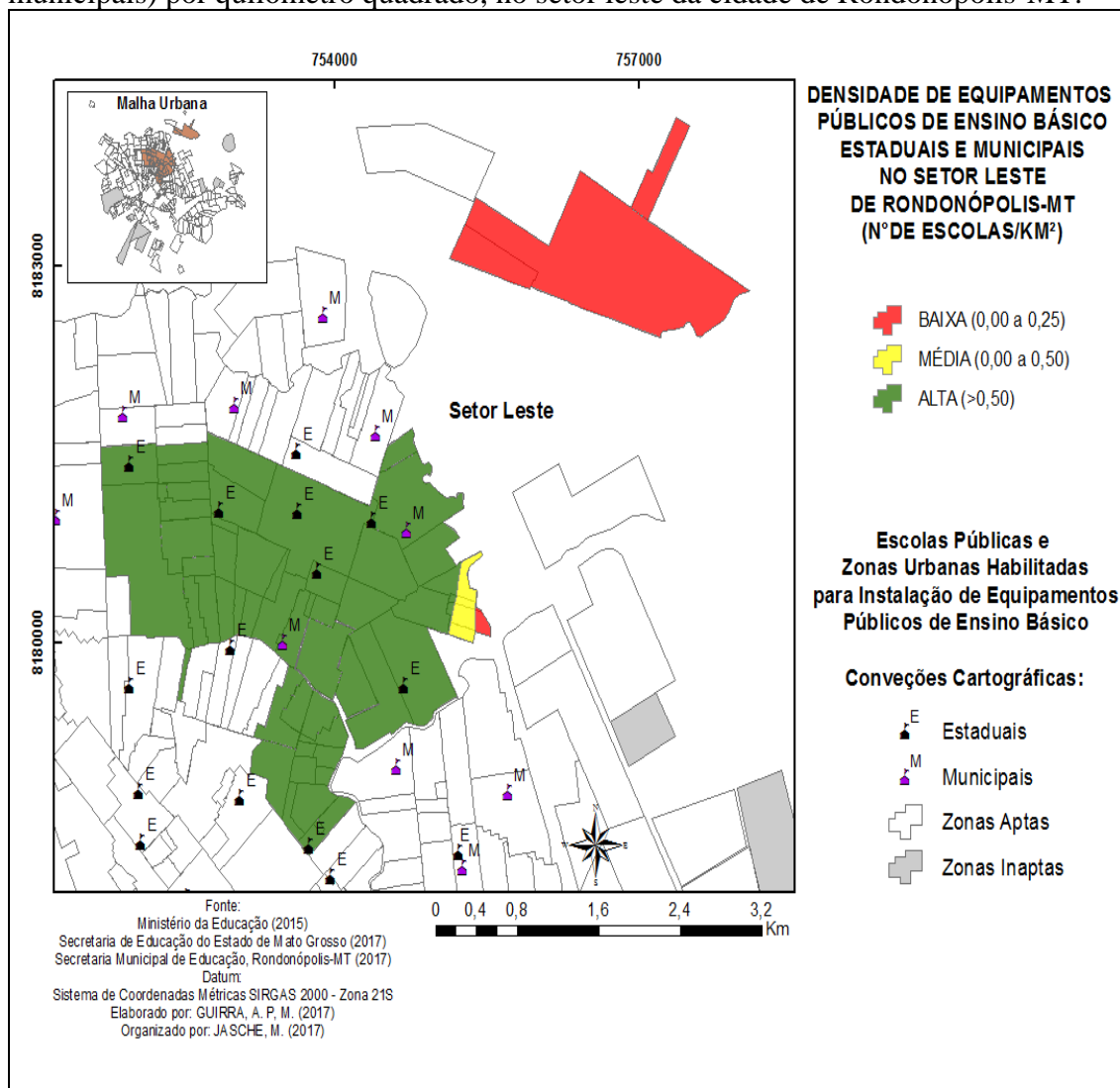
Setor Centro-Oeste			
Classe de Densidade	Área (Km ²)	Porcentagem de Zonas Aptas com Baixa Densidade (%)	Classe de Distribuição Espacial
Baixa	0,511	6,059	Altamente desconcentrado
Média	0,867		
Alta	7,061		
Área Total =	8,439		

Fonte: JASCHE, M. (2018); GUIRRA, A.P.M. (2018).

O Setor Leste é composto pelos seguintes bairros: Jardim Ipiranga II, Jardim Dom Bosco II, Jardim Dom Bosco, Chácara Beija Flor, Chácara Globo Recreio, Chácara Globo Recreio II. Segundo IBGE (2010), a faixa salarial destes bairros atinge 3 salários mínimos. A porcentagem de zonas aptas com baixa densidade corresponde à 22,884%, ou seja 1,998 Km² de um total de 8,747 Km². A Escola Estadual Odorico Leocádio Rosa, com maior destaque no IDEB, apresenta o índice de 7,3 e localiza-se numa vizinhança com as maiores faixas salariais do bairro.

Chama atenção a identificação da área em vermelho, o Bairro Ipiranga II, o mais periférico do setor e, também, é o que necessita instalação de escola. Observamos que nos demais bairros, há alta cobertura de atendimento do serviço educacional, sobretudo estadual, com 7 unidades escolares e 2 municipais, como pode ser observado na **Figura 9** e na **Tabela 5**.

Figura 9. Carta de densidade combinada entre escolas de ensino básico (estaduais e municipais) por quilômetro quadrado, no setor leste da cidade de Rondonópolis-MT.



Fonte: JASCHE, M. (2018); GUIRRA, A.P.M. (2018).

Tabela 5. Quantificação da densidade e distribuição dos equipamentos públicos de ensino básico no setor leste da cidade de Rondonópolis-MT.

Setor Leste

Classe de Densidade	Área (Km²)	Porcentagem de Zonas Aptas com Baixa Densidade (%)	Classe de Distribuição Espacial
Baixa	1,998	22,847	Desconcentrado
Média	0,119		

Alta	6,630
Área Total =	8,747

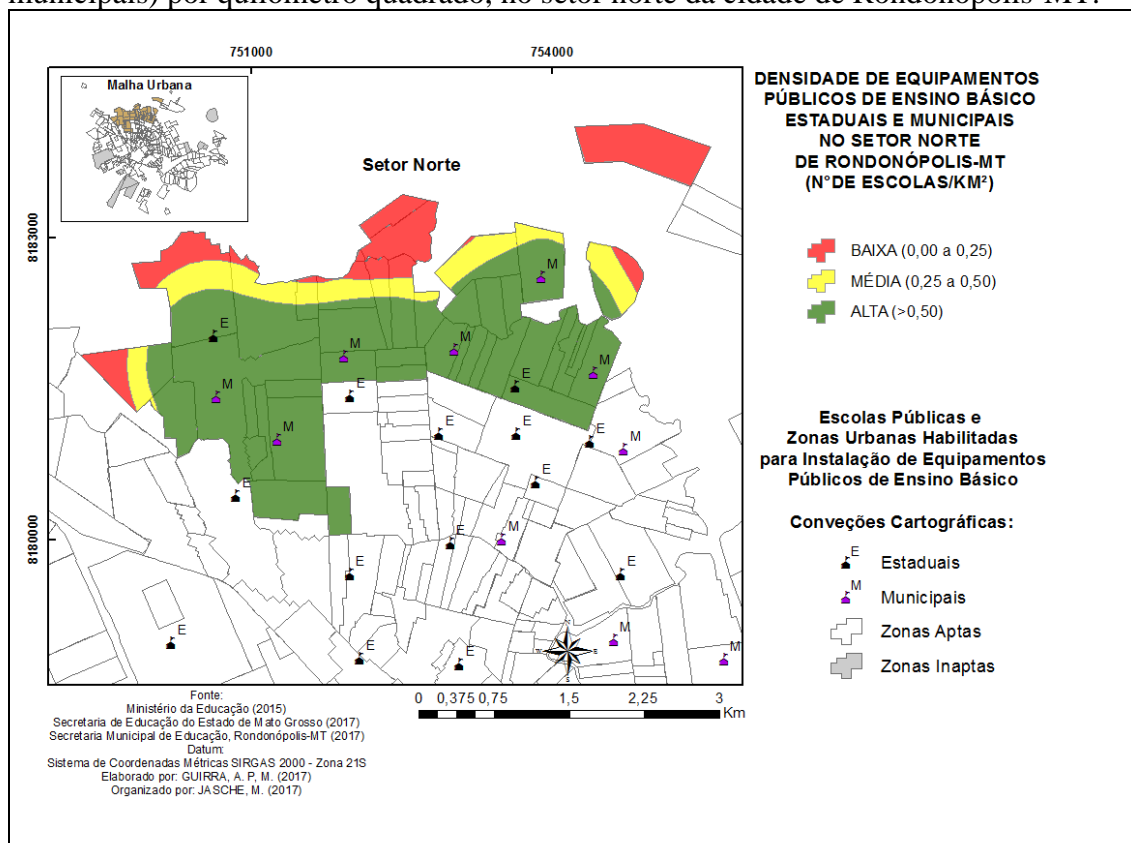
Fonte: JASCHE, M. (2018); GUIRRA, A.P.M. (2018).

No Setor Norte a densidade dos equipamentos públicos de ensino básico estaduais e municipais apresenta o resultado Desconcentrado. Verifica-se na **Tabela 6** a área total de 8,788 Km², desta 6,153 Km² considerada densidade alta, conforme a **Figura 10**, com duas escolas estaduais e seis municipais instaladas. Em amarelo identifica-se como densidade média, apesar de não ter nenhum equipamento instalado, tem-se como premissa o quesito de conforto para acesso, conforme Campos (2010). Em vermelho, a densidade baixa, fora de abrangência do raio de 800 m e com nenhum equipamento para atendimento, deixando claro que nesta área de 1,482 Km² há a necessidade da instalação de escolas.

Os bairros que compõem este setor são: Jardim São Bento, Residencial Carlos Gomes Bezerra, Vila Mineira, Núcleo Habitacional Marechal Rondon, Jardim das Flores, Parque Residencial Nova Era, Loteamento Residencial Dom Osório Stoffel, Jardim Dinalva Muniz, Jardim Serra Dourada II, Jardim Parque Loteamento Carlos Gomes Bezerra II, Residencial Edelmina Querubim Marcheti, Distrito Anézio P. de Oliveira, todos bairros de trabalhadores com faixas salariais de até 2 salários mínimos, Petri (2014).

Quanto ao IDEB, as escolas estaduais Maria de Lima Cadidé e Professora Maria Elza Ferreira Inácio apresentam 5,3, ainda abaixo do rendimento pedagógico estimado pelas metas do Plano Nacional de Educação.

Figura 10 – Carta de densidade combinada entre escolas de ensino básico (estaduais e municipais) por quilômetro quadrado, no setor norte da cidade de Rondonópolis-MT.



Fonte: JASCHE, M. (2018); GUIRRA, A.P.M. (2018).

Tabela 6. Quantificação da densidade e distribuição dos equipamentos públicos de ensino básico no setor norte da cidade de Rondonópolis-MT.

Setor Norte			
Classe de Densidade	Área (Km²)	Porcentagem de Zonas Aptas com Baixa Densidade (%)	Classe de Distribuição Espacial
Baixa	1,482	16,868	Desconcentrado
Média	1,153		
Alta	6,153		
Área Total =	8,788		

Fonte: JASCHE, M. (2018); GUIRRA, A.P.M. (2018).

O Setor Oeste da cidade de Rondonópolis apresenta um dos cinco Distritos Industriais, que são consideradas como “zonas inaptas”. Porém, bairros se formaram em torno desses distritos.

Neste setor, bairros como o Parque Universitário e a Vila Olinda são os mais populosos da cidade e com sérios problemas estruturais, como pavimentação, rede de esgoto, drenagem e, aguardando desde 2011, obras que foram iniciadas serem finalizadas. Em uma análise superficial, são bairros operários.

Segundo Campos (2010), o ideal é que espaços para áreas industriais sejam circunscritos dos residenciais. A Lei Federal 6.766/79, estabelece dispositivos legais que impõem aos gestores municipais o dever de regulamentar o Plano Diretor, norteando as funções e usos do solo municipal, dando inclusive atenção às Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), retirando das práticas urbanas a repetida ação de alocar trabalhadores e equipamentos públicos na convivência com atividades insalubres das rotinas industriais. Há nesse setor misturadoras de fertilizantes, altamente poluentes, em íntima proximidade às áreas residenciais.

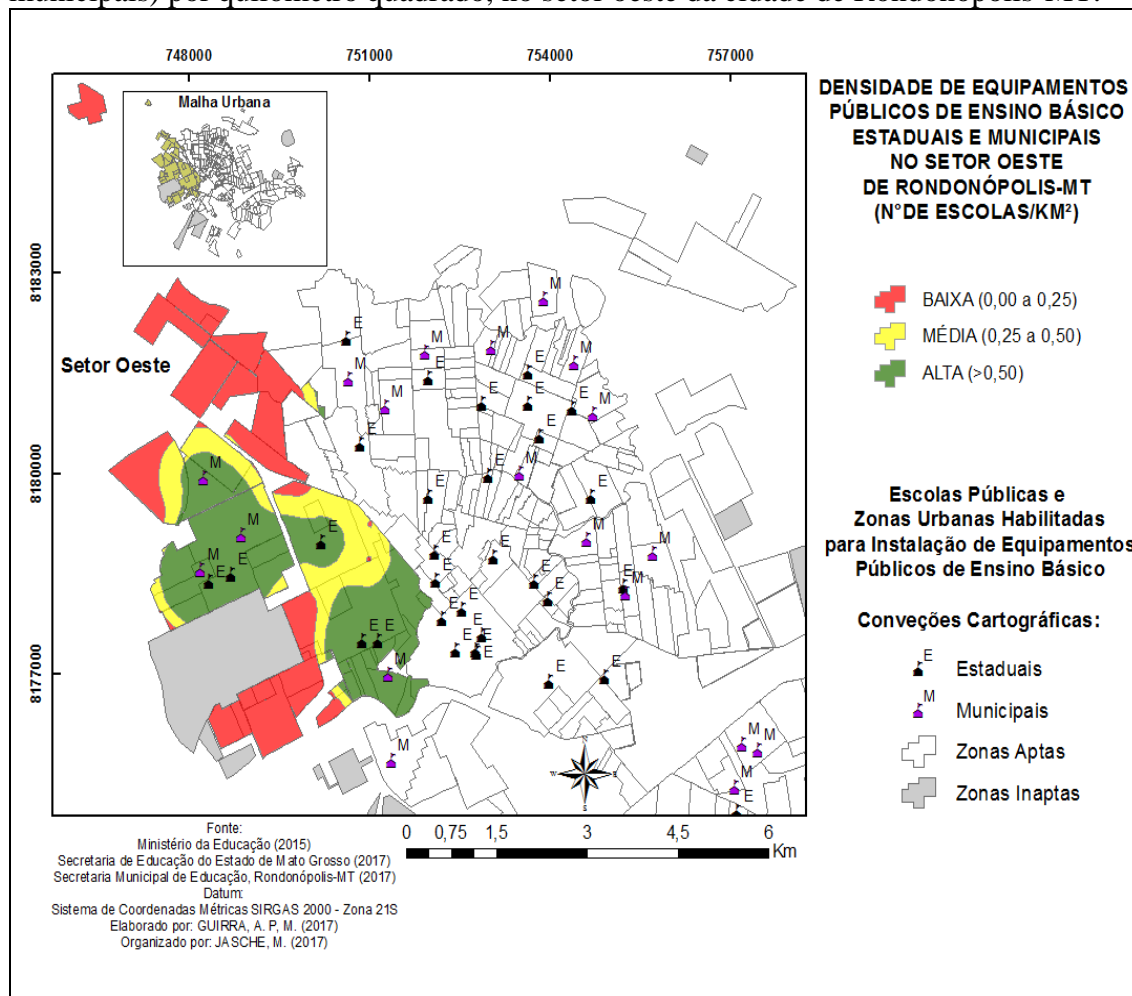
Observa-se na **figura 11** que, das cinco escolas estaduais, quatro se localizam muito próximas umas das outras, muito próximo à passagem da BR 364 e 163, enquanto que as quatro escolas municipais são mais espalhadas umas das outras. No aspecto geral, observa-se a aglutinação das escolas, criando espaços vazios no quesito atendimento do serviço público educacional e comprometendo a mobilidade.

Conforme a **Tabela 7** os bairros Cidade Salmen, Jardim Ana Carla, Jardim Belo Horizonte, Jardim da Mata II, Jardim Esmeralda, Jardim Rui Barbosa, Loteamento Residencial Dom Osório Stoffel, Loteamento José Sobrinho, Parque Rosa Bororo, Vila Adriana, Vila Mamed, Vila Olinda, Vila São Paulo são parcialmente atendidos, representando 6620 km² de alta densidade, observando a quantidade de equipamentos.

O total da área é 15,404 Km², desta, cerca de 5,931 Km² são de baixa densidade envolvendo os bairros Aeroporto, Boa Vista, Jardim Alvorada, Jardim da Mata II, Jardim Maria Tereza, Jardim Morumbi, Jardim Parque, Residencial Acácias, Residencial Antônio Geraldini, Residencial Dona Neuma, Residencial João Moraes, Residencial Magnólia Angélica de Araújo, Jardim Maracanã, Residencial Maria José F. de Souza, Residencial Mathias Neves, Residencial Padre Lothar, Vila Estrela Dalva, Vila Rica, Vila

Romana, que necessitam de instalações escolares, porém, estes novos equipamentos necessitam serem assentados fora das dinâmicas industriais.

Figura 11 – Carta de densidade combinada entre escolas de ensino básico (estaduais e municipais) por quilômetro quadrado, no setor oeste da cidade de Rondonópolis-MT.



Fonte: JASCHE, M. (2018); GUIRRA, A.P.M. (2018).

Tabela 7. Quantificação da densidade e distribuição dos equipamentos públicos de ensino básico no setor oeste da cidade de Rondonópolis-MT

Setor Oeste			
Classe de Densidade	Área (Km²)	Porcentagem de Zonas com Baixa Densidade (%)	Classe de Distribuição Espacial
Baixa	5,931	38,504	Desconcentrado

Média	2,852	
Alta	6,620	
Área Total =	15,404	

Fonte: JASCHE, M. (2018); GUIRRA, A.P.M. (2018).

O Setor Sul, com área total de 35,525 Km², é o maior e, também, apresenta, nas zonas inaptas, os demais setores industriais da cidade de Rondonópolis. Ao sudoeste da **Figura 11**, iniciando pelo Distrito Industrial Augusto Bortoli Rasia (em formato de triângulo) localizado à margem direita da BR-163, sentido Campo Grande (MS).

Outro distrito é o Vetorasso, resultado de um loteamento particular, no entroncamento das BR-163 e 364. Nessa área está sediada, por exemplo, a Bunge alimentos, que refina óleo de Soja e Girassol, gerando odores insuportáveis em determinados horários do dia.

Ao Sudoeste, verifica-se a concentração maior de população, os bairros mais próximos da BR 163, tem a concentração de operariado, com faixa salarial entre R\$ 1.000,00 e R\$ 3.500,00.

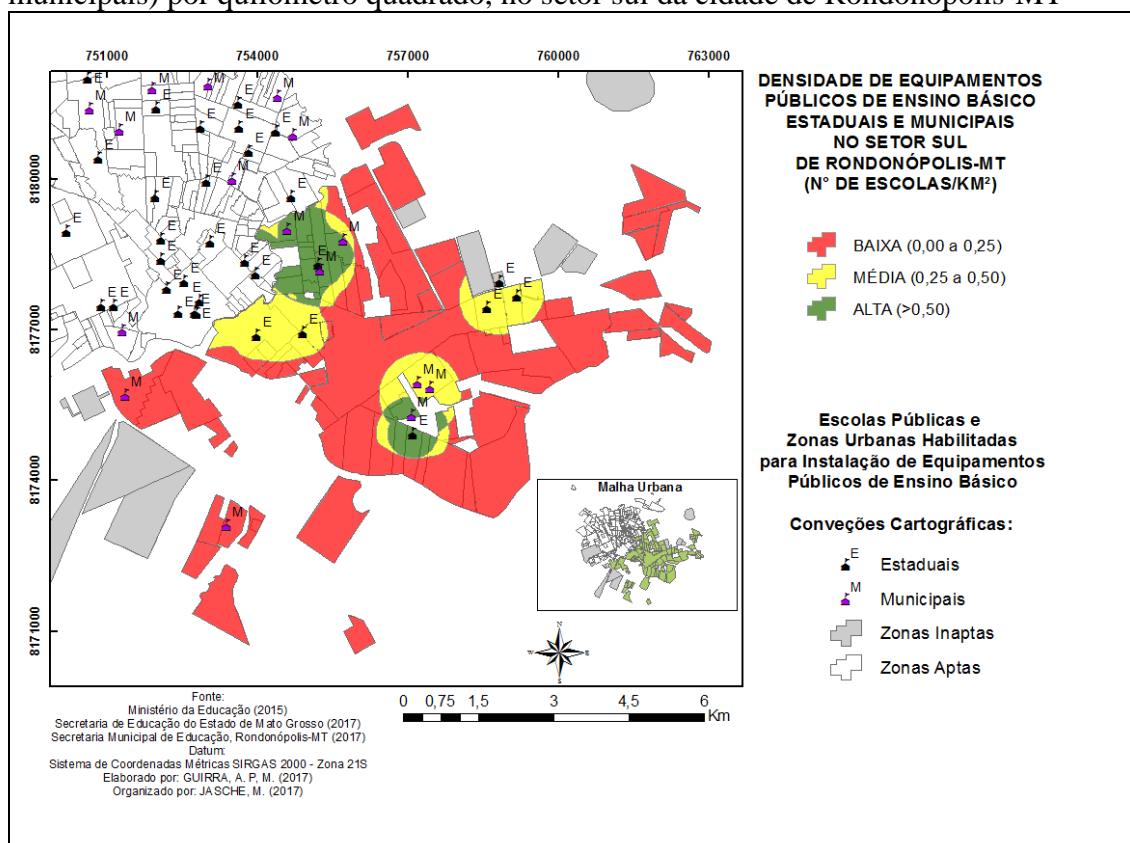
Observando mais o Setor Sul, sentido sudeste, a principal avenida é a Dos Estudantes e, também, Rodovia Estadual MT 270, sentido Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). A formação no centro, por comércios e bairros com médias de R\$ 2.500,00 à R\$ 4.000,00, dentre eles, Residencial Terra Nova, Vila Portal das Águas, Colina Verde e Residencial Sun Flower.

Ainda neste sentido da MT 270, os Bairros Altamirando, Chácara Adriana Quito, Chácaras Alegria, Chácaras Beira Rio, Chácaras Estrela Dalva, Chácaras Nossa Senhora da Guia, Chácaras Paraíso, Chácaras Pica Pau, Chácaras Parque das Nações, Chácaras Rio Vermelho, Conjunto Habitacional Lúcia Maggi, Gleba Dom Bosco, Jardim Maria Vetorasso II, Bairro Nova Galileia, Recreio Maria Flávia, Recreio Maria Tereza, Recreio Lili Gracia, Residencial Santa Clara, Residencial Sítio Farias, Sítio Farias, Sítio Recreio Eliérica, variando renda entre R\$ 1.000,00 e R\$ 2.500,00.

Os conjuntos e bairros Cidade de Deus, Jardim Bispo Pedro Casaldaliga, Jardim Maria Veterasso, Jardim Rondônia, Jardim Village do Cerrado, Loteamento Residencial Três Américas, Núcleo Habitacional Verde Teto, Parque Residencial Cidade Alta, Parque Sagrada Família, Residencial Paraíso, Sítio Recreio São Rosalvo apresentam a faixa salarial entre um salário mínimo e R\$ 4.000,00.

Já o Residencial Granville I, Granville II compõem a faixa salarial entre três salários mínimos e R\$ 5.000,00 e, por fim, o Residencial Village do Cerrado que ultrapassa 20 salários mínimos de renda média, segundo Petri (2014). Do total de 35,525 Km², apenas 1,767 km² é zona de alta densidade, 4,559 Km² de média e 29,199 Km² baixa, resultando 82,193% de baixa densidade, classificando-se como concentrado na distribuição espacial, ou seja, muita área que necessita de instalação de equipamento educacional, conforme **Figura 12** e **Tabela 8**.

Figura 12 – Carta de densidade combinada entre escolas de ensino básico (estaduais e municipais) por quilômetro quadrado, no setor sul da cidade de Rondonópolis-MT



Fonte: JASCHE, M. (2018); GUIRRA, A.P.M. (2018).

Tabela 8. Quantificação da densidade e distribuição dos equipamentos públicos de ensino básico no setor sul da cidade de Rondonópolis-MT

Setor Sul			
Classe de Densidade	Área (Km ²)	Porcentagem de Zonas com Baixa Densidade (%)	Classe de Distribuição Espacial
Baixa	29,199	82,193	Concentrado
Média	4,559		
Alta	1,767		
Área Total =	35,525		

Fonte: JASCHE, M. (2018); GUIRRA, A.P.M. (2018).

A partir da identificação das áreas que necessitam de equipamentos de educação básica, pela fragmentação da cidade em setores, depois pela combinação de densidade de equipamentos, foi possível construir a **Tabela 9** que identifica os bairros de acordo com os espaços de densidades combinada Baixa.

Tabela 9. Zonas educacionais com densidades combinadas baixas, entre equipamentos públicos de ensino básico, estaduais e municipais.

Zonas Educacionais		
Setor	Espaços com Densidade Combinada Baixa de Equipamentos Públicos de Educação Básica	
	Parcialmente	Totalmente
Centro-Oeste	Jd. Belo Horizonte, Jd. Da Mata, Jd. Da Mata II, Jd. Parque, Lot. Zé Sobrinho, V. Adriana	N.A

Leste	<p>Jd. Ipiranga II, Jd. Dom Bosco II, Jd. Dom Bosco</p> <p>Ch. Beija Flor, Ch. Globo Recreio, Ch. Globo Recreio II</p>
Norte	<p>Jd. São Bento, Res. Carlos Gomes Bezerra, V. Mineira, Núc. Hab. Marechal Rondon, Jd. Das Flores, Pq. Res. Nova Era, Lot. Res. Dom Osório Stoffel, Jd. Dinalva Muniz, Jd. Serra Dourada II, Jd. Parque</p> <p>Lot. Carlos Gomes Bezerra II, Res. Edelmina Q. Marcheti, Dist. Anézio P. de Oliveira</p>
Oeste	<p>B. Cidade Salmen, Jd. Ana Carla, Jd. Belo Horizonte, Jd. Da Mata II, Jd. Esmeralda, Jd. Rui Barbosa, Lot. Res. Dom Osório Stoffel, Lot. Zé Sobrinho, Pq. Rosa Bororo, V. Adriana, V. Mamed, V. Olinda, V. São Paulo</p> <p>B. Aeroporto, B. Boa Vista, Jd. Alvorada, Jd. Da Mata II, Jd. Maria Tereza, Jd. Morumbi, Jd. Parque, Res. Acácias, Res. Antônio Geraldini, Res. D. Neuma, Res. João Moraes, Res. Magnólia Angélica de Araújo, Jd. Maracanã, Res. Maria José F. de Souza, Res. Mathias Neves, Res. Padre Lothar, V. Estrela Dalva, V. Rica, V. Romana</p>
Sul	<p>Conj. Hab. Cidade de Deus, Jd. Bispo Pedro Casaldaliga, Jd. Maria Vetorasso, Jd. Rondônia, Jd. Village do Cerrado, Lot. Res. Três Américas, Núc. Hab. Verde Teto, Pq. Res. Cidade Alta, Pq. Sagrada Família, Res. Paraíso, Res. Granville I, Res. Granville II, Sítio R. São Rosalvo,</p> <p>B. Altamirando, Ch. Adriana Quito, Ch. Alegria, Ch. Beira Rio, Ch. Estrela Dalva, Ch. Nossa Senhora da Guia, Ch. Paraíso, Ch. Pica Pau, Ch. Parque Das Nações, Ch. Rio Vermelho, B. Colina Verde, Conj. Hab. Lúcia Maggi, Gleba Dom Bosco, Jd. Maria Vetorasso II, Res. Sun Flower, B. Nova Galileia, Rec. Maria Flávia, Rec. Maria Tereza, Rec. Lili Gracia, Res. Santa Clara, Res. Sítio Farias, Sítio Farias, Sítio R. Eliérica, Res. Terra Nova, V. Portal das Águas</p>

Abreviaturas: B. = Bairros, Ch. = Chácara, Conj. Hab. = Conjunto Habitacional, Dist. = Distrito, Jd. = Jardim, Lot. = Loteamento, *N.A = Não se Aplica, Núc. = Núcleo, Pq. = Parque, Res. = Residencial, Rec. = Recanto, V. = Vila.

Fonte: JASCHE, M. (2018); GUIRRA, A.P.M. (2018).

Destaca-se neste capítulo as principais análises alcançadas a partir desta proposta metodológica. Importante que determinados bairros que se repetem nas classificações são fragmentos oriundos das interseções. Portanto, primeiro, a proposta cria o banco de dados georreferenciais, que demonstra espacialmente segregações e os espaços vazios de atendimento escolar, considerando a proposta de Campos Filho (2010). Observa-se, nas aglutinações dos equipamentos, que possivelmente afeta a oferta e demanda, criando nessa desigualdade o desequilíbrio do atendimento educacional. Esta metodologia, auxilia para critério e estratégia de planejamento, alicerçando a criação de políticas públicas voltadas para mobilidade urbana sustentável e melhorando a ocupação do solo urbano.

Segundo, poderá servir de ferramenta de simples uso, considerando-se a quantificação e localização espacial dos equipamentos já existentes. A partir destes, parte-se para combinação de áreas, que, por fragmentação de setores, evidencia os desequilíbrios espaciais, sejam nas concentrações, segregações de equipamentos ou a falta destes.

Terceiro, essa metodologia também aponta as zonas inaptas, como foi o caso de bairros já existentes em torno dos distritos industriais, capacitando gestores a induzir novos bairros e equipamentos urbanos para as ZEI's, planejando espaços com a qualidade de vida, prevista nas literaturas e na própria lei de parcelamento de solos.

Esta é uma sugestão metodológica que visa contribuir para o planejamento de alocação ou realocação de equipamentos públicos de ensino e/ou outros, tendo por objetivo enaltecer as potenciais demandas em torno da trama que envolve o tecido urbano, contribuindo, então, para a fluidez da cidade e da justiça social.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo, inicialmente, teve como principal objetivo analisar criticamente os resultados da Prova Brasil entre os anos de 2007 a 2015, verificando causas e consequências e a segregação escolar. Foi possível compreender que os contextos históricos, geopolíticos, as influências do capital na materialização do espaço e nas formas subjetivas nos espaços de poder são fontes na promoção das desigualdades.

Compreende-se que o Estado brasileiro se encontra num emaranhado profundo daquilo que é próprio dele e de um Estado Mundo, da imposição histórica de alguns países sobre outros, inserido no contexto capitalista sob a égide da globalização e suas relações entre os considerados desenvolvidos e os subdesenvolvidos.

A OMC determina Índices educacionais, considerados como bons ou ruins em diferentes espaços e discussões. As academias que já serviram a formação de um público mais elitizado, reafirma em seus cursos o seu papel na sociedade, salientando que atualmente a camada por tempos excluída dos espaços de poder, de espaços educativos que atualmente acessam em maior quantidade devido a política do Exame nacional do Ensino Médio também, através do ensino, da pesquisa, da extensão, dos programas de assistência estudantil para permanência assumem a formação de alunos trabalhadores.

Sem dúvidas a Prova Brasil é instrumento de regulação e fonte para criação de políticas públicas para a educação básica, porém, é necessário mais do que a análise do IDEB para fomentar estratégias pedagógicas, e estas ainda são verdadeiros desafios quando professores se deparam entre a busca do sucesso escolar com as desigualdades de cada estudante. É também necessário que o INSE seja fonte para criar permanência, acesso e mobilidade aos equipamentos escolares. É preciso criar resultados para a escola, não tão somente da escola e este, deveria ser o papel das avaliações.

Analisa-se, que a Prova Brasil influencia práticas para criar currículo e que tem uma acentuada tendência de controlar do que avaliar considerando as baixas ações propositivas, investimentos e até políticas públicas voltadas para o sucesso escolar em torno dos resultados numéricos do IDEB.

Nesta pesquisa foi possível observar questões que envolvem o efeito vizinhança e escolas localizadas em periferias de grandes e médias cidades, destacando-se nos

diversos fenômenos capitalistas, como: globalização, desigualdades sociais, a clientela e perfis dos indivíduos que frequentam uma instituição e claro, as oportunidades da geografia.

Pode-se incluir, que Rondonópolis na perspectiva do efeito das desigualdades socioespaciais e, analisando os rendimentos do IDEB das diferentes localidades e escolas apresentados neste estudo, se materializam criando uma centralidade, deixando para as periferias as escolas com menores rendimentos pedagógicos e estes resultados se relacionam não apenas ao socioeconômico, mas também ao nível de formação dos pais, as condições urbanas e de formação dos bairros que apresentam históricos, aparelhos, saneamentos, estruturas de vias e serviços públicos em diferentes formatos estruturais de investimentos.

Por exemplo, os apontamentos e comparações realizados entre as escolas Carlos Pereira Barbosa e Emanuel Pinheiro, evidenciaram que nos resultados da Prova Brasil destacaram-se composição sócio econômica, utilização de programas sociais como o Programa Passe livre estudantil, Programa Transporte Escolar, Programa Bolsa Família reafirmando o perfil do alunado e dos pais. Também, os níveis de aproveitamento pedagógicos, temas e habilidades adequadas às etapas de escolarização, número de professores atuantes em suas disciplinas de formação, contratos e as diferenças físicas-estruturais de cada unidade, remetendo ao entendimento de que é preciso atender os desiguais na medida de suas desigualdades.

Uma das oportunidades de permanência escolar que está em risco na sua ampliação é o Programa Bolsa Família que através da breve análise dos repasses para o município verificou-se uma evolutiva crescente, porém, essa expressividade é desacelerada a partir do ano de 2016, demonstrando inclusive uma queda no número de famílias em atendimento. Entender políticas públicas de distribuição de renda que estão entrelaçadas com a frequência escolar é a base para suprir, mesmo que minimamente a permanência de alunos no ensino, considerando a democratização do ensino na CF de 1988 e outros direitos básicos e sociais previstos que necessitam do seu cumprimento para o sucesso escolar.

As discussões também incluíram as mudanças políticas educacionais e a Universalização do ensino, a concorrência na disputa de vagas nas escolas, as diferenças no acompanhamento da família, que segundo a Prova Brasil, nem sempre os pais têm uma formação que consiga atender os filhos que atingem conhecimentos avançados. A expansão de matrículas em territórios de vulnerabilidade social, ainda não superou a especulação imobiliária tão pouco a qualidade na mobilidade. É preciso superar práticas pautadas no lucro.

Foi possível verificar alguns impactos de programas de desenvolvimento social que fomentaram oportunidades, e concluir que economia se desenvolve junto ao social. Também, verificou-se que na análise da distribuição espacial dos equipamentos públicos ainda necessita de atenção e planejamento e por este motivo, procurou-se desenvolver uma proposta metodológica para fomentar a ampliação de ferramentas de planejar socialmente espaços urbanos, buscando a justiça e a equidade.

Essa metodologia leva em consideração critérios amparados em Campos Filho que destaca as condições de distanciamento infere para qualidade na rede de atendimento de serviços públicos, da locomoção e distanciamento ao acesso, neste caso o equipamento é a escola e incluímos a necessidade de planejar por vias de atingir qualidade de cobertura da rede, de evitar alocação de equipamentos aglomerados ou da falta dos mesmo nos diversos espaços urbanos, otimizando e dispondo melhor distribuição.

Por fim, espera-se que esta pesquisa tenha fomentado reflexões e que estas tenham ultrapassado gráficos, resultados e os números que são lançados nos espaços escolares movimentando ações para o alcance do índice idealizado, uma régua criada e que nem sempre visualiza uma formação humanizada...pois a régua para avaliar deve ser a régua para incluir e proporcionar cidadania.

7. REFERÊNCIAS

ACIR, Associação de Comércio e Indústria de Rondonópolis. **Perfil Rondonópolis 2014 – Geografia, Demografia, Economia**. Rondonópolis: ACIR. 2014. Disponível em: <http://www.acirmt.com.br/2017/docs/Projeto_Perfil_Rondonopolis_2015_impresso.pdf>. Acesso: 10/10/2017.

ALVES, Laci Maria Araújo. **Nas trilhas do ensino (1910-1946)**. Cuiabá: EdUFMT, 1998.

_____, Laci Maria de Araújo. **Historia da educação em Rondonopolis**. Rondonópolis: EdUFMT, 1995. Historia da educação em Rondonopolis, 1995, UFMT.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (1986). **NBR 9284: Equipamento Urbano: classificação**. Rio de Janeiro.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política Social e Capitalismo Contemporâneo**. Dissertação de Mestrado. ESS/UFRJ, 1993. Disponível em: <http://www.sbfa.org.br/fnepas/pdf/servico_social_saude/texto1-1.pdf>. Acesso: 08/09/2016.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. C. **Política Social e Método**. In. BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. C. **Políticas Sociais: Fundamentos e História**. São Paulo: Cortez, 2008.

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade, para uma Teoria Geral da Política**. 14ª Edição. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 2007. Disponível em <http://www.ufjf.br/virgilio_oliveira/files/2014/10/Texto-21-Bobbio-2007.pdf>. Acesso: 14/08/2016.

BOGDAN, R., BIKLEN, S. **Investigação Qualitativa em Educação – uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000092&pid=S0104-4060201400040001600003&lng=pt>. Acesso: 22/03/2017.

BONAMINO, Alicia. SOUSA, Sandra Zákia. **Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola**. Educação e Pesquisa, São

Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. 2012. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/ep/v38n2/aopep633.pdf>>. Acesso: 28/03/2017.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988 (C.F.)**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso: 26/03/2016.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos (1979). Lei n. 6.766 de 1979.

_____. **Estatuto da Cidade**. Lei Federal n.º10.257/01. Julho de 2001.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

_____. MEC. **DCNs do Ensino Fundamental**. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1998/pceb004_98.pdf>. Acesso: 05/04/2016.

_____. MEC/INEP. **IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica)**. Disponível em:<<http://portalideb.inep.gov.br>>. Acesso: 08/05/2016.

_____. MEC/INEP. **Prova Brasil e o SAEB**. Disponível em:<<http://provabrasil.inep.gov.br/>>. Acesso: 10/05/2016.

_____. **Nota Técnica Indicador de Nível Socioeconômico das Escolas de Educação Básica (Inse)**. Brasília: INEP, 2015.

_____. **Gestão Escolar, Democracia e Qualidade De Ensino**. Disponível em:<<http://www.vitorparo.com.br/gestao-escolar-democracia-e-qualidade-do-ensino>>. Acesso em: 03 de Setembro de 2015.

_____. **Planejamento: Concepções**. Disponível em:<http://escoladegestores.mec.gov.br/site/5sala_planejamento_praticas_gestao_escolar/pdf/u1_2.pf>. Acesso em: 15 de Setembro de 2015.

BROOKE, N. & SOARES, J. F. (Orgs.). **Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetórias**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. Disponível em:<

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712009000200013>.

Acesso: 15/08/2016.

_____. MEC. **Plano de Desenvolvimento de Educação – Prova Brasil**. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/prova%20brasil_matriz2.pdf>. (2011).

Acesso: 13/8/2016.

BRUNS, M.A.T. **A redução fenomenológica em Husserl e a possibilidade de superar impasses entre a subjetividade e a objetividade**. IN: BRUNS, M.A.T; HOLANDA, A.F. (orgs.) **Anais IV SIPEQ – ISBN – 978-85-98623-04-7 7 Psicologia e pesquisa fenomenológica: reflexões e perspectivas**. São Paulo: Ômega Editora, 2005.

CAMPOS FILHO, Candido Malta. **Reinvente seu bairro: caminhos para você participar do planejamento de sua cidade**. 2 ed, São Paulo, Editora 34, 2010

CAMPOS, Rui Ribeiro de. **Visão de Vidal de La Blache a respeito de Friedrich Ratzel**. Soc. & Nat., Uberlândia, 26 (3): 419-432, set/dez/2014. Disponível em:<http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/26567/pdf_95>.

Acesso: 03/03/2016.

CAMARGO, Luís Henrique Ramos. **Ordenamento Territorial e Complexidade: Por uma Reestruturação do Espaço Social**. In: ALMEIDA, F. G.; SOARES, L. A. A. (Orgs.). **Ordenamento Territorial: Coletânea de Textos com Diferentes Abordagens no Contexto Brasileiro**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 21-60. Disponível em:<<http://www.worldcat.org/title/ordenamento-territorial-coletanea-de-textos-com-diferentes-abordagens-no-contexto-brasileiro/oclc/706476325>>. Acesso em: 28/06/2017.

CARLOS, Ana Fani A. **A cidade**. 9.ed. São Paulo: Contexto, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1983.

COSTA, Marcio da; BARTHOLO, Tiago Lisboa. **Padrões de Segregação Escolar no Brasil: um Estudo Comparativo entre Capitais do País**. Revista Educ. Soc., Campinas, v. 35, nº. 129, p. 1183-1203, out.-dez., 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v35n129/0101-7330-es-35-129-01183.pdf>>. Acesso: 13/07/2016.

DEMO, P. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1981.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Ruth M. Klaus: 3ª. Centauro Editora, São Paulo, 2006. Disponível em: <www.dhnet.org.br/direitos/.../hdh_engels_origem_propriedade_privada_estado.pdf>. Acesso: 28/08/2016.

ÉRNICA, Mauricio. **Desigualdades educacionais no espaço urbano: o caso de Teresina**. Rev. Bras. Educ. [online]. 2013, vol.1. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141324782013000300002&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso: 13/09/2016.

ESPÓSITO, V.H.C. **A escola: um enfoque fenomenológico**. São Paulo: Editora Escuta, 1993.

ESPÓSITO, V.H.C. **Pesquisa Qualitativa: Modalidade Fenomenológico-Hermenêutica. Relato de uma Pesquisa**. In: BICUDO, M.A.V.; ESPOSITO, V.H.C. (org.) **A pesquisa qualitativa em educação: um enfoque fenomenológico**. Piracicaba: Editora UNIMEP, 1994.

_____, V.H.C. **A escola: um enfoque fenomenológico**. São Paulo: Editora Escuta, 1993.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 46. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

FREITAS, C. F. S. **O novo modelo de gestão urbana estratégica em Fortaleza: aumento das desigualdades socioambientais**. Universitas FACE, v. 3, n. 2, 2006. Disponível em: <<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/face/article/view/37>>. Acesso: 15/07/2017.

GAMBOA, Sílvio Sánches. **Pesquisa em educação: métodos e epistemologias**. Chapecó: Argos, 2008.

GOMES Marcos Antônio Silvestre; SILVA, Rosineide Nascimento da; SILVA José Cláudio dos Santos; SILVA, Thiago Gilney Ferreira. **Caracterização e Análise dos Espaços Públicos da Cidade de Arapiraca-AL-Brasil**. Revista Eletrônica Ateliê

Geográfico v. 6, n. 4 Dez/2012. Goiânia-GO. Disponível em:<<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjIzio9XOAhVIGpAKHRwgAKUQFggeMAA&url=http%3A%2F%2Frevistas.ufg.br%2Ffatelie%2Farticulo%2Fdownload%2F17854%2F13074&usg=AFQjCNFZonHMx1RD5Spzb2QLz427rHvuKw&sig2=AI6o79Wa07BjSj8yB3Is6w>>. Acesso: 17/07/2016.

Hernán Ramírez. **O neoliberalismo sul-americano em clave transnacional: enraizamento, apogeu e crise**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2013.

HARVEY, David. **Teoría Revolucionaria Y Contrarrevolucionaria**. In: **Geografía Y El Problema De La Formación Del Ghetto**. Revista Geo Crítica. Barcelona, ano I, N. 04, 26 p., Jul. 1976. Disponível em:<<http://www.ub.edu/geocrit/geo4.htm>>. Acesso em:

_____. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010 – Características Gerais da População por Cidades. Resultados da Amostra**. IBGE, 2010. Disponível em:<<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/mt/rondonopolis/panorama>>. Acesso: 08/06/2017.

HEIDEGGER, M. **Todos nós... ninguém: um enfoque fenomenológico do social**. São Paulo: Moraes, 1981.

HEIDEGGER, M. **Ser e Tempo**. 11 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2005. Disponível:<<http://abdet.com.br/site/wp-content/uploads/2015/01/Ser-e-Tempo-Parte-I.pdf>>. Acesso: 14/07/2017.

KAZTMAN, Ruben. **Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos**. Revista de La Cepal – dezembro/2001. Disponível em:<<http://www.cepal.org/publicaciones/xml/6/19326/katzman.pdf>>. Acesso: 18/10/2016.

_____, Ruben. **Efectos de la segregación urbana sobre la educación em Montevideo**. Revista de La Cepal —abril/2007. Disponível em:<

<http://www.cepal.org/es/publicaciones/11174-efectos-la-segregacion-urbana-la-educacion-montevideo>>. Acesso: 23/10/2016

_____, Ruben e RETAMOSO, Alejandro. **Aprendendo Juntos. Desafios na Educação a partir dos Processos de Segregação Urbana**. In: RIBEIRO, Luiz Cesar e _____, Ruben (org.). **A Cidade contra a Escola? Segregação Urbana e Desigualdades Educacionais em Grandes Cidades da América Latina**. Rio de Janeiro: Letra Capital: FAPERJ, 2008. Godoy 1995. Disponível:<
http://www.observatoriodasmetroles.net/download/cidade_contra_escola_protegido3.pdf>. Acesso:04/04/2016.

KIRCHBAUM, Charles. **Decisões entre pesquisas quali e quanti sob a perspectiva de mecanismos causais**. Rev. bras. Ci. Soc. [online]. 2013, vol.28, n.82, pp.179-193. Disponível em:<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/288736/mod_resource/content/2/Kirschbaum_Decis%C3%B5es%20entre%20pesquisas%20quali%20e%20quanti%20sob%20a%20perspectiva%20de%20mecanismos%20causais.pdf>. Acesso: 25/04/2017.

KOSLINSKI, M.C. et al. **Quase mercado escolar em contexto de proximidade espacial e distância social: o caso do Rio de Janeiro**. In: Colóquio Luso-Brasileiro de Sociologia da Educação, 2., Portalegre, Portugal, 2010. Disponível:<http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/Habitar_a_escola_E-book.pdf>. Acesso: 28/04/2016.

_____, M.C.; ALVES, F. **Novos olhares para as desigualdades de oportunidades educacionais: a segregação residencial e a relação favela-asfalto no contexto carioca**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 33, n. 120, p. 783-803, 2012. Disponível:< <http://www.scielo.br/pdf/es/v33n120/09.pdf>>. Acesso: 23/05/2016.

LA BLACHE, Paul Vidal de. **A Geografia Política: a propósito dos escritos do Sr. Friedrich Ratzel**. In: HAESBAERT, Rogério et alii. (orgs.). **Vidal, Vidais: textos de Geografia Humana, Regional e Política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012a, p. 401-420 (Original publicado em 1898). Disponível em:<www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/download/81/79>. Acesso: 17/11/2016.

LEFEBVRE, Henry. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LOPES, André Luiz. **Noções de Teoria Geral do Estado**. Roteiro de Estudos. Belo Horizonte: Escola Superior Dom Helder. 2010. p. 4-13. Disponível em: <<http://www.domtotal.com/direito/uploads/pdf/1627aa4f30ef0e7c1b149fccd97700c2.pdf>>. Acesso: 18/10/2016.

MANICAS, P. T. **A realist philosophy of social science: explanation and understanding**. Cambridge, UK, Cambridge University 2006. Disponível em: <Press.http://assets.cambridge.org/97805218/61403/frontmatter/9780521861403_frontmatter.pdf>. Acesso: 17/05/2017.

MATO GROSSO, Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). **Escola Ciclada de Mato Grosso: Novos Tempos e Espaços para Ensinar-Aprender: a sentir, ser e fazer**. Cuiabá. Seduc. 2001. Disponível em: <http://www.worldcat.org/title/escola-ciclada-de-mato-grosso-novos-tempos-e-espacos-para-ensinar-aprender-a-sentir-ser-e-fazer/oclc/319217348?referer=di&ht=edition>>. Acesso: 03/03/2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe** (Trad. Antonio Caruccio-Caporale). São Paulo: L&PM Editores: Porto Alegre, 2011.

MAHONEY, J. & GOERTZ, G. **A tale of two cultures: contrasting quantitative and qualitative research**. *Political Analysis* 2006, 14: 227-249. Disponível em: <https://public.wsu.edu/~tnridout/mahoney_goertz20061.pdf>. Acesso: 11/05/2017.

MORENO, Gislaene (org.); HIGA, Tereza Cristina Souza (org.); MAITELLI, Gilda Tomasini (colab.). **Geografia de Mato Grosso: Seleção de Conteúdo para o Concurso Público do Governo de Mato Grosso – Cuiabá**: Entrelinhas, 2010.

NARDES, Antonia Marília Medeiros. **Rondonópolis – MT: Sua Espacialidade Reconstruída**. Brasília, 1997. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) Universidade de Brasília – UNB.

NEGRI, Silvio Moisés. **O processo de segregação sócio-espacial no contexto do desenvolvimento econômico da cidade de Rondonópolis – MT.** Silvio Moisés Negri. – Rio Claro: [sn] , 2008 Tese de Doutorado.

OLIVEIRA, Ana Paula de Matos. **A Prova Brasil como política de regulação da rede pública do Distrito Federal.** Dissertação UNB / PPGEDU / Políticas Públicas e Gestão da Educação. Brasília: UNB, 2011. 276 f. Disponível em:<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9334/1/2011_AnaPauladeMatosOliveira.pdf>. Acesso: 22/05/2016.

QEDU. Fundação Lemann. **Informações sobre a qualidade do aprendizado em cada escola, município e estado do Brasil.** Disponível em: <<http://www.qedu.org.br>>. Acesso em: 10/07/2017.

RIBEIRO, L.C.Q.; KAZTMAN, R. **A cidade contra a escola: segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2008. Disponível em:<http://www.observatoriodasmetroles.net/download/cidade_contra_escola_protegido3.pdf>. Acesso: 0/04/2016.

_____, L.C.Q. et al. (Org.). **Desigualdades urbanas, desigualdades escolares.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010. Disponível em:<http://www.observatoriodasmetroles.net/new/images/abook_file/desigualdades_escolares.pdf>. Acesso: 08/04/2016.

_____, L.C.Q. **Segregação residencial e políticas públicas: análise do espaço social da cidade na gestão do território.** In _____. **Metrópoles: entre a fragmentação e a coesão, a cooperação e o conflito.** Rio de Janeiro: ed. Fundação Perseu Abramo/FASE 2004.

_____, L.C.Q.; KOSLINSKI, M.C. **Fronteiras urbanas da democratização das oportunidades educacionais: o caso do Rio de Janeiro.** In: RIBEIRO, L.C.Q. et al. (Org.). **Desigualdades urbanas, desigualdades escolares.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010. Disponível em:<http://www.observatoriodasmetroles.ufrj.br/Ribeiro_Koslinski.pdf>. Acesso: 08/04/2016

_____, L. C. Q.; LAGO, L. **O espaço social das grandes metrópoles brasileiras: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.** Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, nov. 2000. Disponível em:<<https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/9300>>. Acesso: 15/08/2016.

RONDONÓPOLIS. **Lei Complementar N. 043 de 28 de Dezembro de 2006. Institui o Plano Diretor Participativo de desenvolvimento urbano e ambiental de Rondonópolis.** Rondonópolis, 2006. Disponível em:<<http://www.rondonopolis.mt.gov.br/?pg=conteudo&intCatID=196>>. Acesso em: 12 set. 2016.

ROSTIROLA, Camila Regina; Schneider, Marilda Pasqual; Sartorel, Aline. **Desempenho de escolas na prova Brasil: um estudo a partir da escala de proficiência de língua portuguesa.** X ANPED SUL, Florianópolis, outubro de 2014. Disponível em:<http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/765-1.pdf>. Acesso: 04/04/2018.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica.** 3ª edição. São Paulo: HUCITEC, 1986. p. 189

_____, Milton. **A Natureza do Espaço: espaço e tempo, razão e emoção.** 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____, Milton. **A Urbanização Brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1993.

_____, Milton. **O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI.** São Paulo: Ed. Record, 2001.

SILVEIRA, Amélia. (Org.). **Roteiro básico para apresentação e editoração de teses, dissertações e monografias.** 2. ed. Blumenau: Edifurb, 2004. Disponível em:<http://www.bdt.d.uerj.br/roteiro_uerj_web.pdf>. Acesso em: 12/03/2016.

SILVA, L.O. Terras devolutas e latifúndio: efeitos da Lei de 1850. Campinas: Ed. UNICAMP, 1996.

SILVA, M.A. **Intervenção e Consentimento: a política educacional do Banco Mundial.** São Paulo, FAPESP/ Autores Associados, 2002.

SOUSA, Jacqueline Pereira de. **A Importância da Família no Processo de Desenvolvimento da Aprendizagem da Criança**. Jacqueline Pereira de Sousa. Fortaleza: especialização. 2012. 20 f.

SPÓSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo : UNESP, 2004

SOUSA, Jacqueline Pereira de. **A Importância da Família no Processo de Desenvolvimento da Aprendizagem da Criança**. UNESC: Fortaleza, CE. Disponível em:<https://www.apeoc.org.br/extra/artigos_cientificos/A_IMPORTANCIA_DA_FAMILIA_NO_PROCESSO_DE_DESENVOLVIMENTO_DA_APRENDIZAGEM_DA_CRIANCA.pdf>. Acesso: 22/9/2017.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão de literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso: 23/09/2016.

SOUZA, Angela Gordilho. **Favelas, Invasões e Ocupações Coletivas nas Grandes Cidades Brasileiras - (Re) Qualificando a Questão para Salvador-BA**. Cadernos Metrópole, São Paulo, N. 5, P. 81-11, Semestral, 2001.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SCHWARTZMAN, Simon. **As avaliações de nova geração nas sociedades Contemporâneas**. In: MELLO e SOUZA, Alberto de (Org.). **Dimensões da avaliação educacional**. Petrópolis: Vozes, 2005.

TESORO, Luci Léa Lopes Martins. **Rondonópolis – MT: Um Entroncamento de Mão Única. O processo de povoamento e de crescimento de Rondonópolis na visão dos pioneiros (1902 – 1993)**. São Paulo, 1993. Tese (Doutorado em História) Universidade de São Paulo – USP

TILLY, C. **Mechanisms in political processes**. *Annual Review of Political Science* 2001, 4:21-41. Disponível em:<http://professor-murmann.info/tilly/2001_Mechs_of_pol_process.pdf>. Acesso: 11/05/2017

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva**. 3ª ed. V. 1. Brasília: Editora Unb. 2010. p. 3-35. 139-198. Disponível em: <http://www.uel.br/grupopesquisa/socreligioses/pages/arquivos/impressorasuel.br_20130410_215439.pdf>. Acesso: 08/04/2016.

ZUCARELLI, C.; RIBEIRO, L.C.Q (Orient). **Segregação Urbana, Geografia de Oportunidades e Desigualdades Educacionais no Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 2009. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetroles.net/images/abook_file/segregacao_urbana_geografia_de_oportunidades_desigualdades_educacionais_rj.pdf>. Acesso: 05/07/2016.

WITT, Leila Aparecida; ROHDE, Nelsi Welke; SANTOS, Silvia Salviano dos. **Organização de Ensino Ciclado: Uma Proposta de Inclusão?**. Disponível em: <<http://www.ie.ufmt.br/semiedu2009/gts/gt12/ComunicacaoOral/LEILA%20APARECIDA%20WITT.pdf>>. Acesso em: 24/11/2014.